

# Plano de Atividades / Investimentos e Orçamento para 2021

EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA

7 de outubro de 2020

## INDICE

Planos de Atividades / Investimentos e Orçamento.....	2
Princípios, pressupostos e linhas orientadoras.....	2
Instrumento Previsional de Gestão .....	14
1. Plano de atividades anual.....	14
2. Plano de investimento/financiamento anual e plurianual e respetivo orçamento .....	23
3. Demonstrações Financeiras .....	47
3.1 Demonstração da Posição Financeira Previsional.....	48
3.2. Demonstração dos Resultados por Naturezas Previsional.....	50
3.3. Demonstração dos Fluxos de Caixa Previsional .....	52
4. Sumário Executivo das atividades geradoras de novos encargos ou receitas .....	57
5. Cumprimento das orientações para o Setor Empresarial do Estado constantes na Lei do Orçamento de Estado, no Decreto-Lei de Execução Orçamental e nos Instrumentos Previsionais de Gestão (Despacho n.º 395/2020 do SET) .....	58
5.1. ENDIVIDAMENTO .....	61
5.2. GASTOS OPERACIONAIS DAS EMPRESAS PÚBLICAS.....	64
5.2.1. Rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios (GO/VN).....	64
5.2.2. Redução de Gastos Operacionais.....	66
5.2.3. Quadro resumo da Eficiência Operacional e do PRC.....	70
5.3. FROTA AUTOMÓVEL.....	71
5.4. EVOLUÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS .....	73
5.5. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO E VOLUME DOS PAGAMENTOS EM ATRASO.....	83
5.6. CONCLUSÕES E CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS .....	84
6. Esforço público de financiamento.....	86
Anexo I - PAI – Plano de Investimentos.....	87
Anexo II – Sistema de controlo de investimentos.....	88
Anexo III – Medidas COVID-19 .....	95

## Planos de Atividades / Investimentos e Orçamento

### Princípios, pressupostos e linhas orientadoras

#### Caraterização da Empresa

A EPAL é sucessora da CAL – Companhia das Águas de Lisboa, concessionária do abastecimento de água à cidade de Lisboa, entre abril de 1868 e outubro de 1974, altura em que terminou o contrato de concessão. É então constituída a EPAL – Empresa Pública das Águas de Lisboa designação que mantém até 1981, quando passa a denominar-se por EPAL – Empresa Pública das Águas Livres. Em 21 de abril de 1991, por força do Decreto-Lei n.º 230/91, a EPAL – Empresa Pública das Águas Livres é transformada em sociedade anónima de capitais integralmente públicos, situação que lhe confere maior flexibilidade de gestão para concretizar o seu desenvolvimento estratégico e realizar a sua missão, passando a ter a denominação social de EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA. A partir de 1993 é integrada no então criado, Grupo AdP – Águas de Portugal SGPS, SA.

Atualmente a EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA, é uma empresa do setor empresarial do Estado, detida a 100% pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA.

A área de intervenção da EPAL, até 1935, limitava-se ao abastecimento e distribuição de água ao concelho de Lisboa. A partir desse ano, a EPAL passa a abastecer em Alta o município de Oeiras, tendo ao longo do tempo vindo a expandir esta atividade a outros municípios, servindo à data 35 municípios em Alta (incluindo Lisboa).

Em julho de 2015, a EPAL passa a ser responsável pela gestão delegada do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo (LVT), a qual foi atribuída pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio. O sistema integrava um universo de 86 municípios, servindo uma área conjunta que abrange 95 municípios, ocupando uma área territorial correspondente a um terço do território continental português, e servindo 3,8 milhões de habitantes.

Desde abril de 2017, com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, onde foram constituídas as sociedades Águas do Tejo Atlântico, SA (AdTA) e Simarsul – Saneamento da Península de Setúbal, SA por cisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, SA (LVT), que foi

redenominada em Águas do Vale do Tejo, SA (AdVT), foi substancialmente alterado o âmbito territorial da gestão delegada da EPAL.

### Sumário executivo

Em 2020 a pandemia de covid-19 teve um impacto económico substancial em Portugal, criando uma incerteza significativa na economia portuguesa, apesar de todas as importantes medidas adotadas pelo país para minimizar essas consequências.

Também a EPAL viu a sua atividade afetada, tendo contudo adotado desde março de 2020 medidas mitigadoras desse efeito, quer ao nível social, económico e financeiro.

Assim, e ainda durante o mês de março de 2020, conforme orientações do Governo, a EPAL implementou um Plano de Contingência que visou minimizar os impactos da pandemia (COVID-19) na atividade da empresa, o qual contempla medidas e ações por cada uma das direções da empresa, e por área funcional para cada uma das seguintes fases: *Planeamento, Prevenção, Gestão da Crise e Retorno à normalidade*.

Este plano tem sido permanentemente revisto e atualizado, de acordo com a fase em que o surto epidémico se encontra em Portugal, e sempre em articulação com as orientações emitidas pela Direção Geral de Saúde (DGS), e em consonância com a Organização Mundial de Saúde (OMS).

Para o acompanhamento permanente do Plano de Contingência, foi constituído um Gabinete de Gestão da Crise (GGC), integrado por elementos do Conselho de Administração da empresa, por Diretores e Coordenadores Regionais, sendo a coordenação geral assegurada pela Direção de Sustentabilidade Empresarial.

Até à data de elaboração do presente documento não ocorreu qualquer evento que compromettesse a missão e a atividade operacional da empresa, tendo sido garantida a continuidade do serviço de abastecimento de água em quantidade e qualidade.

A pandemia teve um impacto muito significativo na forma de organização do trabalho e na gestão dos recursos humanos, tendo sido determinada a prestação de trabalho remoto por uma parte significativa dos trabalhadores que se encontravam afetos a áreas de suporte, e à reorganização das equipas operacionais de modo a permitir a rotatividade das equipas e a criação de suplência preventiva entre essas mesmas equipas, para evitar o contágio.

Também ao nível de investimentos se verificaram constrangimentos, quer devido à suspensão e/ou redução das atividades inerentes à gestão de empreitadas, quer nos processos de elaboração e gestão de projetos. Os concursos que se encontravam em curso tiveram que ter prorrogações do prazo de entrega das propostas.

A pandemia obrigou ainda à implementação de alterações no relacionamento com os clientes diretos, seja ao nível do atendimento, quer ao nível do processo das leituras de contadores de água e aos procedimentos de gestão e cobrança da dívida. Tendo sido determinado em março de 2020 o encerramento do atendimento ao público, tanto na Loja do Cidadão como na Loja do edifício Sede na Avenida da Liberdade, o atendimento presencial dos clientes passou a ser feito exclusivamente por marcação prévia na loja da Sede, e apenas para assuntos que não pudessem ser tratados por outra via de atendimento.

Relativamente ao atendimento telefónico, no *Contact Center* foram criadas zonas de trabalho alternativas, isoladas umas das outras, permitindo a separação/distanciamento dos postos de cada atendedor, tendo sido necessário o reforço do número de atendedores para compensar o encerramento das lojas. Parte do reforço destas equipas foi assegurado pelos técnicos que asseguravam o atendimento presencial.

A atividade de leitura de contadores de água foi suspensa no mês de março de 2020 e só retomou em inícios de maio.

Durante o período da declaração de estado de emergência e até à presente data, não se realizaram cortes ao abastecimento de água por falta de pagamento. Também as ações executivas (interpostas por falta de liquidação de dívidas) foram suspensas até setembro.

Foi comunicado ainda aos clientes a possibilidade de realização de acordos de pagamento para a regularização dos pagamentos em atraso, mediante o pagamento em prestações ao longo de 24 meses.

Apesar dos constrangimentos que a pandemia introduziu no mundo, a EPAL continuou contudo a desenvolver a sua atividade, bem como a prosseguir os processos de consolidação das atividades da empresa, com vista a melhorar cada vez a mais a gestão e exploração das infraestruturas e sistemas, pelos quais é responsável.

Apesar das adversidades, pretende-se iniciar ainda em 2020 um novo processo de desenvolvimento da empresa, plurianual, baseado em cinco pilares fundamentais:

- A. Requalificação e valorização de Ativos, apostando na renovação das suas redes de abastecimento, requalificação dos seus ativos operacionais e não operacionais, bem como reabilitação e requalificação do seu vasto património histórico e monumental;
- B. Resiliência do Serviço, duplicando e criando redundância das suas instalações e processos de abastecimento, adequação dos sistemas de abastecimento a secas extremas e alterações climáticas, bem como otimização da rede da cidade de Lisboa para garantir cada vez mais níveis de excelência das perdas de água;
- C. Eficiência e Sustentabilidade, com uma aposta forte e decisiva na Economia Circular, nos processos de neutralidade energética, descarbonização da pegada direta e indireta da sua atividade, a criação/consolidação de diversos planos de valor acrescentado, como são exemplos os planos de reutilização de lamas, os planos de reflorestação e de restauração de subsistemas (em estreita parceria com autarquias, entidades públicas, ONGAS, etc.), e os planos de reutilização das águas residuais.
- D. Inovação e Digitalização, com a criação e implementação de inúmeras iniciativas internas e externas, como são exemplo a implementação de um centro de gestão de energia e emissões, o reforço do conhecimento através da Academia da Água, a digitalização global da rede, dos serviços aos clientes em baixa, dos seus produtos e serviços, etc.;
- E. Solidariedade Ativa, através do reforço do tarifário social, a partilha de espaços da empresa com a comunidade, apoio social aos trabalhadores, antigos trabalhadores e respetivas famílias.

Continuando a EPAL num processo de reestruturação permanente iniciado em 2015, com o início da gestão delegada da AdVT que obrigou a uma reestruturação da empresa, desde 2018 que se encontra num ciclo plurianual de maior estabilidade organizacional da Empresa, cujos efeitos práticos já são visíveis desde 2019, nomeadamente na estabilização inicial da sua estrutura de recursos humanos, essencial para a prestação de serviço público que esta empresa desenvolve, e que se pretende reforçar no ano de 2021.

As tarifas a aplicar pela EPAL no período de convergência tarifária (2016-2020) encontram-se definidas nos Anexos IV e V do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio. Estando previsto a EPAL

apresentar a sua proposta de tarifário para o quinquénio seguinte (2021-2015), a pandemia veio adiar esse processo, pelo que a EPAL remeteu à ERSAR uma proposta de atualização para 2021 das suas tarifas, que teve por base a aplicação da taxa de inflação prevista para 2021 (0,8%) às tarifas em vigor em 2020.

No quadro das perspetivas referidas, alicerçadas na sólida sustentabilidade económica e financeira da empresa, a EPAL, em 2021, pretende continuar a promover o desenvolvimento das suas competências e da excelência dos serviços públicos que presta às populações que serve.

### Estratégias de maximização das receitas mercantis

A atividade direta da EPAL compreende duas atividades distintas: o abastecimento de água em alta a entidades gestoras, e o abastecimento de água em baixa aos utilizadores finais no município de Lisboa, existindo um tarifário distinto para cada uma destas atividades.

- *Água em Alta*

A EPAL é responsável pela produção (captação e tratamento) de água para consumo humano e entrega da mesma a 35 municípios em Alta (incluindo Lisboa) – 17 clientes municipais abastecidos diretamente, e os restantes abastecidos por via de duas entidades gestoras multimunicipais – a Águas do Vale do Tejo e a Águas do Ribatejo.

A sua atividade é desenvolvida numa área geográfica que se estende desde a albufeira de Castelo de Bode até aos concelhos limítrofes de Lisboa;

- *Água em Baixa*

A EPAL é responsável pela distribuição domiciliária de água na cidade de Lisboa a mais de 350 mil clientes, prestando igualmente serviços inerentes ao fornecimento de água, tais como o atendimento e assistência domiciliária;

- *Outras Atividades*

Paralelamente com a sua atividade principal, a EPAL tem vindo nos últimos anos a desenvolver e potenciar outros serviços e produtos relacionados com o ciclo da água, onde se destacam:

- Sistema de informação e gestão comercial – Aquamatrix

O AQUAmatrix é um projeto criado no seio da EPAL em 1995, que teve o seu arranque em novembro de 1996. Desde então tem vindo a desenvolver-se a aplicação e a comercializa-la a outras entidades. Tem por objetivo melhorar o modelo de gestão através de uma abordagem integrada da gestão comercial e técnica, suportada em sistemas de informação que garantem o aumento da eficiência e eficácia. Tem vindo a ser sistematicamente enriquecido com funções de mobilidade e incrementado ao nível da informação estratégica, operacional e tática, dispondo atualmente de uma quota de mercado nacional de cerca de 30%;

- Sistema de redução de perdas de água – WONE (*Water Optimization for Network Efficiency*)

O WONE é um sistema que, com base na implementação de zonas de monitorização e controlo e na análise dos respetivos dados de caudal e pressão, permite combinar processos e integrar a informação relevante para a gestão de redes e o controlo de perdas de água. Encontra-se vocacionado para uma estratégia focada na eficiência, na redução de perdas e na otimização do sistema de abastecimento, cujos resultados são relevantes em termos económicos, sociais e ambientais. É suportado por uma aplicação informática que permite automatizar a integração dos dados de monitorização das ZMC.

Atualmente, para além da EPAL e AdVT, existem mais 12 entidades gestoras com licenças WONE para monitorizar as suas redes de abastecimento de água.

- Sistema de informação e incentivo à eficiência de utilização de água – *Waterbeep*

O Waterbeep é um serviço inovador em Portugal através do qual é possível disponibilizar aos clientes informação sobre o consumo de água, permitindo-lhes otimizar o uso da água nas suas habitações, espaços comerciais, industriais ou escritórios. Este serviço inclui ainda a emissão de alertas, cujo envio pode ser efetuado por sms e/ou e-mail, sinalizando consumos de água diferentes do

padrão habitual e ainda possíveis roturas, permitindo, assim ao cliente minimizar as perdas e gastos desnecessários de água.

- o *WattWater*

É uma nova tecnologia 100% portuguesa, desenvolvida integralmente na EPAL, com o objetivo de promover a otimização da gestão energética em Entidades Gestoras de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, tendo sido lançada no mercado em 2015. O WattWater é um SaaS (Software as a Service) que permite, de uma forma eficiente e inovadora, assegurar o complexo processo de integração dos dados relevantes para a monitorização das variáveis associadas à gestão de energia, constituindo-se como um sistema flexível, objetivo e intuitivo.

- o Prestação de serviços de análise e controlo laboratorial

Os laboratórios de ensaio da EPAL são detentores de grande credibilidade no setor laboratorial nacional e europeu, facto que é comprovado pelas instituições que recorrem aos seus serviços analíticos, com especial relevância, a nível nacional, para a Administração Central, Direção Geral de Saúde (DGS), Entidade Reguladora de Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), autarquias, através das Câmaras Municipais ou dos seus Serviços Municipalizados e as empresas do Grupo AdP, entre outras.

Nos últimos anos, numa filosofia de rentabilização da sua atividade, tem vindo a apresentar-se a diversos concursos públicos e convites para prestação de serviços de colheita de amostras e/ou realização de análises em diversas matrizes de águas e ensaios a materiais em contacto com a água para consumo humano.

- o Prestação de serviços de aferição e reparação de contadores

A EPAL assegura a gestão e manutenção do respetivo parque de contadores de água e de medidores de caudal, constituído atualmente por mais de 350.000 unidades, dando sequência à prática adotada, desde a sua fundação em 1868,

pela Companhia das Águas de Lisboa. Herdeira deste conhecimento, a Área de Laboratório de Contadores congrega competências nos domínios da medição, gestão do parque, planeamento da manutenção, reparação, controlo metrológico e calibração de contadores mecânicos de água fria e de medidores de caudal eletromagnéticos. De forma a maximizar esta área, têm vindo a ser desenvolvidos trabalhos de idêntica natureza para outras entidades externas.

- o Cursos de formação profissional através da Academia das Águas Livres

A Academia das Águas Livres foi criada pela EPAL e inaugurada em 4 de outubro de 2013, na sequência da tomada de consciência de uma lacuna em Portugal, ao nível da oferta formativa para quadros técnicos e operacionais do Setor da Água e Ambiente. Desta forma, e no âmbito da certificação da EPAL como entidade formadora pela Direção Geral do Emprego e das Relações do Trabalho (DGERT), procura responder às necessidades deste Setor, o qual se encontra em permanente evolução e crescimento, exigindo cada vez mais qualificações teóricas associadas a competências adquiridas no meio empresarial.

A Academia das Águas Livres tem como missão, desenvolver e valorizar as competências de gestão, técnicas e comportamentais específicas dos quadros e técnicos que trabalhem ou venham a trabalhar em entidades do Setor da Água e Ambiente e pretende constituir-se como uma referência nacional, no que diz respeito ao desenvolvimento e partilha do conhecimento necessário a todos os que se preparam para intervir ou já intervêm na diversidade de Organizações e Instituições que integram este Setor. Para o desenvolvimento da sua atividade formativa, a Academia dispõe de condições privilegiadas e flexíveis ao nível das infraestruturas, abrangendo, para além do edifício da formação com quatro salas devidamente equipadas e uma área de convívio para intervalos, espaços verdes sustentáveis e estacionamento. Conta ainda com uma bolsa de formadores altamente especializados nas matérias abordadas nos cursos, assegurando a resposta e acompanhando de forma inovadora as constantes evoluções e necessidades do mercado onde opera.

Ao nível das atividades principais (abastecimento de água em Alta e Baixa), as receitas da empresa resultam da procura dos seus clientes, atendendo que não se verifica qualquer necessidade de expansão da sua atividade, com exceção de novos clientes devido ao aumento do número de municípios em cada uma das áreas abastecidas pela EPAL. É importante salientar que têm vindo a ser desenvolvidas diversas ações com o objetivo de sensibilização para o uso eficiente da água, pelo que tem vindo a assistir-se, fruto de uma maior consciência ambiental dos seus clientes, a uma redução por essa via dos volumes fornecidos.

Ressalva-se ainda que apesar de não ser um aumento direto das suas vendas, o programa de redução de perdas de água tem permitido otimizar os seus gastos operacionais e, por conseguinte, uma melhor performance nos resultados da Empresa.

Com a pandemia assistiu-se durante o ano de 2020 a uma redução significativa nos consumos dos clientes diretos, nomeadamente com os decréscimos de volume nos segmentos de comércio e indústria e instituições, em consequência da redução da atividade económica na cidade de Lisboa.

Apesar de se ter considerado que em 2021 se manteria grande parte do ano em situação de pandemia, não se assumiu qualquer cenário de confinamento como ocorreu no 2.º trimestre de 2020. Assim, para 2021 estima-se uma recuperação desta quebra, ainda que não se preveja voltar a níveis de 2019, pois os cenários macroeconómicos que são conhecidos apontam para que a recuperação total ocorra após 2021.

Ao nível das Outras Atividades referidas, e embora as mesmas representem um valor marginal face à apresentada pelas atividades principais, as mesmas representam uma efetiva e forte aposta na inovação e desenvolvimento da marca EPAL, procurando responder a oportunidades de negócio, consciente das condições que reúne para o efeito e das vantagens que advêm para si própria e para o País, em termos de prestígio, de experiência e de reforço do seu know how.

No cenário de pandemia a Academia das Águas Livres procurou soluções para assegurar a formação à distância, mas ainda assim perspetiva-se uma redução da faturação, ainda que inexpressiva no universo de receitas da empresa.

## Instruções e recomendações para o Setor Empresarial do Estado

O Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, estabelece a obrigatoriedade de apresentação da proposta de Plano de Atividades/Investimentos e Orçamento para cada ano de atividade, reportado a cada triénio. Esta obrigação tem enquadramento no âmbito das orientações anuais da Direção Geral de Tesouro e Finanças (DGTF), através de ofício específico (Instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão).

Para o processo orçamental de 2021, foram consideradas as orientações constantes na Lei n.º 2/2020, de 31 de março (Orçamento de Estado para 2020), as disposições inscritas no Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho (Execução do Orçamento de Estado para 2019), bem como as Instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2021, materializadas no Despacho n.º 395/2020 - SET, de 27 de julho.

O PAO encontra-se suportado no Orçamento da EPAL para 2021 e no Plano de Investimentos 2021-2023, documentos que refletem um conjunto de atividades e investimentos estruturantes para o ano de 2021 e seguintes, visando trazer maior valor para o Cliente e para o Ambiente, assegurar um perfil financeiro sustentável e um adequado e justo retorno ao Acionista.

Foram ainda cumpridas todas as orientações governamentais em vigor, nomeadamente no que respeita às medidas de redução de gastos, cuja análise detalhada é feita no capítulo 5 do presente documento.

O PAO para 2021 tem em conta os recursos financeiros e as fontes de financiamento disponíveis, o cumprimento da missão e dos objetivos a que a empresa foi incumbida, bem como as estratégias de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental, identificando, sempre que possível, os objetivos a alcançar e explicitando os respetivos instrumentos de planeamento, execução e controlo.

Juntamente com o plano de atividades são incluídas as demonstrações financeiras previsionais detalhadas, designadamente a demonstração da posição financeira, a demonstração de resultados por natureza e a demonstração de fluxos de caixa previsionais, e o plano de investimentos quantificado e detalhado com as respetivas fontes de financiamento.

## Horizonte Temporal do PAO 2021

Dando cumprimento às orientações constantes na Lei n.º 2/2020, de 31 de março (Orçamento de Estado para 2020), às disposições inscritas no Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho (Execução do Orçamento de Estado para 2019), bem como ao Despacho n.º 395/2020 - SET, de 27 de julho, e ainda ao disposto no n.º 6 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, no presente documento, para além da projeção das principais rubricas orçamentais para o período de 2021-2023, é apresentado o Plano de Investimentos para este período.

## Aprovação da proposta de PAO para 2021

O Plano de Atividades/Investimentos e Orçamento para 2021 da EPAL foi aprovado pelo Conselho de Administração, na sua reunião realizada no dia 7 de outubro de 2020.

## Pressupostos

Os pressupostos macroeconómicos encontram-se em linha com as recomendações do acionista e da Entidade Reguladora do Setor - ERSAR.

Pressupostos	Estimativa 2020	Orçamento 2021	Projeção 2022	Projeção 2023
Euribor 3m	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Financiamentos BEI existentes	Conforme contrato	Conforme contrato	Conforme contrato	Conforme contrato
Taxa das aplicações de tesouraria	0,00%	0,0%	0,0%	0,0%
Inflação - IHPC	0,10%	0,80%	1,10%	1,10%
Inflação - Eletricidade	n.a.	-19,7%	0,5%	4,7%
IRC	21%	21%	21%	21%
Derrama Municipal	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%
Derrama Estadual	3% s/(1,5M€-7,5M€)	3% s/(1,5M€-7,5M€)	3% s/(1,5M€-7,5M€)	3% s/(1,5M€-7,5M€)
	5% s/ LT (7,5M€-35M€)			
	9% s/LT (>35M€)	9% s/LT (>35M€)	9% s/LT (>35M€)	9% s/LT (>35M€)

Conforme já referido anteriormente, o PAO encontra-se suportado no Orçamento para 2021 e no Plano de Investimentos 2021-2023, visando trazer maior valor para o Cliente e para o Ambiente, assegurar um perfil financeiro sustentável e um adequado e justo retorno ao Acionista.

A atividade projetada da empresa é sustentada tendo em conta os recursos financeiros e as fontes de financiamento disponíveis, o cumprimento da sua missão e dos seus objetivos, bem como as

estratégias de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental, permitindo assim alcançar resultados projetados crescentes face aos atuais.

A fim de dar cumprimento ao disposto no n.º 6 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, os instrumentos previsionais de gestão abrangem o triénio 2021-2023.

Importa ainda salientar que a EPAL apresenta anualmente informação de natureza económica e financeira ao acionista e à entidade reguladora do setor, que permite uma avaliação dos rendimentos, gastos, ativos, capitais próprios e passivos da empresa de forma desagregada face às diferentes atividades que desenvolve.

## Instrumento Previsional de Gestão

### 1. Plano de atividades anual

#### Missão

A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. é uma empresa do setor empresarial do Estado que integra o Grupo Águas de Portugal (Grupo AdP).

A sociedade tem como missão conceber, construir, explorar e gerir os sistemas de abastecimento de água e de saneamento sob sua responsabilidade, envolvendo todas as atividades e negócios relacionados.

Também faz parte da sua missão assegurar a gestão delegada do sistema multimunicipal do Vale do Tejo, num quadro de eficiência e sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento socioeconómico das regiões onde atua.

Constitui ainda a missão da Empresa procurar ser uma empresa de referência no setor da água e orientar-se pelas melhores práticas internacionais, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, preservando o recurso natural de que depende - a Água – e o ambiente, constituem a Visão da EPAL.

#### Política de Gestão

No âmbito do contexto organizacional da EPAL e da Águas do Vale do Tejo, e por forma a dar cumprimento à legislação e às normas aplicáveis e à missão, visão e valores, de modo socialmente responsável, económico e ambientalmente sustentável e prevenindo riscos para a segurança e saúde das/os trabalhadoras/es, assumem-se os seguintes compromissos:

- Gestão Delegada do Sistema Multimunicipal do Vale do Tejo – Assegurar a gestão delegada do Sistema da Águas do Vale do Tejo, nos termos do contrato de concessão e da legislação aplicável, sem prejuízo das responsabilidades da sociedade perante o concedente e entidade reguladora;
- Responsabilidade empresarial - Garantir a qualidade dos produtos e serviços prestados, essenciais para a saúde pública e para a preservação do ambiente, assegurando e

disponibilizando os recursos necessários, nomeadamente a informação, o recurso a profissionais qualificados e implementação de planos, processos e procedimentos adequados para atingir os objetivos e metas;

- Satisfação dos/as Trabalhadores/as, Clientes e das outras Partes Interessadas – Auscultar e promover o reforço da satisfação, das necessidades e expectativas dos/as trabalhadores/as, clientes, e restantes partes interessadas, visando sempre a melhoria dos serviços prestados e as interfaces existentes;
- Responsabilidade social - Apoiar, promover e desenvolver ações socialmente responsáveis, assegurando o bem-estar dos/as seus/suas trabalhadores/as, através da implementação de práticas de organização do trabalho que potenciem a conciliação e o equilíbrio entre a vida profissional, familiar e pessoal;
- Melhoria contínua - Desenvolver as atividades da Empresa de forma eficiente, eficaz e inovadora, otimizando os processos e os recursos necessários com o objetivo da promoção contínua do seu melhor desempenho;
- Conhecimento e Formação - Potenciar o conhecimento e a capacitação profissional das pessoas, através da adequação e atualização de competências, fomentando o seu envolvimento, criatividade e responsabilidade individual;
- Preservação da condição humana - Avaliar e controlar os perigos e riscos ao nível da saúde e segurança das pessoas, estimulando a sua participação no encontro de soluções que melhorem as condições de trabalho, prevenindo a ocorrência de lesões e afeções para a saúde e a ocorrência de acidentes;
- Promover e implementar práticas de igualdade de género – Garantir a participação equilibrada de homens e mulheres nas atividades profissionais, ao abrigo de políticas adequadas, como fator de desenvolvimento e de contributo ativo para a evolução da empresa, e da sociedade;
- Integridade, transparência e ética – Promover e assegurar práticas íntegras e transparentes de acordo com os princípios do pacto global das nações unidas e instruções nacionais e internacionais aplicáveis;
- Desenvolvimento sustentável - Contribuir ativa e responsabilmente para um futuro sustentável, promovendo a proteção do ambiente e o uso eco eficiente dos recursos naturais, prevenindo a poluição e acidentes ambientais em todas as suas atividades e

contribuindo, sempre que possível, para a recuperação de passivos ambientais, compensação da pegada ecológica da Empresa e para a preservação da biodiversidade. Melhorar o desempenho energético e hídrico global, nomeadamente o uso e consumo de energia e a eficiência energética, promovendo a aquisição de produtos e serviços energeticamente eficientes, bem como reduzindo ou mantendo as perdas em níveis aceitáveis;

- Reforço da resiliência – Promover a adequada proteção da segurança das infraestruturas críticas, identificar e avaliar oportunidades e ameaças, definindo e planeando estratégias e táticas, de forma a potenciar a gestão dos riscos e de crises, no sentido de responder a situações de força maior ou de disrupção, garantindo a continuidade do negócio;
- Segurança da informação - Gerir, adequadamente, o risco dos sistemas de tecnologias de informação, contribuindo para uma utilização mais segura dos sistemas que suportam o negócio de forma a garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação da empresa e dos seus clientes;
- Gestão dos Ativos – gerir os ativos numa lógica de criação de valor, garantindo um equilíbrio entre o custo, o risco e desempenho ao longo do seu ciclo de vida, através da disponibilização de recursos e da otimização dos investimentos e da exploração, da maximização do ciclo de vida dos ativos, garantindo um equilíbrio entre o seu custo, risco de falha e desempenho e da melhoria da eficiência hídrica e energética;
- Envolvimento da cadeia de fornecimento – Fomentar os fornecedores e prestadores de serviços a partilharem os mesmos valores, estimulando a sua adesão ao compromisso de respeitar e aplicar as boas práticas implementadas, criando valor para ambas as partes.

### Orientações estratégicas

Como referido anteriormente, a EPAL é uma Empresa do setor empresarial do Estado e que integra o Grupo Águas de Portugal (Grupo AdP).

O Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho, estabelece os princípios respeitantes à prestação do serviço público de abastecimento de água, tal como definido no Decreto-Lei n.º 190/81, de 4 de julho.

Os objetivos do Grupo AdP são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas.

De acordo com o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, compete ao Ministério das Finanças, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, a definição de orientações tendo em vista a elaboração dos respetivos planos de atividades/investimentos e orçamento para cada ano de atividade, bem como o controlo da evolução dos níveis e condições de endividamento, nos termos definidos no seu Artigo 29.º.

Conforme também resulta do referido Regime, compete ao Ministério do Ambiente, enquanto ministério setorial, designadamente:

- Definir e comunicar a política setorial a prosseguir, com base na qual as empresas públicas desenvolvem a sua atividade;
- Emitir as orientações específicas de cariz setorial aplicáveis a cada empresa;
- Definir os objetivos a alcançar pelas empresas públicas no exercício da respetiva atividade operacional;
- Definir o nível de serviço público a prestar pelas empresas e promover as diligências necessárias para a respetiva contratualização.

#### Deveres e Responsabilidades do Conselho de Administração

O exercício das funções do Conselho de Administração da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., tem em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação, que relativamente ao exercício de funções executivas prevê as seguintes obrigações:

- Cumprir os objetivos da empresa definidos em assembleia geral ou, quando existam, em contratos de gestão;
- Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da empresa;
- Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da empresa em todas as suas componentes;

- Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da empresa;
- Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à empresa, bem como a sua confidencialidade;
- Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;
- Assegurar o tratamento equitativo dos utilizadores e clientes.

Os membros do Conselho de Administração devem ainda promover a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento da empresa e, conseqüentemente, do setor e do Grupo AdP.

Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., estão sujeitos às normas de ética aceites no setor de atividade e ao cumprimento das boas práticas de governação societária e de gestão empresarial, designadamente em matéria de transparência, prevenção da corrupção, padrões de ética e conduta, responsabilidade social, política de recursos humanos, promoção da igualdade, prevenção de conflitos de interesse e respeito pela concorrência e agentes do mercado.

#### Orientações estratégicas gerais

O Conselho de Administração deverá assegurar que a EPAL – Empresa Portuguesa de Águas Livres, S.A, sem prejuízo da sua autonomia de gestão:

- a) Cumpra a sua missão e exerça a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente da eficiência, qualidade e segurança do serviço prestado;
- b) Seja socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- c) Desenvolva ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;

- d) Promova o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- e) Adote metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e a satisfação dos clientes;
- f) Conceba e implemente políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação das trabalhadoras e dos trabalhadores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão e especificidade das diversas atividades desenvolvidas;
- g) Implemente planos de ação, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional (promoção da igualdade);
- h) Implemente políticas de inovação científica e tecnológica, promovendo e estimulando a investigação de novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- i) Implemente e mantenha sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

#### Orientações estratégicas específicas

O Conselho de Administração deverá ainda assegurar que a EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A, após o importante esforço de investimento em infraestruturas e o conjunto de alterações mais recentes, em linha com a política para o setor, implemente uma agenda de medidas orientadas para a consolidação e o recentrar da sua atuação, designadamente em:

1. Aprofundar a colaboração com os Municípios, através nomeadamente da:
  - 1.1. Identificação de alternativas de colaboração que permitam colocar as competências empresariais públicas ao serviço dos parceiros municipais;

- 1.2. Adoção de medidas conducentes à participação dos parceiros municipais nas principais decisões, designadamente de investimento, alargamento ou diminuição do âmbito da atividade, revisão de tarifas e instrumentos de planeamento.
2. Promover o desenvolvimento regional, na linha da opção política para o setor da água, compatibilizando-o com a elevação da eficiência e a sua natureza empresarial, designadamente:
  - 2.1. Na concretização dos destaques de sistemas multimunicipais.
  - 2.2. Nas políticas de contratação de bens e serviços que promovam também o desenvolvimento das atividades económicas regionais.
  - 2.3. Na constituição e, ou participação em centros de competência funcionando em rede e em ambiente de interação, descentralizado e colaborativo, ajustado às realidades territoriais.
3. Assegurar elevada eficiência, a partir do reforço da natureza empresarial e incentivo aos seus quadros, alinhando-o com os desafios do setor, designadamente:
  - 3.1. Sistematização e otimização das rotinas operacionais, contribuindo para melhorar a afetação de recursos, através da elaboração ou revisão de planos de operação numa base comparável e consistente;
  - 3.2. Otimização do sistema de contabilidade de gestão e de indicadores de desempenho de atividades e entidades comparáveis, refletindo também a imputação decorrente dos planos de operação;
  - 3.3. Realização e participação em exercícios de avaliação e comparação de desempenho;
  - 3.4. Realização e implementação de plano de gestão de energia com certificação pela norma NP EN ISO 50001.
4. Assegurar uma efetiva e participada gestão de mudança, atentos os antecedentes e os desafios de mudança em presença, designadamente de natureza estrutural e cultural.
5. Assegurar a gestão das infraestruturas, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos desafios das alterações climáticas e segurança, através designadamente:
  - 5.1. Definição da política de gestão de infraestruturas.
  - 5.2. Integração, nas principais decisões de gestão organizacional, das funções de conceção, construção e manutenção.

- 5.3. Consolidação do conhecimento das infraestruturas.
- 5.4. Consolidação dos sistemas de informação e avaliação.
- 5.5. Integração com práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas.
- 5.6. Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.
6. Assegurar um efetivo envolvimento da empresa na implementação de medidas de proteção ambiental multissetoriais.
7. Capitalizar as competências e capacidades disponíveis para a implementação de projetos nacionais e internacionais.

As orientações estratégicas gerais e específicas indicadas decorrem do anterior mandato do Conselho de Administração, na sequência da aprovação das orientações estratégicas fixadas para o Conselho de Administração da AdP SGPS, e que produz efeitos à data de eleição dos membros do Conselho de Administração da EPAL.

Encontra-se em curso a elaboração das novas orientações estratégicas bem como a definição pelo acionista dos respetivos indicadores respeitantes aos contratos de gestão previstos no art.º 18.º do Estatuto do Gestor Público, prevendo-se que os mesmos sejam aprovados durante o ano de 2020.

No que respeita a Contratos Programa ou Contratos de Prestação de Serviço Público, a empresa não celebrou nem prevê celebrar qualquer contrato-programa com o Estado Português, bem como não tem contratualizado qualquer contrato de prestação de serviço público.

Instrumentos de planeamento, execução e controlo

Com vista à prossecução dos objetivos estratégicos definidos nos vários domínios da atividade da Empresa, a EPAL dispõe de um conjunto de instrumentos de planeamento, execução e controlo, dos quais se destacam pela sua importância em termos económicos e financeiros:

- i) PAI – Plano Anual de Investimentos. O PAI é elaborado anualmente para um horizonte temporal de três anos e consiste numa previsão de todos os investimentos que a Empresa prevê realizar para esse período, tendo por base fatores de sustentabilidade

económica, de manutenção da qualidade da água e serviços prestados e de eficiência organizacional.

A realização de cada um dos projetos de investimento é controlada rigorosamente, por meio do sistema de gestão SAP, não sendo possível a assunção de compromissos financeiros que não estejam aprovados em sede de PAI e cumprindo escrupulosamente a delegação de competências em vigor na Empresa.

Qualquer investimento que se pretenda realizar não previsto no PAI carece de deliberação do Conselho de Administração (CA), independentemente do montante envolvido.

- ii) Orçamento anual e controlo orçamental. Anualmente é elaborado o orçamento, de acordo com os princípios contabilísticos vigentes na Empresa, com a participação ativa de todos os responsáveis da Empresa, os quais ficam vinculados à justificação dos desvios supervenientes perante o CA.
- iii) Plano de Negócios. O plano de negócios da Empresa é atualizado periodicamente. As atualizações periódicas implicam sempre proceder-se à atualização da informação histórica financeira, que servirá de base para ajustar as projeções, bem como rever os pressupostos macroeconómicos, fiscais e de atividade, em que se baseia o estudo em apreço. O plano de negócios da EPAL tem um período de projeção de 30 anos.

As aquisições de bens ou serviços são controladas através de mecanismos de controlo interno incorporados no sistema SAP, em termos de autorizações, que traduzem a delegação de competências em vigor na Empresa.

A avaliação da execução do Plano de Investimentos e do Orçamento anual é feita mensalmente, sendo ainda elaborados relatórios de controlo de gestão trimestrais que monitorizam um vasto conjunto de indicadores económico-financeiros e também operacionais, bem como o cumprimento das disposições legais, conforme decorre do disposto do n.º 7 do artigo 158.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 26 de junho.

A monitorização do cumprimento dos objetivos anuais é feita anualmente pelo acionista, constando a mesma dos relatórios anuais de prestação de contas, que são disponibilizados publicamente no sítio da internet da EPAL.

## 2. Plano de investimento/financiamento anual e plurianual e respetivo orçamento

### 2.1 Enquadramento

A EPAL tem mais de 150 anos de existência, tendo o seu sistema de abastecimento de água sido construído e ampliado ao longo de décadas.

A área de intervenção da EPAL, até 1935, limitava-se ao abastecimento e distribuição de água ao concelho de Lisboa. A partir desse ano, a EPAL passou a abastecer em alta os municípios de Oeiras (1935), Cascais (1941), Azambuja (1945), Vila Franca de Xira (1946), Sintra, Loures e Odivelas (1948), Alenquer (1950), Alcanena (1955), Santarém (1958), Arruda dos Vinhos e Sobral de Monte Agraço (1964), Cartaxo (1978), Amadora (1979), Mafra (1981), Torres Vedras (1988), Entroncamento e Torres Novas (1993), Ourém (1994), Vila Nova da Barquinha e Tomar (1995), Constância (1996), Porto de Mós e Leiria (1998), Batalha (2003) e o Sistema Multimunicipal Águas do Oeste (2003) que serve, para além dos municípios de Sobral de Monte Agraço, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Alenquer e Torres Vedras já anteriormente abastecidos pela EPAL, os municípios de Alcobça, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Óbidos, Peniche, Rio Maior e Nazaré.

Os últimos investimentos de expansão do sistema de abastecimento (investimentos que geram acréscimo do volume de negócios) ocorreram já num passado distante, com a construção do adutor de Circunvalação (concluída em 2001), a ampliação do subsistema de Castelo do Bode (concluída em 2007) para fazer face ao alargamento do abastecimento aos municípios do Oeste, e o reforço do abastecimento ao município de Mafra (2007).

A partir daí o investimento da EPAL tem-se centrado na fiabilidade e segurança do sistema e na garantia da qualidade da água, apresentando o sistema de abastecimento um elevado grau de estabilidade, como se demonstra pela evolução dos ativos seguidamente apresentada no quadro seguinte:

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Municípios abastecidos (nº) <sup>(1)</sup>	34	35	35	35	35	35	35	35	35	35
População abastecida (milhões hab.)	2,8	2,9	2,9	2,9	2,8	2,8	2,8	2,9	2,9	2,9
<b>Sistema de Produção e Transporte</b>										
Estações Tratamento em Alta (nº)	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Conduatas em Alta (km)	705	710	710	710	710	695	694	696	696	696
Estações Elevatórias em Alta (nº)	31	31	31	31	31	31	31	31	31	31
Reservatórios em Alta (nº)	28	28	28	28	28	28	28	28	28	28
<b>Sistema de Distribuição</b>										
Rede em Baixa (km)	1 429	1 430	1 434	1 448	1 446	1 448	1 446	1 445	1 448	1 447
Estações Elevatórias em Baixa (nº)	10	10	10	10	10	10	10	11	11	11
Reservatórios em Baixa (nº)	13	14	14	14	14	14	14	14	14	14
<b>Ativo Fixo Tangível Líquido (milhões eur)</b>	<b>786,6</b>	<b>773,6</b>	<b>760,4</b>	<b>742,1</b>	<b>733,7</b>	<b>718,8</b>	<b>705,9</b>	<b>695,6</b>	<b>682,8</b>	<b>669,2</b>

<sup>(1)</sup> abastecidos direta e indiretamente, incluindo o município de Lisboa

O valor do imobilizado (ativo fixo tangível líquido) tem diminuído, fruto do esforço da Empresa em adaptar o seu sistema de abastecimento a um contexto de não crescimento da atividade e em que a capacidade instalada é suficiente, facto que recolocou o foco do investimento no aumento da eficiência operativa e na redução do risco de falha.

O sistema de abastecimento da EPAL é um sistema de grande dimensão, composto por 2 Estações de Tratamento de Água (ETA), 696 Km de Adutores, 1.447 Km de condutas de Rede de Distribuição, 42 Estações Elevatórias, 42 Reservatórios e 103 mil ramais de ligação, com um valor bruto do Ativo Fixo Tangível, a 31 de dezembro de 2019, de 1,5 mil milhões de euros, que gera uma amortização anual superior a 25 milhões de euros (depreciação do Ativo Fixo Tangível de 25,8 milhões de euros em 2019).

Manter esta base de ativos implica um investimento constante, que em termos médios deverá rondar um valor na ordem dos 26 milhões de euros/ano, equivalente ao valor das amortizações.

Acresce, o Programa EPAL 0% Energia, que tem como objetivo atingir até 2025 a neutralidade energética, em alinhamento com o Roteiro Nacional de Baixo Carbono 2050 e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

Este conjunto de investimentos que constituem o "EPAL 0% Energia" foram incluídos no Programa de Recuperação e Resiliência (IRR) no contexto dos Instrumentos comunitários de apoio à recuperação da economia. Para além dos investimentos de energia fazem parte do Programa IRR os seguintes investimentos adicionais:

- Sensorização IoT da rede de abastecimento, renovação tecnológica de válvulas, plataforma IT, instalação de rede de comunicações proprietária na Cidade de Lisboa;

- Sistemas de vigilância eletrónica com imagem de infraestruturas;
- Sistemas automáticos de abastecimento de reagentes.

## 2.2 Metodologia

A EPAL elabora o Plano de Investimentos anualmente, tendo no presente Plano alargado o seu horizonte temporal de 3 para 5 anos.

A elaboração do novo Plano tem como ponto de partida o Plano em curso e a correspondente execução, sendo constituídos por grupos de trabalho transversais específicos dedicados por natureza de ativo, que analisam os investimentos em curso, as futuras necessidades de investimento e apresentam as propostas de atualização.

A seleção dos investimentos é suportada em análises multicritério e de risco, pelo que o Plano proposto para o próximo triénio já reflete o grau de prioridade dos investimentos de acordo com a metodologia que se explica de seguida, tendo como objetivo:

- a) Garantir a qualidade da água destinada ao consumo humano;
- b) Assegurar um nível de serviço e um grau de segurança estratégico do sistema, capaz de responder em quantidade e qualidade às solicitações dos Clientes;
- c) Ser sustentável em termos económico-financeiros.

A abordagem metodológica desenvolvida na EPAL para a priorização de investimentos, validada pelo Conselho de Administração na fase de arranque do processo, foca a atenção em cada uma das naturezas de ativos da empresa, facto que originou a constituição de uma equipa designada de "Painel de Peritos" (um grupo por cada natureza de ativo). Este painel é essencialmente composto por especialistas das Direções de Gestão de Ativos, Engenharia, Manutenção e Operação, embora para alguns tipos mais específicos de ativos, como os Contadores e Postos de Cloragem, tenham sido envolvidas também as direções de Clientes e de Controlo da Qualidade da Água, respetivamente. Foram ainda identificadas as necessidades associadas aos investimentos relacionados com segurança e saúde, junto da direção de Sustentabilidade Empresarial.

Cada grupo do “Painel de Peritos” segue a metodologia apresentada no quadro seguinte:

<b>Complexidade</b>	<b>Categoria</b>	<b>Metodologia</b>
<b>Básica</b>	Investimentos correntes	Propostas diretamente pelas áreas
<b>Média</b>	Novos ativos	Análise por parte do Painel de Peritos (Justificação custo – benefício)
<b>Elevada</b>	Reabilitação/ Renovação	Análise por parte do Painel de Peritos (Análise de Risco ou Multicritério)
<b>Estratégica</b>	Investimentos Estratégicos	Baseado em estudos específicos ou em recomendações do Plano Diretor e Plano Geral da Rede, cujos resultados devem ser integrados na análise efetuada pelo Painel

Assim, as propostas para os Investimentos Correntes respeitam a investimentos associados a intervenções normalmente simples (ex.: substituição de instrumentação), mas que importa concretizar para assegurar o normal funcionamento das infraestruturas essenciais à exploração do Sistema da EPAL.

Os grupos analisam ainda as propostas de Investimentos em Novos Ativos, as quais são acompanhadas de justificação dos investimentos a realizar.

Para a análise dos Investimentos em Reabilitação/Renovação de grandes naturezas de ativos (correspondentes a cada grupo do Painel), utilizam-se metodologias de análise de risco para a Rede de Distribuição, Rede de Adução, Reservatórios, Captações, Estações Elevatórias e Postos de Transformação. No caso dos Postos de Cloragem, as necessidades de investimento foram identificadas pelo Grupo de Trabalho “Análise e Definição da Estratégia a Adotar ao Nível da Cloragem na Rede da EPAL”. De ressaltar que as propostas de investimentos referentes à ETA da Asseiceira e à ETA de Vale da Pedra, face à sua singularidade e importância estratégica, são objeto de análise específica por parte dos respetivos responsáveis.

Por outro lado, os grupos referidos incorporam na sua análise as conclusões dos estudos referentes a Investimentos no Desenvolvimento Estratégico do Sistema. Os investimentos que

recaem nesta categoria resultam das recomendações do Plano Diretor/ Plano Geral da Rede bem como da elaboração de estudos específicos face a necessidades prementes da empresa ou a oportunidades de mercado para expandir ou diversificar o negócio da EPAL (ex.: Aqueduto do Alviela, EPAL 0% Energia, Duplicação dos troços não duplicados do Adutor de Castelo do Bode e Reabilitação das Conduitas de Valadas). A sua justificação está, pois, suportada nos referidos estudos.

### Rede de distribuição de Lisboa

A proposta de investimentos para a rede de distribuição de Lisboa tem em consideração os seguintes fatores:

- A análise das áreas prioritárias para reabilitação da rede de distribuição, resultante da aplicação de uma matriz multicritério, conjugando a aplicação de uma análise de risco (80%) com fatores económicos (20%) às diferentes áreas de suspensão da rede. A matriz multicritério resulta assim, da conjugação da (i) análise de risco que se baseia em critérios relacionados com o desempenho esperado (idade/material) e o desempenho real (nº avarias /ano /100 km), com a criticidade da área de suspensão em termos do nº clientes equivalentes afetados, (ii) com a análise de custos de manutenção vs de reabilitação dessas áreas. Atendendo às características deste ativo (1.400 km de rede malhada em Lisboa), esta análise é efetuada diretamente no Sistema de Informação Geográfica (SIG), através da sua aplicação aos cerca de 35 mil troços;
- A análise dos troços prioritários na rede de adução de Lisboa, resultante da aplicação de uma análise de risco, que se baseia em critérios relacionados com o desempenho esperado (idade/material) e o desempenho real (nº avarias /ano /100 km), com a consequência da falha desses troços em termos de redundância, danos a terceiros (arrebentamento) e imagem (vias principais, zona histórica, ou restantes ruas).
- Recomendações do Plano Geral da Rede (Plano Estratégico);
- Ampliação da rede, de modo a dar resposta a novos abastecimentos (extensão de rede e novos ramais em rede existente).

Na imagem seguinte apresenta-se o resultado da aplicação da matriz de risco, em 2019, com a identificação dos troços prioritários em termos de reabilitação assinalados a vermelho e laranja.



Troços prioritários (Rede de Distribuição DN<400mm)

A reabilitação de condutas na rede de Lisboa tem por objetivo assegurar uma idade média compatível com a eficiência operacional desejável para o Sistema de Distribuição, nomeadamente ao nível da fiabilidade, consistência e qualidade de serviço prestado ao cliente, tendo como uma das naturais consequências a redução das avarias na Rede de Distribuição.

#### Rede de adução de Lisboa

No caso dos adutores em Lisboa a análise de risco é efetuada através da aplicação da matriz de risco à rede de adução na cidade de Lisboa.

A análise é efetuada no Sistema de Informação Geográfica (G/Interaqua), permitindo desta forma localizar as áreas com prioridade de reabilitação mais elevada, tendo-se adotado a definição generalizada de risco, como sendo  $R = P \times C$ , em que P é a probabilidade de falha dos diferentes troços (idade/material, n.º avarias na suspensão /ano /100 km) e C a consequência da falha desses troços (Arrebetamento, redundância, imagem).

Desta forma no plano de investimentos foram consideradas as reabilitações nos seguintes adutores de Lisboa:

- Adutora Calçada da Carriche;
- Adutora Zona Média Olivais / Campo de Ourique;
- Adutora Telheiras / Alfragide

Está prevista uma campanha de inspeção aos adutores numa extensão estimada de 20 km.

Rede de adução Fora de Lisboa

A identificação dos investimentos efetuada para a rede de adução resultou:

- das recomendações estratégicas do Plano Diretor de Desenvolvimento do Sistema de Abastecimento da EPAL;
- dos estudos estratégicos específicos, como é o caso dos investimentos resultantes das soluções preconizadas no estudo do Aqueduto do Alviela e no estudo de duplicação dos troços não duplicados (19 km) do Adutor de Castelo do Bode (adutor crítico para o sistema de abastecimento da EPAL, transportando cerca de 80% da água fornecida pela EPAL);
- da aplicação de uma análise de risco, tendo-se adotado a definição generalizada de risco, como sendo  $R = P \times C$ , em que P é a probabilidade de falha dos diferentes troços (idade, material, tipo de escoamento, número de avarias /ano /100 km, resultado de inspeções) e C a consequência da falha desses troços (redundância, relevância). Das prioridades de investimento resultantes da aplicação desta matriz, destacam-se as reabilitações das Conduas de Água Bruta e Água Tratada de Vale da Pedra, Aqueduto Tejo (criado grupo de trabalho Tejo XXI para estudo de soluções), Conduca Costa do Sol, Adutor Vila Franca de Xira-Ralis (obra de reabilitação dos troço 2 e 3 em fase de conclusão; solução de reabilitação para os restantes troços não reabilitados em análise por Grupo de Trabalho constituído para o efeito), e Obra Especial de Vala Real do Adutor de Castelo do Bode.

## Reservatórios

As propostas de intervenções em reservatórios resultam igualmente de uma análise de risco, fortemente apoiada nos resultados das inspeções, ensaios de estanqueidade (% perdas) e segurança (acessibilidade) em termos de probabilidade; e de relevância (importância estratégica/redundância) e autonomia (capacidade de armazenamento) em termos de consequência.

Da aplicação desta metodologia foi incorporada no plano de investimentos a necessidade de reabilitar a Célula 2 do Reservatório da Charneca, Alcanhões, Barbadinhos, Alto de Carenque e Vila Franca de Xira R3.

## Contadores

O investimento na aquisição de contadores de água e medidores de caudal (a partir daqui referidos por “contadores”) destina-se à renovação e ampliação do parque deste tipo de ativos, respondendo a necessidades de contadores não cobertas, quantitativa e tecnicamente, para os já existentes. Estas necessidades decorrem da gestão destes ativos tendo por base:

- Cumprimento do controlo metrológico legal e da recomendação nº 6 da ERSAR;
- Substituição antecipada por análise custo-benefício (Billmeter);
- Suspensão temporária da atividade interna de reparação de contadores;
- Renovação de modelos e tipologias de contadores obsoletos, nomeadamente, contadores conjugados, substituindo-os por contadores estáticos, previsível estabilidade em termos de desempenho metrológico ao longo do tempo de vida e de menor exigência ao nível da instalação, nomeadamente dos comprimentos dos troços de estabilização do perfil de velocidades do escoamento cujo volume se pretende medir;
- Harmonização das características do parque instalado decorrentes da implementação da nova Diretiva MID;
- Preparação para a redução do prazo legal de verificação metrológica de 12 para 8 anos aplicável aos contadores DN 25;

- Renovação de medidores de caudal da velha geração devido a obsolescência e à crescente dificuldade na obtenção de componentes o que inviabiliza a manutenção dos medidores.

Adicionalmente, foi incorporada no Plano de Investimento a implementação de Telemetria nos Clientes da EPAL, decorrente do Planeamento Estratégico para a Expansão da Telemetria - projeto Medição Interativa / "Interative Metering".

### Captações, Estações Elevatórias e Postos de Transformação

#### Equipamentos

A decisão de se intervir, em termos de substituição dos equipamentos, em Captações, Estações Elevatórias ou nos Postos de Transformação, baseou-se numa análise de risco.

Assim, numa primeira fase, o trabalho consistiu na análise da criticidade de cada um dos ativos para a exploração do sistema de abastecimento da EPAL. Numa segunda fase, procedeu-se à análise da probabilidade de falha do desempenho dos mesmos ativos, através de um método semi-quantitativo.

Tendo sido seguida uma abordagem semelhante para estes três tipos de ativos, descreve-se seguidamente, a título de exemplo, os critérios utilizados na análise de Risco: Desempenho (Grau de obsolescência dos equipamentos, anomalias, inadequação à exploração) x Criticidade (relevância e redundância).

Neste contexto, destacam-se as necessidades de intervenção na EE Olivais I e Olivais II, Quadro Elétricos de Vila Franca de Xira e Telheiras.

#### Construção Civil

As propostas de intervenção em reservatórios e edifícios de Captações, Estações Elevatórias e Postos de Transformação, resultam igualmente de uma análise de risco.

Estas análises resultam das inspeções e do impacto na operação em termos de probabilidade; e de relevância (caudal) e redundância em termos de consequência.

No caso dos reservatórios, esta análise está fortemente apoiada nos resultados das inspeções, ensaios de estanqueidade (% perdas) em termos de probabilidade; e de relevância (importância estratégica/ redundância) e autonomia (capacidade de armazenamento) em termos de consequência. No caso dos edifícios de Captações, Estações Elevatórias e Postos de Transformação, as análises resultam das inspeções e do impacto na operação em termos de probabilidade; e de relevância (caudal) e redundância em termos de consequência.

Neste contexto, destacam-se as necessidades de intervenção na EE Vila Franca Xira e EE Olivais II.

### Postos de Cloragem

No caso dos Postos de Cloragem foram consideradas as soluções técnicas definidas no âmbito do Grupo de Trabalho – Análise e Definição da Estratégia a Adotar ao Nível da Cloragem na Rede da EPAL, salvaguardando os seguintes objetivos:

- Aumento significativo da segurança das pessoas, dos colaboradores e do meio envolvente;
- Aumento da fiabilidade da instalação devido à obsolescência dos equipamentos;
- Redução dos custos de exploração e manutenção;
- Adequação a regimes de exploração atuais, aumentando a eficácia da exploração do posto de cloragem, e consequente melhoria na gestão da qualidade da água.

### EPAL 0% Energia

A EPAL tem como objetivo atingir até 2025 a neutralidade energética, tendo os investimentos previstos sido analisados do ponto de vista do custo ao longo do ciclo de vida e priorizados em função dessa mesma análise, dando prioridade aos custos mais eficazes.

A EPAL pretende reforçar o seu desempenho energético, criando condições a que possa assegurar a neutralidade energética, ou seja, o consumo de energia elétrica igualar a produção de energia elétrica na mesma. Os projetos previstos assentam nos seguintes eixos de atuação:

- Reduzir os consumos de energia;
- Minimizar as flutuações de consumo de energia;
- Produção de energia elétrica;
- Gestão de cargas e da reserva de água em ordem à maximização do autoconsumo.

### Sistemas de Informação

Relativamente aos investimentos nos Sistemas de Informação, os mesmos refletiram as necessidades definidas no PESI (Plano Estratégico dos Sistemas de Informação) aprovado pelo Conselho de Administração.

### Plano de Segurança da Água

Adicionalmente, o processo de elaboração do PAI foi ainda articulado com a Direção de Laboratório, no sentido contemplar as medidas de natureza de investimento identificadas no PSA (Plano de Segurança da Água).

### Programa de Recuperação e Resiliência

O Grupo AdP definiu como vetores estratégicos de investimentos para os próximos três anos: a) digitalização; b) economia circular; c) neutralidade energética. Estas linhas promovem a resiliência e eficiência dos sistemas de abastecimento e de tratamento de águas residuais, assim como a redução do seu impacto em termos ambientais.

Considerando o papel destes projetos na estratégia do Grupo, os mesmos são considerados como materialmente relevantes. Não obstante serem concretizados por cada empresa do Grupo, unidades do Grupo AdP com capacidade de efetivar investimentos, os montantes globais são significativos, não fazendo sentido outra caracterização.

A transposição deste plano do Grupo para a esfera da EPAL traduz-se na implementação e remodelação dos sistemas de Sensorização IoT da rede de abastecimento, renovação tecnológica de válvulas, plataforma IT, instalação de rede de comunicações proprietária na Cidade de Lisboa, sistemas de vigilância eletrónica com imagem de infraestruturas, sistemas automáticos de

abastecimento de reagentes e dos investimentos do EPAL 0% Energia, projetos que serão realizados caso o respetivo financiamento esteja assegurado.

### 2.3 Plano de Investimentos 2021-2023

Tendo em consideração a metodologia anteriormente enunciada, o Conselho de Administração da EPAL aprovou o Plano de Investimentos, na sua Reunião de 9 de setembro, cujos valores totais constam no quadro seguinte:

Milhares de euros				
Investimento	2021	2022	2023	TOTAL
A - Transitam de anos anteriores	20 310	24 661	21 224	<b>66 196</b>
B - Iniciados no período 2021-2023	19 430	29 249	34 576	<b>83 254</b>
<b>TOTAL</b>	<b>39 740</b>	<b>53 910</b>	<b>55 800</b>	<b>149 450</b>

O investimento previsto visa criar condições para a sustentabilidade dos ativos, dando cumprimento aos objetivos para a qualidade da água destinada ao consumo humano e assegurar um nível de serviço e um grau de segurança estratégico do sistema, capaz de responder em quantidade e qualidade às solicitações dos Clientes, procurando ao mesmo tempo ser sustentável em termos económico-financeiros.

O Plano de Investimentos para o triénio 2021-2023, cuja desagregação por natureza se apresenta em anexo, ascende a cerca de 149,5 milhões de euros, dos quais 66,2 milhões de euros transitam de anos anteriores.

Apresenta-se, no quadro seguinte, o detalhe dos investimentos em curso, identificando a parte já realizada em anos anteriores, o valor a realizar em cada um dos anos do triénio e o valor remanescente a realizar após o triénio.

Milhares de euros							
A - Investimentos que transitam de anos anteriores	< 2020	2020	2021	2022	2023	> 2023	TOTAL
ETA Asseiceira - Asseiceira 0% - Minicentral hidrolétrica	51	350	2 450	2 500	0	0	<b>5 351</b>
Adutor Castelo do Bode - Duplicação - Fase 1 - Troço Brogueira/Sobral	0	200	2 310	2 000	2 000	2 000	<b>8 510</b>
Reabilitação e Ampliação do Sistema Alenquer IV	0	300	1 640	2 640	1 200	0	<b>5 780</b>
Reabilitação e Ampliação do Sistema da Pimenta	6	50	1 540	2 540	1 000	0	<b>5 136</b>
Rede de Distribuição - Reabilitação Conduas (DN =< 400) - ENG	912	1 100	1 500	2 000	2 000	4 000	<b>11 512</b>
Central Fotovoltaica Parque das Nações	4	200	1 140	0	0	0	<b>1 344</b>
Interligações MT - Centros de Produção e Consumo e Storage	0	100	920	910	900	1 800	<b>4 630</b>
Reservatório de Alcanhões - estabilização do murete e intervenções no interior do reservatório	140	100	700	0	0	0	<b>940</b>
ETA Asseiceira - Asseiceira 0% - Beneficiações	5	100	600	600	600	600	<b>2 505</b>
Adutor Castelo do Bode - Reabilitação da OE de Vala Real	18	110	500	1 200	850	850	<b>3 528</b>
Reengenharia dos sistemas de segurança física e eletrónica da EPAL	728	60	489	575	500	50	<b>2 401</b>

Milhares de euros

A - Investimentos que transitam de anos anteriores (Continuação)	< 2020	2020	2021	2022	2023	> 2023	TOTAL
Aquedutos Subterrâneos na Cidade de Lisboa - Reabilitação	747	170	470	350	200	200	2 137
Edifícios Não Operacionais - Intervenções Gerais	0	50	350	350	50	0	800
Central Fotovoltaica Telheiras	7	150	350	0	0	0	507
AQUAatrix - MIGRAÇÃO TECNOLÓGICA	140	209	301	25	0	0	675
Desenvolvimento e Melhoria de Aplicações e Mobilidade	167	200	300	200	200	600	1 667
EE Olivais I - Reabilitação	0	50	250	1 750	2 000	3 000	7 050
Central Fotovoltaica Captação Valada	11	20	250	250	250	0	781
Edifício da Sede - Reabilitação	741	300	250	100	0	0	1 391
Water QI (Intervenções de melhoria Infraestruturas)	62	28	228	28	28	56	430
Expropriações	47	310	225	90	0	0	672
ETA Asseiceira - 1.ª Linha: Bateria de Filtração - Construção Civil	81	300	220	250	300	0	1 151
EE Vila Franca de Xira - Remodelação dos Quadros Electricos MT	16	50	200	400	300	0	966
Campus da Água	401	50	200	350	350	12 200	13 551
SIG - Licenciamento e Desenvolvimentos Aplicacionais	312	380	200	200	200	400	1 692
Segurança no Trabalho - Equipamento de segurança (Aquisição de pontos de ancoragem e outros equipamentos de segurança)	191	55	166	106	121	240	880
Rede de Distribuição - Adutora Calçada de Carriche - Reabilitação	10	50	150	850	1 000	2 000	4 060
Adutora Camarate/Sacavém - Várzea de Loures - Reabilitação	7	60	150	600	600	700	2 117
Infraestruturas - Rede de Telecomunicações - Segurança Informática - Software de controlo	422	100	150	150	150	400	1 372
Instalação de sistemas de telemetria nos Clientes da EPAL	879	25	150	150	150	300	1 654
Novo Edifício na Rua Gomes Ferreira/Amoreiras	225	100	150	50	500	15 000	16 025
Infraestrutura e Software ISO27001	72	116	135	25	15	85	448
Desenvolvimento de produtos e serviços IT - Estudos, pilotos e prototipagem industrial	4	25	133	75	0	0	237
Campanhas de deteção de fugas em condutas de grande diâmetro na Rede de Lisboa e Limitrofes	75	25	125	0	150	150	525
Circularidade - Estudo, projetos e serviços	7	91	116	50	0	0	263
ETA Asseiceira – Reformulação do sistema de neutralização e fugas de cloro	2	10	100	150	150	0	412
Recinto Vila Franca de Xira - Reabilitação das Estruturas Operacionais	0	69	100	0	1 000	1 000	2 169
Transformação Digital (processos, apps, gestão documental e outros)	357	60	80	70	100	100	767
Sistemas Operação ( NAVIA, Desenv próprio e outros)	150	20	80	40	40	80	410
ETA Asseiceira – Intervenções Gerais de Construção Civil	12	25	75	0	250	500	862
EE Olivais II - Remodelação	383	350	70	100	200	110	1 213
Substituição de ESP: Parque das Nações - Zona Media; Telheiras - ESP2, Ota, curvaceiras, Soudos, Vale de Porcas Aspiração, Vale de Porcas Compressão, Castelo de Bode aspiração e Castelo de Bode compressão	0	70	60	175	0	0	305
Plataforma de Gestão do Plano de Segurança da Água	0	40	60	30	0	100	230
Sistemas Automáticos de Detecção de Incêndio - reformulação tecnológica e implementação em Infraestruturas críticas	168	38	50	542	450	50	1 298
Remodelação Sistema Barbadinhos-Vale Escuro	0	80	50	200	500	800	1 630
Edifício da Anunciada e Rua das Portas de Santo Antão - Intervenções Gerais	106	50	50	200	0	6 000	6 406
Desenvolvimento da Plataforma WPI, BI e RPA	37	50	50	50	50	100	337
Implementação de Segurança da Informação	9	60	50	50	50	120	339
Plataforma de Gestão Laboratorial	164	17	50	40	50	100	421
Sistemas RH, Assiduidade, Acessos e Refeitório	34	30	50	15	15	35	179
Sistema de Manutenção	29	30	40	300	40	70	509
Infraestrutura de Servidores Armazenamento e Virtualização	312	350	40	40	350	100	1 192
Compra Infraestrutura da nova solução	131	64	35	25	25	50	330
Edifício S. Sebastião da Pedreira - Reabilitação e reformulação	4	50	30	100	0	0	184
Sistemas de Engenharia	10	30	30	30	20	60	180
SGE - Estudos/auditorias energéticas e equipamento de medição e monitorização	168	150	30	30	0	0	378
Centros de Produção de Energia, Redes Transporte e IT - Alta	7	10	20	20	100	39 200	39 357
Aquisição e instalação de novos analisadores no sistema de adução\ distribuição da EPAL	0	72	20	20	0	0	112
Sistemas do Museu	9	10	20	10	20	30	99
Adutor da Costa do Sol - Construção de ramal para o Reservatório do Torneiro e Reabilitação/ duplicação do Adutor	106	0	20	0	0	0	126
Implementação de medidas compensatórias relativas às medidas de autoproteção	0	10	15	30	15	10	80
ETA Asseiceira - Remodelação do equipamento da filtração da linha I	86	26	12	5	5	10	144
Renovação/Melhoria na área de armazenamento	55	40	10	0	0	0	105
Melhorias das condições de segurança intrínseca nas Instalações	0	5	5	5	5	10	30
Renovação do parque de loggers afetos à ZMC da rede de distribuição de Lisboa	182	0	1	0	0	0	183

Milhares de euros

A - Investimentos que transitam de anos anteriores (Continuação)	< 2020	2020	2021	2022	2023	> 2023	TOTAL
Aquisição de loggers para monitorização das VRP na rede de distribuição de Lisboa	49	0	1	0	0	0	49
Central MHídrica Várzea das Chaminés	0	30	0	1 000	1 000	2 000	4 030
Dotação das salas de reunião de serviços de vídeo	0	20	0	20	0	20	60
Parque Eólico EE V F Xira	0	50	0	0	1 000	4 000	5 050
Central Fotovoltaica EE V F Xira I	0	10	0	0	175	525	710
<b>TOTAL</b>	<b>9 056</b>	<b>7 510</b>	<b>20 310</b>	<b>24 661</b>	<b>21 224</b>	<b>99 811</b>	<b>182 573</b>
% de execução (acumulada)	5%	9%	20%	34%	45%	100%	

Nota: o grau de execução física corresponde à execução financeira.

O investimento a iniciar no período 2021-2023 compreende os investimentos recorrentes, a aquisição de bens, capitalização de encargos, bem como novos investimentos.

Milhares de euros

B - Investimento iniciado no período 2021-2023	2021	2022	2023	TOTAL
Recorrente	2 998	2 714	2 607	8 319
Aquisição de bens	4 230	3 617	2 707	10 555
Capitalização de encargos	1 500	1 500	1 500	4 500
<b>C - Novos investimentos</b>	<b>10 701</b>	<b>21 418</b>	<b>27 762</b>	<b>59 880</b>
<i>Investimentos de Substituição</i>	4 416	7 491	12 390	24 297
<i>Outros investimentos</i>	6 285	13 927	15 372	35 583
<b>TOTAL</b>	<b>19 430</b>	<b>29 249</b>	<b>34 576</b>	<b>83 254</b>

Os novos investimentos que se detalham no quadro seguinte não geram acréscimo do volume de negócios e respeitam na sua grande maioria a investimentos de substituição/reabilitação e de garantia de segurança do sistema de abastecimento.

Milhares de euros

C - Novos Investimentos Iniciados no Período	Ano de início Empreitada	Realização no triénio			> 2023	Valor global previsto
		2021	2022	2023		
Adutor Castelo do Bode - Duplicação - Fase 2 - Troço Torre do Bispo/Alcanhões	2021	2 000	2 000	2 000	2 000	8 000
Central Fotovoltaica Amadora	2021	610	610	260	0	1 480
Reformulação de soluções de abastecimento a Vila Franca de Xira e Loures	2021	600	840	800	700	2 940
Parque das Nações - Desempenho energético (POSEUR)	2020	600	0	0	0	600
Implementação de "Medição Interativa" nos Clientes da EPAL	2021	500	3 000	3 500	7 000	14 000
Interligação do Médio Tejo Sul ao Sistema da Póvoa	2022	500	2 500	3 000	4 000	10 000
Sistemas de vigilância eletrónica com imagem de infraestruturas	2021	500	600	600	0	1 700
Edifício Sede - Desempenho energético do n.º 18 (POSEUR)	2020	450	0	0	0	450
Central Fotovoltaica ETA Vale da Pedra	2021	310	320	0	0	630
Reservatório Charneca C2 - Reabilitação Geral	2021	300	400	0	0	700
Centro de Controlo de Energia e Emissões (CCEE)	2021	300	350	350	300	1 300
Adutor Castelo do Bode - Projeto para duplicação dos troços não duplicados: Túneis e Ligação da toma para o sistema OES em Alcanhões à linha 01 do ADCB.	2023	300	0	500	19 500	20 300
Reservatório de Alto de Carenque - Reabilitação	2023	300	0	400	400	1 100
Central Fotovoltaica Olivais	2021	260	270	0	0	530
Reformulação de soluções de abastecimento a Azambuja, Santarém e Alenquer	2021	240	540	500	0	1 280
ETA Asseiceira Sistema de Cloragem (osg)	2021	200	1 800	3 000	0	5 000
Grupos Elevatórios V F Xira	2021	200	750	750	0	1 700
Rede de Distribuição - Melhoria nos Adutores da Distribuição	2021	200	300	300	200	1 000

Milhares de euros

C - Novos Investimentos Iniciados no Período (Continuação)	Ano de início Empreitada	Realização no triénio			> 2023	Valor global previsto
		2021	2022	2023		
EE Telheiras - Remodelação do Quadro de Comando e dos Quadros de MT	2022	200	100	200	400	900
Sistemas automáticos de abastecimento de reagentes	2021	150	150	150	150	600
Central UPAC Alcanhões	2022	145	150	150	300	745
Adutor Vila Franca de Xira / Telheiras - Grandes Obras de Reabilitação - Reabilitação dos troços A, B, C, D, E e F	2022	140	500	1 000	31 000	32 640
Prestação de Serviços para elaboração do MP do SA da EPAL	2021	130	270	0	0	400
Central Mini Hidro Amadora	2023	125	0	550	975	1 650
EE Castelo Bode II - Ampliação da Capacidade de Elevação (+250 mil m3/dia)	2022	100	500	600	2 000	3 200
ETA Asseiceira - Asseiceira 0% - Minihídrica e canal de entrada	2021	100	300	300	482	1 182
Reabilitação Conduta Ponte Constância sobre o Tejo	2021	100	100	0	0	200
Conduta de Água Tratada de Vale da Pedra DN 1250 - Reabilitação	2023	100	0	1 000	11 000	12 100
Conduta de Água Bruta DN 1000 de Valada - Reabilitação	2023	100	0	500	7 000	7 600
Conduta de Água Tratada de Vale da Pedra DN 1000 - Reabilitação	2024	100	0	0	14 000	14 100
Medidas de Eficiência Energética	2021	96	16	0	0	112
ETA Asseiceira - Remodelação e reabilitação	2024	75	150	150	32 000	32 375
Reservatórios - Garantia da Adequabilidade dos sistemas de segurança hidráulica	2024	60	0	0	3 000	3 060
Nova Academia da Água	2022	50	350	350	350	1 100
Grupos Elevatórios Telheiras	2022	50	250	250	0	550
Grupos Elevatórios Amadora	2022	50	200	200	0	450
PT OTA - Remodelação	2022	50	150	40	0	240
Rede de Distribuição - Adutora Zona Média Olivais/Campo de Ourique - Reabilitação	2022	50	100	900	2 950	4 000
Rede de Distribuição - Adutora Telheiras/Alfragide - Reabilitação	2022	50	100	500	2 600	3 250
I&D de processos - Digitalização e mobilidade	2021	50	0	0	0	50
Inspeções e Salinometrias em captações subterrâneas	2021	35	45	0	0	80
Capt. de emergência no rio Zêzere - Ligação à descarga intermédia da barragem	2024	35	0	0	2 500	2 535
Instalação de novos pontos de amostragem	2021	30	20	0	0	50
Recinto Barbadinhos - Reabilitação do Muro	2021	25	85	50	0	160
Recinto de Almoester - Estabilização de Muros de Suporte de Terras	2022	20	100	100	0	220
Residências Universitárias	2024	20	80	100	1 000	1 200
EE Guerreiros - Remodelação do PT e da Mesa de Comando	2022	15	150	150	0	315
Recinto de Vila Franca de Xira - Nova ETAR Compacta	2021	15	5	0	0	20
ETA Vale da Pedra - Intervenções de Melhoria	2022	10	100	250	400	760
Central Fotovoltaica Vila Fria	2022	5	177	177	348	706
Central Fotovoltaica EE V F Xira II	2022	5	175	175	345	700
Central UPAC Guerreiros	2022	5	109	109	212	435
Central Fotovoltaica Vassala	2022	5	103	103	201	412
Central Fotovoltaica Reguengo Grande	2022	5	55	55	106	221
Central Fotovoltaica Serra Vila	2022	5	50	50	94	198
Central Fotovoltaica S. Jerónimo	2022	5	33	33	62	133
Central Fotovoltaica Amieiras (ESA)	2022	5	32	32	59	128
Central Fotovoltaica Srª Luz	2022	5	12	12	19	49
Central Fotovoltaica C. Araujo	2022	5	10	10	15	40
Central Fotovoltaica Arruda	2022	5	10	10	14	39
Sensorização IoT da rede de abastecimento, renovação tecnológica de válvulas, plataforma IT, instalação de rede de comunicações proprietária na Cidade de Lisboa	2022	0	1 667	1 667	1 667	5 000
Reservatório R3 de Vila Franca de Xira - Reabilitação geral da cobertura	2022	0	300	300	0	600
Adutor Castelo do Bode - Conduta elevatória ravina e OE Zairinho (Tratamento anticorrosivo + Juntas)	2022	0	150	200	400	750
Captações subterrâneas - Intervenções para proteção dos aquíferos	2022	0	150	0	0	150
Adutor Castelo do Bode - Interligações Troço Inicial - Válvulas duplo seccionamento.	2024	0	100	0	1 600	1 700
Repúblicas da Água	2024	0	20	80	2 600	2 700
Conduta Telheiras-Alto de Carenque - Reabilitação da Galeria nº 1 do IC17	2023	0	15	300	300	615
Reservatório de Alfragide - Reabilitação Geral	2023	0	0	500	1 200	1 700
EE Vila Fria - Instalação de conduta entre a casa de água de chegada do Adutor de Circunvalação e a compressão para Porto Salvo	2023	0	0	250	0	250
PEPE - EE V.F.Xira I - Eliminação de perda de carga na válvula de Monjões	2023	0	0	200	0	200
EE Castelo do Bode - Substituição da mesa de comando	2024	0	0	50	200	250
<b>TOTAL</b>		<b>10 701</b>	<b>21 418</b>	<b>27 762</b>	<b>155 649</b>	<b>215 529</b>

Apresenta-se ainda o Plano de investimentos e a descrição dos principais investimentos para o triénio:

INVESTIMENTO	DESCRIÇÃO	Orçamento			Total
		2021	2022	2023	2021 - 2023
<b>Garantia da Capacidade</b>		<b>920</b>	<b>3 020</b>	<b>3 520</b>	<b>7 460</b>
Ampliação da Rede de Distribuição	A ampliação destina-se a dar resposta a novos abastecimentos (extensão de rede e novos ramais em rede existente)	320	320	320	960
Ampliação - Cidade	Destacam-se os projetos "Parque Florestal de Monsanto" e "Cidade Universitária"	100	200	200	500
Rede de Adução	Interligação do Médio Tejo Sul ao Sistema da Póvoa	500	2 500	3 000	6 000
<b>Garantia da Fiabilidade e Segurança</b>		<b>19 411</b>	<b>27 911</b>	<b>28 692</b>	<b>76 014</b>
Rede de Adução	Reabilitação de Condutas Adutoras do Sistema de Produção e Transporte, destacando-se: - Adutor Vila Franca-Ralis - reabilitação de parte da sua extensão, com especial enfoque nas juntas da tubagem, nos troços onde se verifica instabilidade das encostas, e em alguns túneis; - Adutor Castelo do Bode - Obra Especial de Vala Real; - Condutas de Água Bruta e Água Tratada de Vale da Pedra; - Aqueduto Alviela - Investimentos associados à implementação do preconizado na análise estratégica; - Adutora Camarate/Sacavém - Várzea de Loures; Reabilitação de Condutas Adutoras do Sistema de Distribuição, destacando-se: - Adutora Telheiras/Alfragide; - Adutora da Calçada de Carriche; - Adutora entre a Zona Média Olivais/Campo de Ourique	5 670	10 450	10 300	26 420
Castelo de Bode - Duplicação	Duplicação dos troços do Adutor de Castelo do Bode atualmente não duplicados, conferindo uma maior robustez ao sistema de abastecimento em termos de fiabilidade e redundância. (Inclui: Fase 1 - Troço Brogueira/Sobral, Fase 2 - Troço Torre do Bispo/Alcanchões e estudo e projeto para a duplicação dos túneis e ligação da toma para o sistema Oeste em Alcanchões à linha 01 do Adutor de Castelo do Bode). - Ampliação da Capacidade de Elevação da EE Castelo Bode II	4 710	4 500	5 100	14 310
Renovação da Rede de Distribuição	Reabilitação de condutas na rede de Lisboa, tendo por objetivo assegurar uma idade média compatível com a eficiência operacional desejável para o Sistema de Distribuição, nomeadamente ao nível da fiabilidade, consistência e qualidade de serviço prestado ao cliente, tendo como uma das naturais consequências a redução das avarias na Rede de Distribuição.	3 128	3 678	3 978	10 784
Reabilitação de Estações Elevatórias e Reservatórios	Reabilitação das 2 estações elevatórias dos Olivais, visando a melhoria de segurança e fiabilidade do seu funcionamento; Remodelação de Infraestrutura Elétrica e de comando em diversas instalações, de modo a garantir a segurança e fiabilidade de funcionamento destas infraestruturas. Recuperação e beneficiação geral dos componentes interiores e exteriores de diversos reservatórios, com destaque para os de Alcanchões, Charneca C2, Alto de Carenque e Vila Franca de Xira R3, visando a garantia da qualidade da água armazenada e o prolongamento por um prazo bastante alargado da vida útil da estrutura.	2 095	3 200	4 100	9 395
Obras/ Equipamentos de Segurança	Obras estruturantes com o Projecto de Segurança (Medidas de Proteção Física e segurança eletrónica); Sistemas Automáticos de Detecção de Incêndio - reformulação tecnológica e implementação em Infraestruturas críticas (ampliação de Sistemas Automáticos de Detecção e Extinção de Incêndios em Recintos da EPAL (SADI e SAEI)); Segurança no Trabalho - Equipamento de segurança;	1 217	1 833	1 681	4 731
Contadores	Aquisição de novos contadores necessários não só no âmbito da atividade de manutenção preventiva (substituição dos contadores que atingem o prazo legal de verificação ou o período ótimo de renovação, refletindo-se positivamente na diminuição das perdas aparentes através da redução do tempo médio de serviço destes contadores), como também para a constituição de reserva que permita a substituição curativa de medidores que se encontrem inoperacionais devido a avaria.	1 650	1 700	982	4 332
Monitorização e controlo	Sensorização da rede de abastecimento, renovação tecnológica de válvulas, plataforma IT, instalação de rede de comunicações proprietária na Cidade de Lisboa; Campanhas de deteção de fugas em condutas de grande diâmetro na Rede de Lisboa e Limitrofes; Aquisição e instalação de novas estações de alerta a montante das captações de Valada-Tejo e de Castelo do Bode, etc	164	1 672	1 819	3 654
ETA's	ETA Asseiceira - Sistema de neutralização e fugas de cloro.	100	150	150	400
Adaptação de Instalações	Melhoria da fiabilidade e segurança das instalações, destacando-se a estabilização dos muros de suporte de terras em Almoster.	25	105	105	235
Outros	Outros	653	623	478	1 754
<b>Garantia da Qualidade</b>		<b>1 368</b>	<b>3 415</b>	<b>4 780</b>	<b>9 563</b>
ETA's	Sistema de Cloragem (osg) da ETA Asseiceira Intervenções na ETA da Asseiceira ao nível da construção civil (1ª linha bateria de filtração e intervenções gerais) e ao nível de equipamentos (filtração linha 1 e otimização da zona de armazenamento e doseamento de cloro), que permitirão assegurar a qualidade da água produzida na instalação.	592	2 305	3 955	6 852
Laboratórios	Renovação de equipamentos laboratoriais e beneficiação de equipamento fixo de laboratório.	596	670	620	1 886
Outros	Outros	180	440	205	825
<b>Sustentabilidade e Inovação</b>		<b>10 393</b>	<b>13 008</b>	<b>11 872</b>	<b>35 273</b>
Eficiência energética	Investimentos estratégicos ao nível da Produção e Redução de Energia, dos quais se destacam: - Substituição de grupos elevatórios em Vila Franca de Xira, Telheiras e Amadora; - Parques eólicos, centrais fotovoltaicas e mini-hídricas; - Centro de Controlo de Energia e Emissões;	9 227	9 341	8 050	26 618
Monitorização e controlo	Implementação de "Medição Interativa" nos Clientes da EPAL; Instalação de Sistemas de Telemetria em Condomínios em Lisboa;	650	3 150	3 650	7 450
Outros	Outros	517	517	172	1 206
<b>Tecnologias de Informação e Comunicação</b>		<b>2 571</b>	<b>2 095</b>	<b>2 070</b>	<b>6 736</b>
Infraestruturas e Telegestão	Manutenção do Sistema de Telegestão e Desenvolvimento de infraestruturas e sistemas de telecomunicações.	875	665	965	2 505
Aquamatrix	Gestão do Sistema AQUAMatrix.	706	250	205	1 161
Sistemas de Gestão	Novos desenvolvimentos no sistema de manutenção e engenharia, implementação de soluções e softwares específicos de apoio às atividades obras.	70	330	60	460
Outros	Outros	920	850	840	2 610
<b>Outros Investimentos</b>		<b>5 076</b>	<b>4 461</b>	<b>4 866</b>	<b>14 403</b>
Adaptação de Instalações	De entre os investimentos de adaptação de instalações, destacam-se as intervenções em Recintos operacionais (e acessos) e não operacionais, o Campus da Água, o novo Edifício na Rua Gomes Ferreira/Amoreiras, a reabilitação do Edifício Sede .	1 615	1 635	2 250	5 500
Capitalização de Encargos	Capitalização de Encargos.	1 500	1 500	1 500	4 500
Outros	Outros	1 961	1 326	1 116	4 403
<b>TOTAL</b>		<b>39 740</b>	<b>53 910</b>	<b>55 800</b>	<b>149 450</b>

## 2.4 Financiamento

Os investimentos constantes do Plano no triénio de 2021-2023 são financiados pelo cash-flow gerado pela atividade (autofinanciamento), sem recurso a empréstimos. Excetuam-se os investimentos do Programa de Recuperação e Resiliência, que serão candidatados a fundos comunitários, cujos projetos apenas serão realizados caso o respetivo cofinanciamento seja assegurado.

Existem ainda duas candidaturas, que englobam 3 investimentos, que já se encontram aprovados pelo POSEUR.

No quadro seguinte detalham-se todos os investimentos que são comparticipados no período 2021-2023, bem como a identificação das respetivas fontes de financiamento.

Plano de investimentos 2021-2023	Realização no triénio			TOTAL	Financiamento
	2021	2022	2023		
Sensorização IoT da rede de abastecimento, renovação tecnológica de válvulas, plataforma IT, instalação de rede de comunicações proprietária na Cidade de Lisboa	0	1 667	1 667	3 333	85% de comparticipação
Sistemas de vigilância eletrónica com imagem de infraestruturas	500	600	600	1 700	85% de comparticipação
<b>(1) TOTAL Transformação Digital/Digitalização do Setor</b>	<b>500</b>	<b>2 267</b>	<b>2 267</b>	<b>5 033</b>	<b>85% de comparticipação</b>
Sistemas automáticos de abastecimento de reagentes	150	150	150	450	85% de comparticipação
<b>(2) TOTAL Sustentabilidade Económica</b>	<b>150</b>	<b>150</b>	<b>150</b>	<b>450</b>	<b>85% de comparticipação</b>
ETA Asseiceira - Asseiceira 0% - Minicentral hidrolétrica	2 450	2 500	0	4 950	85% de comparticipação
EE Castelo do Bode - Substituição da mesa de comando	0	0	50	50	85% de comparticipação
PEPE - EE V.F.Xira I - Eliminação de perda de carga na válvula de Monjões	0	0	200	200	85% de comparticipação
Central Fotovoltaica Telheiras	350	0	0	350	85% de comparticipação
Central Fotovoltaica EE V F Xira I	0	0	175	175	85% de comparticipação
Central MHidrica Várzea das Chaminés	0	1 000	1 000	2 000	85% de comparticipação
Interligações MT - Centros de Produção e Consumo e Storage	920	910	900	2 730	85% de comparticipação
Parque Eólico EE V F Xira	0	0	1 000	1 000	85% de comparticipação
Grupos Elevatórios V F Xira	200	750	750	1 700	85% de comparticipação
Grupos Elevatórios Telheiras	50	250	250	550	85% de comparticipação
Grupos Elevatórios Amadora	50	200	200	450	85% de comparticipação
Centros de Produção de Energia, Redes Transporte e IT - Alta	20	20	100	140	85% de comparticipação
Central Fotovoltaica Captação Valada	250	250	250	750	85% de comparticipação
ETA Asseiceira – Reformulação do sistema de neutralização e fugas de cloro	100	150	150	400	85% de comparticipação
ETA Asseiceira - Asseiceira 0% - Beneficiações	600	600	600	1 800	85% de comparticipação
Centro de Controlo de Energia e Emissões (CCEE)	300	350	350	1 000	85% de comparticipação
Central Fotovoltaica ETA Vale da Pedra	310	320	0	630	85% de comparticipação
Central Fotovoltaica Olivais	260	270	0	530	85% de comparticipação
Central Fotovoltaica EE V F Xira II	5	175	175	355	85% de comparticipação
Central Fotovoltaica Amadora	610	610	260	1 480	85% de comparticipação
Central Mini Hidro Amadora	125	0	550	675	85% de comparticipação
ETA Asseiceira - Asseiceira 0% - Minihídrica e canal de entrada	100	300	300	700	85% de comparticipação
Central UPAC Alcanhões	145	150	150	445	85% de comparticipação
Central Fotovoltaica Vila Fria	5	177	177	358	85% de comparticipação
Central Fotovoltaica S. Jerónimo	5	33	33	72	85% de comparticipação
Central Fotovoltaica Srª Luz	5	12	12	29	85% de comparticipação
Central Fotovoltaica Arruda	5	10	10	24	85% de comparticipação

Plano de investimentos 2021-2023 (continuação)	Realização no triénio			TOTAL	Financiamento
	2021	2022	2023		
Central Fotovoltaica Serra Vila	5	50	50	104	85% de participação
Central Fotovoltaica C. Araujo	5	10	10	25	85% de participação
Central Fotovoltaica Vassala	5	103	103	211	85% de participação
Central Fotovoltaica Reguengo Grande	5	55	55	116	85% de participação
Central UPAC Guerreiros	5	109	109	222	85% de participação
Central Fotovoltaica Amieiras (ESA)	5	32	32	69	85% de participação
ETA Asseiceira Sistema de Cloragem (osg)	200	1 800	3 000	5 000	85% de participação
<b>(3) Neutralidade energética</b>	<b>7 095</b>	<b>11 195</b>	<b>11 000</b>	<b>29 290</b>	<b>85% de participação</b>
<b>(1+2+3) TOTAL de investimentos candidatáveis ao Programa de Recuperação e Resiliência no contexto dos Instrumentos Comunitários de apoio à recuperação da economia (IRR)</b>	<b>7 745</b>	<b>13 612</b>	<b>13 417</b>	<b>34 773</b>	<b>85% de participação</b>
Edifício Sede - Desempenho energético do n.º 18 (POSEUR 01-1203-fc-00199)	450	0	0	450	45% participação
Parque das Nações - Desempenho energético (POSEUR 01-1203-FC-000198)	600	0	0	600	50% participação
Central Fotovoltaica Parque das Nações (POSEUR 01-1203-FC-000198)	1 140	0	0	1 140	50% participação
<b>TOTAL investimentos já aprovados pelo PO SEUR</b>	<b>2 190</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2 190</b>	<b>PO SEUR</b>
<b>TOTAL Investimento financiado por cash-flow</b>	<b>29 805</b>	<b>40 298</b>	<b>42 383</b>	<b>112 487</b>	<b>Autofinanciamento</b>
<b>Investimento TOTAL</b>	<b>39 740</b>	<b>53 910</b>	<b>55 800</b>	<b>149 450</b>	

Relativamente aos investimentos já aprovados pelo POSEUR o cronograma de recebimentos previsto é o seguinte:

Milhares de euros

Financiamento PO SEUR	Investimento Elegível APROVADO	Investimento a participar	Comparticipação						
			%	a receber					Total
				2020	2021	2022	2023	>2023	
POSEUR 01-1203-fc-00199 (Edifício Sede - Desempenho energético do n.º 18)	415	187	45%	32	155				187
POSEUR 01-1203-FC-000198 (Parque das Nações - Desempenho energético)	1 593	797	50%		797				797
<b>TOTAL</b>	<b>2 008</b>	<b>983</b>		<b>32</b>	<b>952</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>983</b>

Relativamente aos novos investimentos com expressão material, definidos como “investimentos que não figuram no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior a 10 milhões de euros ou a 10% do orçamento anual da empresa” (no caso, 11,2 milhões de euros), a EPAL não tem nenhum investimento iniciado no período, seja de expansão, novo ou de substituição, que ultrapasse esses limiares, conforme se demonstra, para os períodos de 2020 e 2021:

Euros

<b>Orçamento anual</b>	<b>2021</b>
Despesas de Investimento	39.740.000
CMVMC	1.971.096
FSE	32.002.594
Gastos com pessoal	28.338.582
Outros gastos operacionais	9.983.531
<b>TOTAL</b>	<b>112.035.803</b>
<b>10% do Orçamento</b>	<b>11.203.580</b>

Ressalva-se, contudo, que o Grupo AdP definiu como vetores estratégicos de investimentos para os próximos três anos: a) digitalização; b) economia circular; c) neutralidade energética. Estas linhas promovem a resiliência e eficiência dos sistemas de abastecimento e de tratamento de águas residuais, assim como a redução do seu impacto em termos ambientais.

Considerando o papel destes projetos constantes do Programa de Recuperação e Resiliência (IRR) na estratégia do Grupo, os mesmos serão considerados como materialmente relevantes. Não obstante serem concretizados individualmente por cada empresa do Grupo, e dessa forma não se enquadrarem na figura de novos investimentos com expressão material pelo não efetivo cumprimento do critério valor (investimento igual ou superior a 10 milhões de euros ou a 10% do orçamento anual da empresa), os montantes globais são significativos, fazendo assim sentido esta caracterização.

A transposição deste plano do Grupo para a esfera da EPAL traduz-se na implementação e remodelação dos sistemas de Sensorização IoT da rede de abastecimento, renovação tecnológica de válvulas, plataforma IT, instalação de rede de comunicações proprietária na Cidade de Lisboa, sistemas de vigilância eletrónica com imagem de infraestruturas, sistemas automáticos de abastecimento de reagentes e dos investimentos do EPAL 0% Energia, projetos que serão realizados caso o respetivo financiamento esteja assegurado.

## 2.5 Sistema de acompanhamento de investimentos

No que concerne ao Investimento programado para 2021, prevê-se assim um valor total de 39,7 milhões de euros.

Milhares de euros

Investimento	PAO 2020	Estimativa 2020	Orçamento 2021	Varição
	24 100	16 700	39 740	<b>138%</b>

Ressalva-se que o valor inicial do Plano de 2020 de 24,1 milhões de euros foi revisto na estimativa de 2020 para 16,7 milhões de euros. Essa redução resulta sobretudo dos seguintes três fatores:

- Concursos desertos, isto é, falta de resposta do mercado, muito provavelmente decorrente dos constrangimentos da situação de pandemia que vivemos;
- Inviabilidade de prosseguir com o investimento, nomeadamente a impossibilidade de realização de visitas, derivadas da situação de pandemia;
- Dificuldade na expropriação de terrenos necessários ao investimento.

Tendo como objetivo um acompanhamento mais específico dos investimentos, foi desenvolvido ao nível do Grupo Águas de Portugal (AdP) um sistema de controlo de investimentos, que permitirá monitorizar globalmente a execução mensal do Plano de Investimentos e individualmente os principais investimentos de cada empresa.

Este sistema é composto pelo seguinte conjunto de ficheiros, que constituem o Anexo II deste documento:

- Plano (data 30/09/2020): ficheiro com os valores globais mensais do Plano de Investimentos da EPAL para 2021;
- Seleção investimentos (30/09/2020): identifica as 10 empreitadas com maior valor plurianual (2021-2023) com execução prevista em 2021, as 10 empreitadas com maior valor em 2021 e as 5 empreitadas propostas para monitorização (o critério de seleção das 5 empreitadas a reportar foi o maior valor de execução previsto para 2021);
- Fichas (data 30/09/2020): de cada uma das 5 empreitadas a monitorizar individual e periodicamente. Estas fichas apresentam, para além dos valores e datas planeadas, a descrição do investimento e a justificação da sua necessidade.

Este modelo de acompanhamento permite o controlo periódico, quer em termos financeiros quer do desvio temporal. Seguidamente apresentam-se as empreitadas que irão ser monitorizadas e que se encontram no anexo II:

Empreitada para efeitos do acompanhamento:	Descrição:
<p>Ficha 1</p> <p>Empreitada de conceção construção de mini central hidroelétrica na ETA de Asseiceira</p>	<p>Justificação da necessidade do investimento</p> <p>A presente empreitada tem por objeto a realização dos trabalhos necessários para permitir a instalação de uma central mini hidroelétrica na ETA da Asseiceira para produção de energia, com potencia elétrica de 1,4MW.</p> <p>A solução a implementar deverá contemplar a instalação da central hidroelétrica num <i>by pass</i> lateral ao sistema adutor, mantendo a flexibilidade de controlar a perda de carga introduzida pela mesma, fazendo prevalecer a função primordial de transporte de água na quantidades e com a fiabilidade requeridas pelo sistema de abastecimento.</p> <p>Breve descrição da obra a realizar</p> <p>A construção da central mini hidroelétrica visa aproveitar a energia potencial gravítica excedentária no sistema de transporte, imediatamente a jusante da ETA, para produção de energia elétrica através de uma turbina a instalar, devendo a solução adotar permitir manter a disponibilidade de permutar o transporte entre as duas linhas do adutor, ou aduzir com ambas, mantendo assim a flexibilidade e fiabilidade de exploração do sistema adutor.</p>
<p>Ficha 2</p> <p>Adutor de Castelo do Bode - Execução de duplicação de troços não duplicados - Troço I - Brogueira-Sobral</p>	<p>Justificação da necessidade do investimento</p> <p>O adutor de Castelo do Bode tem atualmente 30 anos em exploração, sendo uma infraestrutura de elevada criticidade e importância estratégica para o sistema de abastecimento da EPAL, e não existir redundância em toda a sua extensão. Com o presente investimento, pretende-se duplicar um troço deste adutor com cerca de 4.300 metros, contribuindo assim para um incremento de fiabilidade e redundância do sistema de abastecimento.</p> <p>Breve descrição da obra a realizar</p> <p>A empreitada consta dos trabalhos de escavação e movimentação de terras necessários ao assentamento de tubagem em aço numa extensão de cerca de 4.300 metros, em faixa expropriada de propriedade da EPAL, dotada dos</p>

	<p>devidos ramais de descarga e dos necessários órgãos de manobra e segurança tais como válvulas de seccionamento, válvulas reguladoras, ventosas, descargas de fundo, bocas de visita e juntas de desmontagem.</p>
<p>Ficha 3</p> <p>Adutor de Castelo do Bode - Execução de duplicação de troços não duplicados - Fase 2 - Troço Torre do Bispo/Alcanhões</p>	<p>Justificação da necessidade do investimento</p> <p>O adutor de Castelo do Bode tem atualmente 30 anos em exploração, sendo uma infraestrutura de elevada criticidade e importância estratégica para o sistema de abastecimento da EPAL, e não existir redundância em toda a sua extensão. Com o presente investimento, pretende-se duplicar um troço deste adutor com cerca de 4.200 metros, contribuindo assim para um incremento de fiabilidade e redundância do sistema de abastecimento.</p> <p>Breve descrição da obra a realizar</p> <p>A empreitada consta dos trabalhos de escavação e movimentação de terras necessários ao assentamento de tubagem em aço numa extensão de cerca de 4.200 metros, em faixa expropriada de propriedade da EPAL, dotada dos devidos ramais de descarga e dos necessários órgãos de manobra e segurança tais como válvulas de seccionamento, válvulas reguladoras, ventosas, descargas de fundo, bocas de visita e juntas de desmontagem. A empreitada considera ainda a remodelação das infraestruturas de chegada no recinto de Alcanhões, designadamente a Casa de Água e Descarregador.</p>
<p>Ficha 4</p> <p>Reabilitação e Ampliação do Sistema da Pimenta</p>	<p>Justificação da necessidade do investimento</p> <p>O Aqueduto Alviela é a infraestrutura mais antiga em exploração na EPAL, apresentando problemas inerentes à respetiva idade (superior a cem anos) em matérias de estabilidade estrutural, com impacto na fiabilidade do abastecimento e de garantia da segurança no trabalho. Este Investimento tem como objetivo criar alternativas de abastecimento às atuais tomas do Aqueduto Alviela, no troço em causa, para que desta forma seja possível proceder à sua desativação.</p>

	<p>Breve descrição da obra a realizar</p> <p>De entre as intervenções mais relevantes consta a remodelação e reabilitação da Estação Elevatória da Pimenta, construção do reservatório da Pimenta e execução da conduta adutora entre este e a Estação Elevatória da Pimenta.</p>
<p>Ficha 5</p> <p>Reabilitação e Ampliação do Sistema de Alenquer IV</p>	<p>Justificação da necessidade do investimento</p> <p>O Aqueduto Alviela é a infraestrutura mais antiga em exploração na EPAL, apresentando problemas inerentes à respetiva idade (superior a cem anos) em matérias de estabilidade estrutural, de conseqüentemente fiabilidade no abastecimento e de garantia da segurança no trabalho. Este Investimento tem como objetivo definir as soluções alternativas de abastecimento às atuais tomas do Aqueduto Alviela, entre o Sifão 29 e a Pimenta para que desta forma seja possível proceder à sua desativação.</p> <p>Breve descrição da obra a realizar</p> <p>As intervenções previstas têm como objetivo permitir a reformulação do troço 3 do Aqueduto do Alviela, entre a casa de água de jusante do sifão 29 e a Castanheira, assegurando-se que as necessidades do sistema de abastecimento ficam garantidas, quer no que respeita à qualidade, quer no que respeita à quantidade, nos pontos de entrega dependentes deste percurso.</p> <p>As intervenções mais significativas são a reabilitação da conduta de Alenquer, execução de nova conduta para Casais da Marmeleira, assim como a nova conduta Casal Machado/Alenquer IV, e um novo reservatório para alimentação da Estação Elevatória de Alenquer IV.</p>

## 2.6 Financiamento nos termos do artigo 60.º da Lei n.º 2/2020, de 31 de março

Nos termos do artigo 60.º da Lei n.º 2/2020, de 31 de março, que aprova o Orçamento do Estado para 2020, o crescimento global do endividamento das empresas públicas, considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado e excluindo investimentos, nos termos definidos no DLEO, fica limitado a 2%.

Conforme definido nos termos do n.º 2 do artigo 159.º do Decreto – Lei de Execução Orçamental para 2019, o limite indicado exclui os novos investimentos com expressão material que não figurem no plano de investimentos do ano anterior, e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior a 10 milhões de euros, ou a 10% do orçamento anual da empresa.

Ainda e nos termos dessa disposição legal, a proposta de novos investimentos com expressão material deve ser incluída no plano de investimentos da empresa, da qual devem constar a descrição do investimento a realizar, o plano financeiro, com a indicação para cada ano das fontes de financiamento, e a programação anual material do investimento, incluindo indicadores físicos que permitam monitorizar a sua execução.

A empresa cumpre o disposto no ponto 3.3. do Despacho n.º 395/2020 - SET, nomeadamente onde se refere que os instrumentos previsionais para 2021 devem refletir uma política de limitação do crescimento do endividamento.

Prevê-se que a EPAL reduza em 12% o seu nível de endividamento financeiro bruto em 2021, face a 2020, visto amortizar a parcela prevista do financiamento existente (exclusivamente contratado junto do BEI), sem necessidade de recorrer a qualquer outra forma de endividamento, cumprindo os limites de endividamento indicados.

Ao nível do financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado e excluindo novos investimentos, nos termos definidos no Decreto-lei de Execução Orçamental, a redução é de 7,5%.

No capítulo 5 - Cumprimento das orientações para o Setor Empresarial do Estado constantes na Lei do Orçamento de Estado, no Decreto-Lei de Execução Orçamental e nos Instrumentos Previsionais de Gestão do presente relatório, é apresentada a evolução do endividamento da Empresa.

### 3. Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras apresentadas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual (*"Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements"*), Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (*"IAS/IFRS"*) e normas interpretativas (*"SIC/IFRIC"*), tal como adotadas pela União Europeia, aplicáveis a 1 de janeiro de 2020.

Os valores apresentados para cada período correspondem a:

- Exercício 2019 – demonstrações financeiras estatutárias da Empresa, aprovadas em sede de Assembleia Geral da EPAL de 30 de março de 2020;
- PAO 2020 – respeitam aos valores inscritos na proposta do Plano de Atividades e Orçamento para o exercício de 2020, aprovado em 30 de dezembro de 2019, pelo Secretário de Estado do Tesouro (Despacho n.º 1581/2019 – SET);
- Exercícios de 2020 e 2021 – apresentam a melhor estimativa da Empresa à data de elaboração do orçamento anual, sendo que a estimativa para 2020 corresponde ao PAO revisto de 2020 submetido à apreciação da UTAM a 21 de setembro;
- Projeções para 2022 e 2023 – apresentam a melhor estimativa da Empresa à data de elaboração do orçamento anual.

As demonstrações financeiras previsionais, e respetiva informação acessória, encontram-se inseridas na plataforma SIRIEF, com a maior decomposição possível.

### 3.1 Demonstração da Posição Financeira Previsional

Unidade: Euros	2019	2020	2020	2021	2022	2023
	Real	PAO	Estimativa	Orçamento	Projeção	Projeção
<b>Ativos não correntes</b>						
Ativos intangíveis	5.546.667	5.333.333	5.333.333	5.120.000	4.906.667	4.693.333
Ativos fixos tangíveis	669.161.338	673.793.340	658.633.393	670.390.187	695.164.582	720.628.724
Ativos sob direito de uso	1.712.456	1.000.580	2.514.139	2.549.675	2.567.359	2.892.851
Outros ativos financeiros	118.439	111.968	126.260	126.260	126.260	126.260
Propriedades de Investimento	13.320.907	13.241.854	13.241.854	13.163.816	13.095.515	13.027.736
Clientes e outros ativos não correntes	13.416.344	15.077.076	8.838.380	8.713.299	8.633.832	8.541.827
<b>Total dos ativos não correntes</b>	<b>703.276.151</b>	<b>708.558.151</b>	<b>688.687.360</b>	<b>700.063.239</b>	<b>724.494.215</b>	<b>749.910.732</b>
<b>Ativos correntes</b>						
Inventários	2.589.369	105.024	2.678.446	2.598.092	2.520.150	2.444.545
Clientes	15.078.831	17.008.425	28.048.123	28.229.508	28.942.014	29.079.576
Estado e outros entes públicos	42.555	-	2.145.620	576.457	48.564	45.976
Outros ativos correntes	103.518.430	96.181.150	15.423.470	19.182.432	17.335.585	15.587.033
Caixa e seus equivalentes	28.620.597	13.301.819	99.265.538	94.701.904	86.563.458	82.190.675
<b>Total dos ativos correntes</b>	<b>149.849.782</b>	<b>126.596.418</b>	<b>147.561.195</b>	<b>145.288.393</b>	<b>135.409.771</b>	<b>129.347.805</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>853.125.933</b>	<b>835.154.570</b>	<b>836.248.556</b>	<b>845.351.631</b>	<b>859.903.986</b>	<b>879.258.537</b>
<b>Capital Próprio</b>						
Capital social	150.000.000	150.000.000	150.000.000	150.000.000	150.000.000	150.000.000
Reservas e outros ajustamentos	52.167.314	52.167.314	52.167.314	52.167.314	52.167.314	52.167.314
Resultados transitados	380.282.024	390.070.866	389.947.752	398.825.606	407.844.501	417.385.501
Resultado líquido do exercício	52.483.454	52.117.389	44.389.268	45.094.477	47.704.999	51.613.985
<b>Total do Capital próprio</b>	<b>634.932.791</b>	<b>644.355.569</b>	<b>636.504.334</b>	<b>646.087.396</b>	<b>657.716.814</b>	<b>671.166.800</b>
<b>Passivos não correntes</b>						
Provisões	445.967	360.016	567.754	687.754	807.754	927.754
Empréstimos	89.138.319	78.852.054	78.852.054	68.482.225	58.026.325	47.481.773
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	115.000	146.000	75.000	25.000	0	0
Passivos da locação	1.020.265	1.009.017	1.938.503	1.824.580	1.835.658	2.096.735
Impostos diferidos passivos	34.827.932	34.724.482	33.678.338	32.528.743	31.379.149	30.229.555
Subsídios ao investimento	31.704.427	30.192.333	31.184.536	36.258.913	46.319.971	56.215.278
<b>Total dos passivos não correntes</b>	<b>157.251.909</b>	<b>145.283.902</b>	<b>146.296.185</b>	<b>139.807.216</b>	<b>138.368.857</b>	<b>136.951.095</b>
<b>Passivos correntes</b>						
Empréstimos	12.528.187	10.286.265	10.286.265	10.369.829	10.455.900	10.544.552
Passivos da locação	720.448	-	613.923	763.923	770.798	840.170
Fornecedores	5.400.633	7.209.466	7.463.652	8.611.265	9.938.112	12.173.228
Outros passivos correntes	31.202.355	25.116.727	27.817.333	31.879.158	32.268.520	33.018.455
Estado e outros entes públicos	11.089.610	2.902.641	7.266.864	7.832.844	10.384.986	14.564.238
<b>Total do passivo corrente</b>	<b>60.941.233</b>	<b>45.515.099</b>	<b>53.448.037</b>	<b>59.457.019</b>	<b>63.818.315</b>	<b>71.140.642</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>218.193.142</b>	<b>190.799.001</b>	<b>199.744.222</b>	<b>199.264.235</b>	<b>202.187.172</b>	<b>208.091.737</b>
<b>Total do passivo e do capital próprio</b>	<b>853.125.933</b>	<b>835.154.570</b>	<b>836.248.556</b>	<b>845.351.631</b>	<b>859.903.986</b>	<b>879.258.537</b>

## Demonstração da Posição Financeira Previsional 2021 (Trimestral)

Unidade: Euros	2021			
	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
<b>Ativos não correntes</b>				
Ativos intangíveis	5.280.000	5.226.667	5.173.333	5.120.000
Ativos fixos tangíveis	658.089.424	659.829.976	663.209.356	670.390.187
Ativos sob direito de uso	2.514.139	2.891.260	2.833.435	2.549.675
Investimentos financeiros	126.260	126.260	126.260	126.260
Propriedades de Investimento	13.222.345	13.202.835	13.183.326	13.163.816
Clientes e outros ativos não correntes	8.926.580	9.014.780	9.102.980	8.713.299
<b>Total dos ativos não correntes</b>	<b>688.158.749</b>	<b>690.291.778</b>	<b>693.628.691</b>	<b>700.063.239</b>
<b>Ativos correntes</b>				
Inventários	2.651.661	2.598.628	2.546.656	2.598.092
Clientes	28.328.604	28.356.932	28.385.289	28.229.508
Estado e outros entes públicos	2.158.318	121.930	241.421	576.457
Outros ativos correntes	19.348.878	20.896.788	22.568.531	19.182.432
Caixa e seus equivalentes	111.508.156	71.995.158	84.116.578	94.701.904
<b>Total dos ativos correntes</b>	<b>163.995.617</b>	<b>123.969.437</b>	<b>137.858.475</b>	<b>145.288.393</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>852.154.366</b>	<b>814.261.215</b>	<b>831.487.165</b>	<b>845.351.631</b>
<b>Capital Próprio</b>				
Capital social	150.000.000	150.000.000	150.000.000	150.000.000
Reservas e outros ajustamentos	52.167.314	52.167.314	52.167.314	52.167.314
Resultados transitados	434.337.020	398.825.606	398.825.606	398.825.606
Resultado líquido do exercício	8.739.829	19.831.310	34.197.838	45.094.477
<b>Total do Capital próprio</b>	<b>645.244.163</b>	<b>620.824.229</b>	<b>635.190.757</b>	<b>646.087.396</b>
<b>Passivos não correntes</b>				
Provisões	597.754	627.754	657.754	687.754
Empréstimos	75.935.387	73.677.740	70.761.073	68.482.225
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	75.000	25.000	25.000	25.000
Passivos da locação	1.938.503	2.229.278	2.184.693	1.824.580
Impostos diferidos passivos	33.390.939	33.103.540	33.103.540	32.528.743
Subsídios ao investimento	30.807.318	30.430.100	30.052.882	36.258.913
<b>Total dos passivos não correntes</b>	<b>142.744.902</b>	<b>140.093.413</b>	<b>136.784.943</b>	<b>139.807.216</b>
<b>Passivos correntes</b>				
Empréstimos	10.286.265	10.327.738	10.327.738	10.369.829
Passivos da locação	613.923	706.011	691.891	763.923
Fornecedores	5.599.505	6.072.043	6.629.591	8.611.265
Outros passivos correntes	45.518.142	32.684.474	35.799.644	31.879.158
Estado e outros entes públicos	2.166.864	3.683.669	6.262.237	7.832.844
<b>Total do passivo corrente</b>	<b>64.184.699</b>	<b>53.473.935</b>	<b>59.711.102</b>	<b>59.457.019</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>206.929.600</b>	<b>193.567.348</b>	<b>196.496.044</b>	<b>199.264.235</b>
<b>Total do passivo e do capital próprio</b>	<b>852.173.763</b>	<b>814.391.578</b>	<b>831.686.802</b>	<b>845.351.631</b>

### 3.2. Demonstração dos Resultados por Naturezas Previsional

Unidade: Euros	2019	2020	2020	2021	2022	2023
	Real	PAO	Estimativa	Orçamento	Projeção	Projeção
Vendas	165.250.279	168.259.099	158.043.293	159.065.347	163.080.119	170.616.905
Prestação de serviços	1.700.708	1.667.290	1.083.120	1.084.020	1.635.000	1.635.000
<b>Volume de Negócios</b>	<b>166.950.987</b>	<b>169.926.389</b>	<b>159.126.414</b>	<b>160.149.367</b>	<b>164.715.119</b>	<b>172.251.905</b>
Custo das Vendas/Variação dos inventários	1.760.556	1.904.119	1.965.046	1.971.096	2.000.628	2.000.042
<b>Margem Bruta</b>	<b>165.190.432</b>	<b>168.022.270</b>	<b>157.161.367</b>	<b>158.178.270</b>	<b>162.714.491</b>	<b>170.251.863</b>
Fornecimentos e serviços externos	32.852.320	33.428.468	33.790.164	32.002.594	31.835.491	32.510.028
Gastos com pessoal	25.361.415	25.595.726	26.698.189	28.338.582	28.242.300	28.192.370
Amortizações, dep. e reversões exercício	26.896.848	28.163.163	27.441.279	28.196.539	29.348.938	30.549.191
Provisões e reversões do exercício	1.244.156	1.620.000	1.850.000	1.370.000	1.370.000	1.370.000
Outros gastos operacionais	8.974.231	9.802.585	10.689.676	9.983.531	10.095.879	10.245.572
Subsídios aos Investimento	1.512.094	1.512.094	1.503.236	1.508.873	1.508.873	1.508.873
Outros proveitos e ganhos operacionais	4.540.202	4.031.343	3.913.880	3.905.079	4.005.079	4.005.079
<b>Resultados operacionais</b>	<b>75.913.758</b>	<b>74.955.764</b>	<b>62.109.175</b>	<b>63.700.976</b>	<b>67.335.836</b>	<b>72.898.654</b>
Gastos financeiros	1.500.605	1.337.511	1.365.323	1.198.563	1.077.276	1.015.654
Rendimentos financeiros	739.995	745.000	396.898	220.000	220.000	220.000
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>(760.610)</b>	<b>(592.511)</b>	<b>(968.425)</b>	<b>(978.563)</b>	<b>(857.276)</b>	<b>(795.654)</b>
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>75.153.148</b>	<b>74.363.253</b>	<b>61.140.749</b>	<b>62.722.413</b>	<b>66.478.560</b>	<b>72.103.000</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício	(22.669.694)	(22.245.863)	(16.751.482)	(17.627.936)	(18.773.561)	(20.489.015)
<b>Resultado líquido do exercício:</b>	<b>52.483.454</b>	<b>52.117.389</b>	<b>44.389.268</b>	<b>45.094.477</b>	<b>47.704.999</b>	<b>51.613.985</b>

## Demonstração dos Resultados por Naturezas Previsional 2021 (Trimestral)

Unidade: Euros	2021			
	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Vendas	35.775.101	74.946.393	119.871.420	159.065.347
Prestação de serviços	271.005	542.010	813.015	1.084.020
<b>Volume de Negócios</b>	<b>36.046.106</b>	<b>75.488.403</b>	<b>120.684.435</b>	<b>160.149.367</b>
Custo das Vendas/Variação dos inventários	492.774	985.548	1.478.322	1.971.096
<b>Margem Bruta</b>	<b>35.553.332</b>	<b>74.502.855</b>	<b>119.206.112</b>	<b>158.178.270</b>
Fornecimentos e serviços externos	7.655.154	15.322.827	24.031.938	32.002.594
Gastos com pessoal	7.084.646	14.169.291	21.253.937	28.338.582
Amortizações, dep. e reversões exercício	7.049.135	14.098.270	21.147.405	28.196.539
Provisões e reversões do exercício	342.500	685.000	1.027.500	1.370.000
Outros gastos operacionais	2.495.883	4.991.766	7.487.648	9.983.531
Subsídios aos Investimento	377.218	754.436	1.131.655	1.508.873
Outros proveitos e ganhos operacionais	976.270	1.952.540	2.928.809	3.905.079
<b>Resultados operacionais</b>	<b>12.279.503</b>	<b>27.942.677</b>	<b>48.318.149</b>	<b>63.700.976</b>
Gastos financeiros	299.641	599.282	898.923	1.198.563
Rendimentos financeiros	55.000	110.000	165.000	220.000
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>(244.641)</b>	<b>(489.282)</b>	<b>(733.923)</b>	<b>(978.563)</b>
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>12.034.862</b>	<b>27.453.396</b>	<b>47.584.227</b>	<b>62.722.413</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício	(3.295.033)	(7.622.086)	(13.386.389)	(17.627.936)
<b>Resultado líquido do exercício:</b>	<b>8.739.829</b>	<b>19.831.310</b>	<b>34.197.838</b>	<b>45.094.477</b>

### 3.3. Demonstração dos Fluxos de Caixa Previsional

Unidade: Euros	2019	2020	2020	2021	2022	2023
	Real	PAO	Estimativa	Orçamento	Projeção	Projeção
<b>Atividades operacionais</b>						
Recebimentos de clientes	198.498.589	200.971.022	192.343.575	195.136.145	202.262.010	213.937.303
Pagamentos a fornecedores	(43.253.718)	(44.328.254)	(43.978.909)	(41.787.639)	(41.618.426)	(42.447.387)
Pagamentos ao pessoal	(36.055.053)	(35.385.921)	(37.955.478)	(40.287.542)	(40.150.663)	(40.079.680)
<b>Fluxo gerado pelas operações</b>	<b>119.189.818</b>	<b>121.256.847</b>	<b>110.409.188</b>	<b>113.060.964</b>	<b>120.492.922</b>	<b>131.410.236</b>
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento	(23.235.102)	(29.958.059)	(24.783.087)	(19.130.336)	(19.658.229)	(20.698.017)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à at. operacional	(17.649.329)	(17.341.385)	(19.866.084)	(20.358.763)	(20.806.656)	(21.212.386)
<b>Fluxo gerado por outras atividades operacionais</b>	<b>(40.884.431)</b>	<b>(47.299.444)</b>	<b>(44.649.172)</b>	<b>(39.489.099)</b>	<b>(40.464.885)</b>	<b>(41.910.403)</b>
<b>Fluxo de atividades operacionais</b>	<b>78.305.387</b>	<b>73.957.403</b>	<b>65.760.016</b>	<b>73.571.865</b>	<b>80.028.037</b>	<b>89.499.833</b>
<b>Atividades de investimento</b>						
Recebimentos provenientes de:						
Ativos fixos tangíveis	481.463	501.094	481.463	481.463	481.463	481.463
Juros e Rendimentos Similares	400.364	525.000	175.000	-	-	-
Subsídios de Investimento	99.943	-	31.785	7.534.810	11.569.930	11.404.180
Outros Ativos	82.000.000	82.000.000	75.000.000	-	-	-
<b>Fluxo dos recebimentos de atividades de investimento</b>	<b>82.981.770</b>	<b>83.026.094</b>	<b>75.688.248</b>	<b>8.016.273</b>	<b>12.051.393</b>	<b>11.885.643</b>
Pagamentos respeitantes a:						
Investimentos financeiros	(3.566)	-	-	-	-	-
Ativos fixos tangíveis	(10.898.047)	(22.776.680)	(14.429.848)	(38.592.387)	(52.147.256)	(55.564.884)
Outros Ativos	(75.000.000)	(80.000.000)	-	-	-	-
<b>Fluxo dos pagamentos de atividades de investimento</b>	<b>(85.901.613)</b>	<b>(102.776.680)</b>	<b>(14.429.848)</b>	<b>(38.592.387)</b>	<b>(52.147.256)</b>	<b>(55.564.884)</b>
<b>Fluxo das atividades de Investimento</b>	<b>(2.919.843)</b>	<b>(19.750.586)</b>	<b>61.258.401</b>	<b>(30.576.114)</b>	<b>(40.095.863)</b>	<b>(43.679.241)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>						
Fluxo dos recebimentos de atividades de financiamento						
Pagamentos respeitantes a:						
Empréstimos obtidos	(15.908.835)	(12.528.187)	(12.528.187)	(10.286.265)	(10.286.265)	(10.369.829)
Capital dos passivos de locação	(746.407)	-	(746.412)	(753.876)	(761.415)	(769.029)
Juros e gastos similares	(1.479.527)	(1.300.829)	(1.112.114)	(1.007.829)	(947.359)	(890.518)
Dividendos	(39.286.673)	(40.830.002)	(41.986.763)	(35.511.414)	(36.075.581)	(38.163.999)
<b>Fluxo dos pagamentos de atividades de financiamento</b>	<b>(57.421.442)</b>	<b>(54.659.018)</b>	<b>(56.373.476)</b>	<b>(47.559.384)</b>	<b>(48.070.620)</b>	<b>(50.193.375)</b>
<b>Fluxo das atividades de financiamento</b>	<b>(57.421.442)</b>	<b>(54.659.018)</b>	<b>(56.373.476)</b>	<b>(47.559.384)</b>	<b>(48.070.620)</b>	<b>(50.193.375)</b>
<b>Varições de caixa e seus equivalentes</b>	<b>17.964.102</b>	<b>(452.201)</b>	<b>70.644.941</b>	<b>(4.563.634)</b>	<b>(8.138.446)</b>	<b>(4.372.783)</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>10.656.495</b>	<b>13.754.019</b>	<b>28.620.597</b>	<b>99.265.538</b>	<b>94.701.904</b>	<b>86.563.458</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>28.620.597</b>	<b>13.301.819</b>	<b>99.265.538</b>	<b>94.701.904</b>	<b>86.563.458</b>	<b>82.190.675</b>

Unidade: Euros	2019	2020	2020	2021	2022	2023
	Real	PAO	Estimativa	Orçamento	Projeção	Projeção
<b>Abertura - Saldo de disponibilidades</b>						
Caixa e Depósitos à Ordem	10.656.495	13.754.019	28.620.597	99.265.538	94.701.904	86.563.458
Depósito a Prazo	-	-	-	-	-	-
<b>Total - Saldo de disponibilidades</b>	<b>10.656.495</b>	<b>13.754.019</b>	<b>28.620.597</b>	<b>99.265.538</b>	<b>94.701.904</b>	<b>86.563.458</b>
Equivalentes de Caixa	-	-	-	-	-	-
<b>Valor líquido de abertura</b>	<b>10.656.495</b>	<b>13.754.019</b>	<b>28.620.597</b>	<b>99.265.538</b>	<b>94.701.904</b>	<b>86.563.458</b>
<b>Fecho - Saldo de disponibilidades</b>						
Caixa e Depósitos à Ordem	28.620.597	13.301.819	99.265.538	94.701.904	86.563.458	82.190.675
Depósito a Prazo	-	-	-	-	-	-
<b>Total - Saldo de disponibilidades</b>	<b>28.620.597</b>	<b>13.301.819</b>	<b>99.265.538</b>	<b>94.701.904</b>	<b>86.563.458</b>	<b>82.190.675</b>
Equivalentes de Caixa	-	-	-	-	-	-
<b>Valor líquido de fecho</b>	<b>28.620.597</b>	<b>13.301.819</b>	<b>99.265.538</b>	<b>94.701.904</b>	<b>86.563.458</b>	<b>82.190.675</b>

*Notas explicativas para melhor compreensão da demonstração dos fluxos de caixa*

A atividade financeira da EPAL tem-se pautado ao longo dos últimos anos por uma constante regularidade na execução dos respetivos fluxos financeiros, tendência que se prevê que venha a suceder para o período 2021/2023, apesar dos efeitos COVID-19, excetuando o decréscimo na rubrica de recebimento de clientes. As notas seguintes pretendem explicitar os valores que são considerados nas principais rubricas e/ou eventuais evoluções significativas que existam entre os períodos considerados na demonstração em apreço:

No que respeita aos fluxos das atividades operacionais:

- A rubrica de recebimento de clientes encontra-se afetada pelo aumento do prazo médio de recebimentos devido aos efeitos decorrentes da Pandemia, nomeadamente os relacionados com o atraso dos pagamentos dos clientes da atividade da Baixa, conforme explicitado anteriormente, e cuja estimativa prevê uma recuperação dos valores no triénio em apreço. Esta rubrica encontra-se expurgada do valor recebido pela EPAL a título da receita pertencente à Câmara Municipal de Lisboa, incluídas nas faturas da Empresa, e que são mensalmente entregues ao Município. Por não ser um rendimento da empresa, esses valores encontram-se registados na rubrica Outros Pagamentos/Recebimentos, de modo a neutralizar esses movimentos;
- A variação prevista na rubrica de pagamento a fornecedores decorre sobretudo da perspetiva de evolução do prazo médio de pagamentos, não se prevendo grandes variações atendendo que o prazo médio de pagamentos já se encontra dentro dos prazos contratuais;
- Os pagamentos a pessoal incluem não só as remunerações líquidas pagas aos trabalhadores da Empresa, mas também as retenções de IRS e segurança social, bem como os encargos sobre remunerações. Encontram-se incluídas ainda nesta rubrica os pagamentos a pré-reformados, sendo que os pagamentos dos complementos de reforma são reembolsados pelo Fundo de Pensões no final de cada ano, pelo que o impacto anual é neutro;
- O pagamento de imposto sobre o rendimento inclui o IRC pago no ano (já compensado dos pagamentos por conta e pagamentos adicionais por conta efetuados no ano anterior), mas respeitante ao exercício económico anterior, bem como os respetivos

pagamentos por conta e pagamentos adicionais por conta efetuados em cada exercício, que serão deduzidos no imposto a ser liquidado no ano seguinte;

- Os outros pagamentos/recebimentos relativos à atividade operacional incluem os restantes fluxos financeiros não considerados nas rubricas anteriores, tendo especial expressão os montantes respeitantes aos recebimentos da gestão delegada com a AdVT, assim como as taxas municipais recebidas dos clientes da EPAL e entregues à Câmara Municipal de Lisboa. Encontra-se ainda incluído nesta rubrica os valores recebidos dos clientes, respeitantes à componente tarifária acrescida, e que trimestralmente são entregues à AdVT, conforme decorre do disposto do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio.

No que respeita aos fluxos das atividades de investimento:

- Os recebimentos de ativos fixos tangíveis incluem exclusivamente o recebimento anual resultante do acordo com a AdVT (pertencente anteriormente à ex-Águas do Oeste), respeitante à alienação dos subsistemas de abastecimento de Alenquer/Torres Vedras e Arruda dos Vinhos/ Sobral de Monte Agraço, e que apresenta um plano de reembolso anual que termina em 2033;
- A rubrica de subsídios de investimento reflete os recebimentos previstos para as candidaturas ao POSEUR já aprovadas e o recebimento da comparticipação nos investimentos IRR, devidamente explicitados no ponto 2 do presente documento;
- A rubrica de outros ativos (quer pagamentos quer recebimentos) reflete os montantes do apoio de tesouraria que a EPAL contratualizou com o seu acionista único (AdP SGPS, SA), no âmbito da política de tesouraria do Grupo Águas de Portugal, a qual preconiza genericamente que a holding gere centralmente as necessidades de financiamento das suas empresas participadas, recorrendo quando necessário às empresas que possuam excedentes financeiros; para o triénio em apreço, e face às projeções atuais, considera-se que essa utilização não será necessária;
- A variação verificada na rubrica de pagamento de ativos fixos tangíveis decorre essencialmente do aumento previsto no plano de investimentos para o triénio 2021/2023, com o conseqüente pagamento a fornecedores de investimento de acordo com os prazos contratuais.

No que respeita aos fluxos das atividades de financiamento:

- Os pagamentos de empréstimos obtidos incluem apenas os reembolsos dos financiamentos BEI detidos pela EPAL, de acordo com o seu plano de amortização;
- A rubrica de juros e gastos similares apresenta os valores dos juros incorridos com o financiamento atrás referido, bem como os gastos decorrentes com os serviços bancários e com as garantias dos financiamentos BEI, que são pagas à DGTF;
- Os dividendos previstos serem distribuídos ao acionista representam 80% do resultado líquido do exercício imediatamente anterior, conforme tem sido prática nos últimos anos.

A EPAL cumpre o Princípio de Unidade de Tesouraria conforme decorre do disposto no artigo 160.º da Lei de Orçamento do Estado para 2020, em articulação com o artigo 115.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2019.

Atendendo à especificidade de algumas operações bancárias efetuadas pela EPAL, foi solicitado ao IGCP, nos termos definidos no n.º 5 e 6 do artigo 104.º do Decreto-Lei n.º 33/2018 (DLEO 2018), de 15 de maio, para determinadas operações bancárias ainda não prestadas por essa entidade, a dispensa parcial do cumprimento do princípio de unidade de tesouraria, tendo o IGCP, através do seu Ofício n.º 13973/2018, de 4 de setembro, exarado o respetivo despacho em que exceciona do cumprimento da UTE, para os anos de 2018 e 2019, de alguns serviços bancários. Apesar de ainda não ter sido publicado o DLEO 2020, mantendo-se em vigor as regras do DLEO de 2019, foi já solicitada idêntica renovação para o ano de 2020 e 2021, visto não ter havido evolução nos serviços ainda não disponibilizados pelo IGCP, estando ainda a EPAL, na presente data, a aguardar o despacho do IGCP.

**Demonstração dos Fluxos de Caixa Previsional 2021 (Trimestral)**

	Unidade: Euros	2021			
		1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
<b>Atividades operacionais</b>					
Recebimentos de clientes		46.138.575	91.764.636	142.411.882	195.136.145
Pagamentos a fornecedores		(10.300.695)	(21.279.887)	(30.644.195)	(41.787.639)
Pagamentos ao pessoal		(9.034.542)	(20.490.934)	(29.487.381)	(40.287.542)
<b>Fluxo gerado pelas operações</b>		<b>26.803.338</b>	<b>49.993.815</b>	<b>82.280.306</b>	<b>113.060.964</b>
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		-	(5.992.474)	(12.561.405)	(19.130.336)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operaci		(3.621.930)	(13.871.705)	(16.711.223)	(20.358.763)
<b>Fluxo gerado por outras atividades operacionais</b>		<b>(3.621.930)</b>	<b>(19.864.179)</b>	<b>(29.272.628)</b>	<b>(39.489.099)</b>
<b>Fluxo de atividades operacionais</b>		<b>23.181.408</b>	<b>30.129.636</b>	<b>53.007.678</b>	<b>73.571.865</b>
<b>Atividades de investimento</b>					
Recebimentos provenientes de:					
Ativos fixos tangíveis		-	-	-	481.463
Juros e Rendimentos Similares		-	-	-	-
Subsídios de Investimento		-	-	2.637.183	7.534.810
Outros Ativos		-	-	-	-
<b>Fluxo dos recebimentos de atividades de investimento</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.637.183</b>	<b>8.016.273</b>
Pagamentos respeitantes a:					
Ativos fixos tangíveis		(7.672.018)	(15.778.321)	(25.410.105)	(38.592.387)
Outros Ativos		-	-	-	-
<b>Fluxo dos pagamentos de atividades de investimento</b>		<b>(7.672.018)</b>	<b>(15.778.321)</b>	<b>(25.410.105)</b>	<b>(38.592.387)</b>
<b>Fluxo das atividades de Investimento</b>		<b>(7.672.018)</b>	<b>(15.778.321)</b>	<b>(22.772.921)</b>	<b>(30.576.114)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>					
Recebimentos provenientes de:					
Empréstimos obtidos		-	-	-	-
<b>Fluxo dos recebimentos de atividades de financiamento</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Pagamentos respeitantes a:					
Empréstimos obtidos		(2.916.667)	(5.132.841)	(8.049.507)	(10.286.265)
Capital dos passivos de locação		(188.469)	(376.938)	(1.130.814)	(753.876)
Juros e gastos similares		(161.636)	(600.501)	(691.981)	(1.007.829)
Dividendos		-	(35.511.414)	(35.511.414)	(35.511.414)
<b>Fluxo dos pagamentos de atividades de financiamento</b>		<b>(3.266.771)</b>	<b>(41.621.694)</b>	<b>(45.383.717)</b>	<b>(47.559.384)</b>
<b>Fluxo das atividades de financiamento</b>		<b>(3.266.771)</b>	<b>(41.621.694)</b>	<b>(45.383.717)</b>	<b>(47.559.384)</b>
<b>Variações de caixa e seus equivalentes</b>		<b>12.242.618</b>	<b>(27.270.380)</b>	<b>(15.148.960)</b>	<b>(4.563.634)</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>99.265.538</b>	<b>99.265.538</b>	<b>99.265.538</b>	<b>99.265.538</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>111.508.156</b>	<b>71.995.158</b>	<b>84.116.578</b>	<b>94.701.904</b>

#### 4. Sumário Executivo das atividades geradoras de novos encargos ou receitas

Para o período 2021-2023, não se considerou qualquer nova atividade geradora de encargos ou receitas, sendo que no âmbito da atual reorganização do setor das águas e atendendo ao papel de referência que a EPAL detém no setor, podem vir a ser acometidas novas responsabilidades, por forma a aumentar escala e criar sinergias de gestão no seio do Grupo Águas de Portugal.

## 5. Cumprimento das orientações para o Setor Empresarial do Estado constantes na Lei do Orçamento de Estado, no Decreto-Lei de Execução Orçamental e nos Instrumentos Previsionais de Gestão (Despacho n.º 395/2020 - SET)

Conforme já referido no capítulo inicial, a EPAL elaborou o seu Plano de Atividades/Investimentos e Orçamento para o ano de 2021 adotando, no que lhe é aplicável, as orientações constantes na Lei n.º 2/2020, de 31 de março de 2020 (Orçamento de Estado para 2020), as disposições inscritas no Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho (Execução do Orçamento de Estado para 2019), bem como as Instruções sobre a elaboração dos Planos de Atividades e Orçamentos para 2021 (Despacho n.º 395 do Secretário de Estado do Tesouro (SET), de 27 de julho de 2020), designadamente os seguintes princípios financeiros de referência:

### *Endividamento:*

- O crescimento global do endividamento das empresas públicas, considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado e excluindo novos investimentos, fica limitado a 2%, nos termos do artigo 60.º da Lei n.º 2/2020, de 31 de março, que aprova o Orçamento do Estado para 2020;
- Nos termos do n.º 2 do artigo 159.º do Decreto – Lei de Execução Orçamental, o limite indicado exclui os novos investimentos com expressão material que não figurem no plano de investimentos do ano anterior, e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior a 10 milhões de euros, ou a 10% do orçamento anual da empresa;
- O ponto 3.3. do Despacho n.º 395, de 27 de julho, reitera a orientação de que o crescimento global do endividamento das empresas públicas, considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado e excluindo novos investimentos, fica limitado a 2%.

### *Eficiência Operacional - Gastos Operacionais sobre o volume de negócios:*

- Garantir em 2021 que o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios seja igual ou inferior ao verificado em 2019 (Ponto 3.1. do Despacho n.º 395, de 27 de julho, e n.º 1 do artigo 158.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho), sendo que no cálculo

deste rácio poderão ser excluídas as receitas e despesas justificadamente relacionadas com a pandemia provocada pelo vírus SARS-Cov-2, se as houver;

- Os gastos operacionais deverão evoluir à taxa percentual (em 2021 face a 2019, sobre o ano anterior nos restantes anos do triénio) inferior à do volume de negócios;
- O aumento da despesa de pessoal, com exceção da relativa aos corpos sociais e descontado o efeito do absentismo, não deverá ser percentualmente superior ao do volume de negócios, independentemente do disposto em instrumentos de regulação coletiva de trabalho ou regulamentos internos, exceto se houver redução no mesmo montante dos fornecimentos e serviços externos;
- Os aumentos da despesa em FSE não deverão ser percentualmente superiores à taxa de crescimento do volume de negócios.

*PRC – Plano de redução de custos:*

- Conforme disposto no ponto 3.1. Despacho n.º 395, de 27 de julho, deverão ser iguais ou inferiores ao valor mais alto entre os valores estimados para 2020 ou os executados em 2019:
  - Os gastos com pessoal, com exceção da relativa aos corpos sociais e descontado o efeito do absentismo;
  - O conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel (alínea b) do n.º 3 do artigo 158.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho);
  - O conjunto dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (alínea c) do n.º 3 do artigo 158.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho);

O acréscimo dos gastos elencados nos três pontos anteriores apenas pode ocorrer em situações excecionais e devidamente fundamentadas, mediante autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças, em sede de aprovação da proposta de PAO da empresa.

- Possibilidade de adquirir ou locar veículos para a frota operacional que sejam imprescindíveis à atividade da empresa, desde que seja demonstrada a respetiva imprescindibilidade e que a aquisição ou locação seja expressamente autorizada no âmbito da aprovação do PAO (n.º 4 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho e ponto 3.1. do Despacho n.º 395/2020 do SET, de 27 de julho);
- Possibilidade de recrutamento de trabalhadores para a constituição de vínculos de emprego por tempo indeterminado ou a termo, nos termos do artigo 157.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho e do ponto 3.2. do Despacho n.º 395/2020.

O resultado operacional (medido pelo EBIT), líquido de provisões e imparidades não melhora em 2021 face a 2019 devido aos impactos da pandemia, com a significativa redução do volume de negócios e os gastos acrescidos, no entanto em todos os anos seguintes do triénio regista sempre um incremento face ao ano anterior.

Ressalva-se ainda que a EPAL não detém nem prevê deter em 2021 participação noutras entidades que releve para efeitos de cumprimento das instruções divulgadas pela DGTF, por parte de empresas participadas.

## 5.1. ENDIVIDAMENTO

Conforme já foi referido no capítulo 2 do presente relatório, nos termos do artigo 60.º da Lei n.º 2/2020, de 31 de março, que aprova o Orçamento do Estado para 2020, o crescimento global do endividamento das empresas públicas, considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado e excluindo novos investimentos, fica limitado a 2%.

Tal como definido nos termos do n.º 2 do artigo 159.º do Decreto – Lei de Execução Orçamental, o limite indicado exclui os novos investimentos com expressão material que não figurem no plano de investimentos do ano anterior, e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior a 10 milhões de euros, ou a 10% do orçamento anual da empresa. Ainda e nos termos dessa disposição legal, a proposta de novos investimentos com expressão material deve ser incluída no plano de investimentos da empresa, da qual devem constar a descrição do investimento a realizar, o plano financeiro, com a indicação para cada ano das fontes de financiamento, e a programação anual material do investimento, incluindo indicadores físicos que permitam monitorizar a sua execução.

A EPAL reduz em 12% o seu nível de endividamento financeiro bruto em 2021, face a 2020, visto amortizar a parcela prevista do financiamento existente (exclusivamente contratado junto do BEI), sem necessidade de recorrer a qualquer outra forma de endividamento, cumprindo os limites de endividamento indicados.

A evolução do endividamento financeiro da EPAL é a seguinte:

Endividamento Financeiro	2019	2020	2020	2021	2022	2023	Δ2021 O/2020E		
	Unidade: Milhões Euros	Real	PAO	Estimativa Orçamento	Projeção	Projeção	Meur	%	
Endividamento financeiro bruto		101,7	89,1	89,1	78,9	68,5	58,1	-10,3	-12%

O financiamento do Programa de Investimentos da EPAL, desde o início do século XXI, tinha vindo a ser garantido exclusivamente com recurso ao *cash flow* gerado pela atividade e a endividamento bancário, uma vez que a Empresa não tinha beneficiado de quaisquer fundos comunitários. A exceção ocorreu em 2018, quando a EPAL teve um dos seus investimentos

cofinanciado pelo POSEUR, o investimento de reabilitação da Estação de Tratamento de Vale da Pedra.

Para financiamento do seu Programa de Investimentos, a EPAL utilizou, entre 2002 e 2010, ao abrigo do Contrato de Financiamento EPAL III com o Banco Europeu de Investimento (BEI), 185 milhões de EUR de empréstimos de médio e longo prazo. Desde essa data, e excetuando o subsídio acima referido, a EPAL procedeu ao financiamento do seu programa de investimentos na íntegra através do cash flow gerado pela atividade, não tendo havido necessidade de recurso a outros empréstimos bancários.

Para 2021 não se prevê o recurso a novos financiamentos, estimando-se apenas amortizar a parcela anual dos financiamentos existentes contratados junto do BEI, num total de 10,3 milhões de euros.

Não estão igualmente previstos quaisquer aumentos de capital, mantendo-se inalterado o valor do capital social realizado existente.

A atual solidez financeira da Empresa e a evolução prevista conforme se demonstra nas atuais projeções permitem antever que a tendência dos últimos anos se mantenha, isto é, que os investimentos a realizar no triénio 2021-2023 sejam suportados integralmente por via de auto financiamento, e complementados pelos subsídios afetos aos investimentos IRR, conforme explicitado no ponto 2 do presente documento.

Apenas através da política de racionalização de gastos e de uma escolha criteriosa dos investimentos tem sido possível assegurar uma forte componente de auto financiamento das despesas de investimento, que tem permitido manter os encargos financeiros a níveis baixos e uma forte solidez financeira.

A empresa cumpre o disposto na Lei do Orçamento do Estado, reduzindo o seu endividamento global face ao ano anterior em 7,5% (n.º 1 do artigo 58.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro), calculado nos termos do artigo 159.º do Decreto – Lei de Execução Orçamental, consubstanciado na seguinte fórmula:

$$\frac{(FR_t - FR_{t-1}) + (Capital_t - Capital_{t-1}) - \text{NovosInvestimentos}_t}{FR_{t-1} + Capital_{t-1}}$$

Atendendo a que os investimentos no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência foram considerados como materialmente relevantes devem por conseguinte ser tidos em conta na fórmula de apuramento da variação do endividamento da empresa. Os valores aplicáveis são os seguintes:

	<b>Rubricas</b>	<b>Valores (milhões EUR)</b>
FR <sub>t</sub>	Financiamento Remunerado 2021	78,9
FR <sub>t-1</sub>	Financiamento Remunerado 2020	89,1
Capital <sub>t</sub>	Capital Social 2021	150,0
Capital <sub>t-1</sub>	Capital Social 2020	150,0
Novos Investimentos <sub>t</sub>	Novos Investimentos > 10% Orçamento ou > 10 MEUR	7,7

$$\text{Endividamento} = \frac{(78,9 - 89,1) + (150,0 - 150,0) - 7,7}{89,1 + 150,0} = -7,5\%$$

## 5.2. GASTOS OPERACIONAIS DAS EMPRESAS PÚBLICAS

A EPAL tem vindo desde 2010 a proceder a uma acentuada contenção dos seus gastos operacionais, designadamente Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) e Gastos com Pessoal, gerando sistematicamente resultados líquidos bastante positivos.

A Lei n.º 2/2020, de 31 de março, estabelece no n.º 1 do artigo 59.º, que as empresas públicas devem prosseguir uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional, nos termos do Decreto-Lei de execução orçamental.

O artigo 158.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, indica os termos em que os gastos operacionais das empresas públicas deverão ser aferidos, de modo a promover o referido equilíbrio operacional, e que são os seguintes:

### 5.2.1. Rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios (GO/VN)

O n.º 1 do artigo 158.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 15 de maio, indica, para efeitos do disposto no artigo 59.º da Lei do Orçamento do Estado para 2020, que o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, deve ser igual ou inferior ao verificado no ano anterior.

Os valores que respeitam ao apuramento do indicador GO/VN, para os períodos compreendidos entre 2019 e 2023, são os seguintes:

Unidade: Euros	2019	2020	2020	2021	2022	2023
	Real	PAO	Estimativa	Orçamento	Projeção	Projeção
CMVMC (a)	1.760.556	1.904.119	1.965.046	1.971.096	2.000.628	2.000.042
FSE (b)	32.852.320	33.428.468	33.790.164	32.002.594	31.835.491	32.510.028
Gastos com Pessoal ( C)	25.361.415	25.595.726	26.698.189	28.338.582	28.242.300	28.192.370
(1) GO Total (a+b+c)	59.974.291	60.928.313	62.453.400	62.312.272	62.078.418	62.702.440
(2) Volume de Negócio	166.950.987	169.926.389	159.126.414	160.149.367	164.715.119	172.251.905
<b>GO/VN (1) / (2)</b>	<b>35,92%</b>	<b>35,86%</b>	<b>39,25%</b>	<b>38,91%</b>	<b>37,69%</b>	<b>36,40%</b>

O disposto no ponto 3.1. do Despacho n.º 395/2020, estabelece que deve ser garantido em 2021 que o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios seja igual ou inferior ao verificado em 2019 (Ponto 3.1. do Despacho n.º 395, de 27 de julho, e n.º 1 do artigo 158.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho), sendo que no cálculo deste rácio poderão ser excluídas

as receitas e despesas justificadamente relacionadas com a pandemia provocada pelo vírus SARS-Cov-2, se as houver.

Os impactos da pandemia estimados para 2021 e que constam do anexo III ao presente documento são:

	2021
FSE	1.258.300
Materiais e equip. de proteção	332.500
Comunicações	21.400
Viaturas	157.400
Higienização instalações	75.000
Trabalho temporário	672.000
Gastos com o Pessoal	883.000
Subsídio alimentação	393.000
Trabalho suplementar e outros	490.000
	2.141.300

Ao nível do volume de negócios, o impacto foi apurado tendo em conta a diferença de volume face ao real de 2019 nos dois segmentos dos clientes diretos mais afetados– Comércio e Indústria e Instituições - à qual foi aplicada a tarifa prevista para 2021.

No quadro seguinte apresenta-se o rácio ajustado com os efeitos previstos provocados pelo Covid-19:

	2019	2020	2021	2021	2021
Unidade: Euros	Real	Estimativa	Orçamento	Efeito Covid	Exc. Covid
CMVMC (a)	1.760.556	1.965.046	1.971.096		1.971.096
FSE (b)	32.852.320	33.790.164	32.002.594	(1.258.300)	30.744.294
Gastos com Pessoal ( C)	25.361.415	26.698.189	28.338.582	(883.000)	27.455.582
(1) GO Total (a+b+c)	59.974.291	62.453.400	62.312.272	(2.141.300)	60.170.972
(2) Volume de Negócio	166.950.987	159.126.414	160.149.367	7.397.611	167.546.977
<b>GO/VN (1) / (2)</b>	<b>35,92%</b>	<b>39,25%</b>	<b>38,91%</b>		<b>35,91%</b>

Considerou-se que o volume de negócios continua influenciado pelos impactos relacionados com o Covid-19, pois não se prevê que em 2021 a atividade económica da cidade de Lisboa relacionada sobretudo com a hotelaria e restauração recupere para níveis similares a 2019, embora se preveja uma ligeira retoma nos segmentos de clientes diretos, que tinham sido os que apresentaram maiores quebras em 2020 face a 2019. Para o ano de 2021 estimou-se ainda uma

redução de volumes nos clientes municipais e multimunicipais, em resultado da evolução económica em baixa que se perspetiva devido à pandemia.

Ao longo do período de projeção (2020-2023) a estimativa para o volume de negócios resulta da previsão de volumes por segmento de cliente ao qual foi aplicada a tarifa estimada para cada um desses períodos (na ausência de tarifa fixada para esse período assumiu-se a atualização das tarifas atuais à taxa de inflação prevista para cada ano). A quota de serviço (componente fixa) foi estimada tendo em conta o n.º de clientes diretos e as tarifas atuais atualizadas à inflação.

Ao nível das rubricas de gastos, as variações são imateriais entre exercícios, havendo no entanto um incremento nos gastos com o pessoal que tem como contrapartida uma redução nos fornecimentos e serviços externos, com a integração os quadros da empresa de trabalhadores para desenvolver algumas tarefas que são asseguradas através de prestações de serviços ou em regime de trabalho temporário. Esta situação está detalhada no ponto 5.4. do presente documento.

A empresa cumpre a Instrução de assegurar que o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, deve ser igual ou inferior ao verificado em 2019 (n.º 1 do artigo 158.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho e ponto 3.1. do Despacho n.º 395/2020).

#### 5.2.2. Redução de Gastos Operacionais

Conforme disposto no ponto 3.1. Despacho n.º 395, de 27 de julho, deverão ser iguais ou inferiores ao valor mais alto entre os valores estimados para 2020 ou os executados em 2019:

- Os gastos com pessoal, com exceção da relativa aos corpos sociais e descontado o efeito do absentismo;
- O conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel (alínea b) do n.º 3 do artigo 158.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho);

- O conjunto dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (alínea c) do n.º 3 do artigo 158.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho);

O acréscimo dos gastos elencados nos três pontos anteriores apenas pode ocorrer em situações excecionais e devidamente fundamentadas, mediante autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças, em sede de aprovação da proposta de PAO da empresa.

Nos pontos subsequentes apresenta-se a informação respeitante aos gastos operacionais que constam no n.º 3 do artigo 158.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, e que nos termos do ponto 3.1. do Despacho n.º 395/2020, de 27 de julho, devem ser iguais ou inferiores ao valor mais alto entre os valores estimados para 2020 ou os executados em 2019.

**5.2.2.1. Gastos com pessoal, com exceção da relativa aos corpos sociais e descontado o efeito do absentismo (ponto 3.1. do Despacho n.º 395/2020, de 27 de julho, e alínea a) do n.º 3 do artigo 158.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho)**

Conforme disposto no ponto 3.1. do Despacho n.º 395, de 27 de julho, deverão ser iguais ou inferiores ao valor mais alto entre os valores estimados para 2020 ou os executados em 2019 os gastos com pessoal, com exceção da relativa aos corpos sociais e descontado o efeito do absentismo.

Os valores referentes ao período 2019 – 2023 são apresentados no quadro seguinte:

Recursos Humanos	2019	2020	2020	2021	2022	2023
Unidade: Euros	Real	PAO	Estimativa	Orçamento	Projeção	Projeção
<b>Gastos com Pessoal</b>						
Remunerações Órgãos Sociais	603.605	606.644	606.893	606.843	608.661	608.661
Remunerações Pessoal	24.757.810	24.989.082	26.091.297	27.731.739	27.633.639	27.583.709
<b>Total</b>	<b>25.361.415</b>	<b>25.595.726</b>	<b>26.698.189</b>	<b>28.338.582</b>	<b>28.242.300</b>	<b>28.192.370</b>
<b>Gastos com Pessoal</b>						
Remunerações Órgãos Sociais	(603.605)	(606.644)	(606.893)	(606.843)	(608.661)	(608.661)
Absentismo	474.346	0	382.670	0	0	0
<b>Total</b>	<b>(129.259)</b>	<b>(606.644)</b>	<b>(224.223)</b>	<b>(606.843)</b>	<b>(608.661)</b>	<b>(608.661)</b>
<b>Gastos com Pessoal ajustados</b>						
Remunerações Órgãos Sociais	0	0	0	0	0	0
Remunerações Pessoal	25.232.156	24.989.082	26.473.967	27.731.739	27.633.639	27.583.709
<b>Total</b>	<b>25.232.156</b>	<b>24.989.082</b>	<b>26.473.967</b>	<b>27.731.739</b>	<b>27.633.639</b>	<b>27.583.709</b>

Os gastos com o pessoal ajustados incluem apenas os ajustamentos previstos no Despacho n.º 395/2020 do SET, designadamente gastos com Órgãos Sociais e efeito do absentismo.

No ponto 5.4. é feita a análise detalhada dos gastos e do número de colaboradores, explicitando as necessidades de contratação.

<b>Recursos Humanos</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>
Unidade: Euros	<b>Real</b>	<b>PAO</b>	<b>Estimativa</b>	<b>Orçamento</b>	<b>Projeção</b>	<b>Projeção</b>
<b>Total</b>	<b>25.232.156</b>	<b>24.989.082</b>	<b>26.473.967</b>	<b>27.731.739</b>	<b>27.633.639</b>	<b>27.583.709</b>
<b>Factos não comparáveis</b>						
Efeito Covid	0	0	(881.250)	(883.000)	0	0
Novas admissões	0	0	0	(1.261.300)	(1.268.303)	(1.275.306)
<b>Total</b>	<b>25.232.156</b>	<b>24.989.082</b>	<b>25.592.717</b>	<b>25.587.440</b>	<b>26.365.336</b>	<b>26.308.403</b>

Excluindo o impacto da pandemia e o impacto das novas admissões (que tem como contrapartida uma redução em FSE, conforme se demonstra na análise custo benefício), a empresa cumpre a instrução de assegurar que os gastos com pessoal, com exceção dos relativos aos corpos sociais e descontado o efeito do absentismo, são inferiores ao valor estimado para 2020 (ponto 3.1. dos princípios financeiros constantes do Despacho n.º 395/2020, de 27 de julho).

#### **5.2.2.2. Conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel (ponto 3.1. do Despacho n.º 395/2020, de 27 de julho, e alínea b) do n.º 3 do artigo 158.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho)**

Em consonância com o disposto no ponto 3.1. do Despacho n.º 395/2020, o conjunto dos gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel, devem ser iguais ou inferiores ao valor mais alto entre os montantes estimados para 2020 ou os executados em 2019.

No que respeita às deslocações, ajudas de custo e alojamento, e por o despacho do PAO 2019 não ter aceitado que se expurgassem os custos incorridos com outras atividades (Aquamatrix, Wone, Análises Laboratoriais, Formação, entre Outros Serviços), atendendo que são atividades que geram proveitos adicionais à atividade principal da Empresa, bem como os gastos incorridos com a gestão delegada na AdVT, foram neste exercício considerados os custos globais destas rubricas. Refira-se contudo que, e sobretudo no caso do Aquamatrix, que é uma atividade comercial e em plena concorrência com outros produtos disponíveis no mercado (conforme explicitado no capítulo inicial "sumário executivo"), eventuais limitações orçamentais nesta rubrica poderão colocar em causa uma plena e satisfatória prestação do serviço aos clientes da Empresa.

Em relação aos gastos com a frota automóvel foram considerados todos os gastos com frota automóvel, os quais são coletados no sistema de contabilidade analítica da EPAL de forma individualizada, ou seja, viatura a viatura, através de um sistema de ordens internas.

O quadro seguinte apresenta a evolução do conjunto de gastos em apreço, verificando-se a redução face ao valor verificado no exercício de 2019 (atendendo que conforme foi mencionado no PAO 2020 revisto, as deslocações foram reduzidas ao mínimo durante o ano de 2020, prevendo-se que em 2021 haja um retomar da normal atividade da empresa):

Deslocações, Ajudas de custo e alojamento e frota automóvel	2019	2020	2020	2021	2022	2023
	Unidade: Euros	Real	PAO	Estimativa	Orçamento	Projeção
<b>FSE</b>						
Deslocações, ajudas de custo e alojamento	119.728	207.550	95.550	107.500	107.500	107.500
Frota Automóvel	1.784.924	1.735.818	1.711.313	1.795.899	1.795.899	1.795.899
	<b>1.904.652</b>	<b>1.943.368</b>	<b>1.806.863</b>	<b>1.903.399</b>	<b>1.903.399</b>	<b>1.903.399</b>

A empresa cumpre a Instrução de assegurar que o conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel, são inferiores aos valores executados em 2019 (ponto 3.1. dos princípios financeiros constantes do Despacho n.º 395/2020, de 27 de julho).

#### 5.2.2.3. Conjunto dos encargos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (ponto 3.1. do Despacho n.º 395/2020, de 27 de julho, e alínea c) do n.º 3 do artigo 158.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho)

Conforme disposto no ponto 3.1. do Despacho n.º 395/2020 e o conjunto dos gastos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, devem ser iguais ou inferiores ao valor mais alto entre os montantes estimados para 2020 ou os executados em 2019.

O quadro seguinte apresenta a evolução do conjunto de gastos em apreço, verificando-se a redução face ao exercício de 2019:

Consultoria, estudos e pareceres	2019	2020	2020	2021	2022	2023
Unidade: Euros	Real	PAO	Estimativa	Orçamento	Projeção	Projeção
Consult., estudos e pareceres	283.586	298.500	280.000	282.500	282.500	282.500
	<b>283.586</b>	<b>298.500</b>	<b>280.000</b>	<b>282.500</b>	<b>282.500</b>	<b>282.500</b>

A empresa cumpre a Instrução de assegurar que o conjunto dos encargos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, são inferiores ao valor executado em 2019 (ponto 3.1. dos princípios financeiros constantes do Despacho n.º 395/2020, de 27 de julho).

### 5.2.3. Quadro resumo da Eficiência Operacional e do PRC

Em cumprimento das orientações constantes nas instruções sobre a elaboração dos Planos de Atividades e Orçamentos para 2021 (Despacho n.º 395/2020 SET, de 27 de julho de 2020), apresenta-se o quadro resumo sobre a eficiência operacional e PRC da Empresa:

PRC	2021	2020	2019	Variação 2021/2019	
	Unidade: Euros Orçamento	Estimativa	Real	Valor	%
(1) CMVMC	1.971.096	1.965.046	1.760.556	210.541	12,0%
(2) FSE	30.744.294	33.128.864	32.852.320	(2.108.026)	-6,4%
(3) Gastos com Pessoal	27.455.582	25.816.939	25.361.415	2.094.167	8,3%
<i>Indemnizações por rescisão</i>	900.000	900.000	621.709	278.291	44,8%
<i>Valorizações remuneratórias</i>	122.573	90.918	0	122.573	-
(4) Gastos Operacionais = (1)+(2)+(3)	60.170.972	60.910.850	59.974.291	196.681	0,3%
(5) Volume de Negócios (VN)	167.546.977	169.610.621	166.950.987	595.990	0,4%
<i>Subsídios à Exploração</i>	0	0	0	0	
<i>Indemnizações Compensatórias</i>	0	0	0	0	
(6) Peso dos gastos / VN = (4)/(5) *	35,91%	35,91%	35,92%	-0,01 p.p.	-
(7) <i>Deslocações e alojamento (valor)</i>	95.000	85.000	107.298		
(8) <i>Ajudas de Custo (valor)</i>	12.500	10.550	12.430		
(9) <i>Gastos com frota automóvel (valor)</i>	1.795.899	1.711.313	1.784.924		
(7)+(8)+(9)	1.903.399	1.806.863	1.904.652	(1.253)	-0,1%
(10) <i>Gastos com Contratações estudos, pareceres, projetos e consultorias (valor)</i>	282.500	280.000	283.586	(1.086)	-0,4%

\* Exclui efeitos da Pandemia

Atendendo a que no ponto 3 dos Princípios financeiros de referência para 2021 do Despacho n.º 395/2020 – SET se prevê que os gastos com o pessoal, encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento e frota automóvel, e os encargos com estudos e pareceres, devem ser iguais ou inferiores ao valor mais alto entre os montantes estimados para 2020 ou os executados em 2019, apresenta-se no quadro seguinte a comparação entre os montantes previstos para 2021 e os montantes de 2019 e 2020.

PRC	Unidade: Euros	2021	2020	2019	Variação 2021/2019		Variação 2021/2020	
		Orçamento	Estimativa	Real	Valor	%	Valor	%
(3) Gastos com Pessoal		27.455.582	25.816.939	25.361.415	2.094.167	8,3%	1.638.643	6,3%
(7) Deslocações e alojamento (valor)		95.000	85.000	107.298	(12.298)	-11,5%		
(8) Ajudas de Custo (valor)		12.500	10.550	12.430	70	0,6%		
(9) Gastos com frota automóvel (valor)		1.795.899	1.711.313	1.784.924	10.975	0,6%		
(7)+(8)+(9)		1.903.399	1.806.863	1.904.652	(1.253)	-0,1%	96.536	5,3%
(10) Gastos com Contratações estudos, pareceres, projetos e consultorias (valor)		282.500	280.000	283.586	(1.086)	-0,4%	2.500	0,9%

\* Exclui efeitos da Pandemia

Em cumprimento do disposto na alínea viii) do ponto 6 das Instruções para a elaboração dos Planos de Atividades e Orçamentos para 2021 (Despacho n.º 395/2020, de 27 de julho) apresenta-se no quadro seguinte o Plano de Redução de Custos detalhado por trimestres em relação à previsão para 2021.

PRC	Unidade: Euros	2021			
		1.ºT	2.ºT	3.ºT	4.ºT
(1) CMVMC		492.774	985.548	1.478.322	1.971.096
(2) FSE		7.340.579	14.693.677	23.088.213	30.744.294
(3) Gastos com Pessoal		6.863.896	13.727.791	20.591.687	27.455.582
Indemnizações por rescisão		225.000	450.000	675.000	900.000
Valorizações remuneratórias		30.643	61.286	91.929	122.573
(4) Gastos Operacionais = (1)+(2)+(3)		14.697.248	29.407.016	45.158.221	60.170.972
(5) Volume de Negócios (VN)		37.711.146	78.975.359	126.259.084	167.546.977
Subsídios à Exploração		0	0	0	0
Indemnizações Compensatórias		0	0	0	0
(6) Peso dos gastos / VN = (4)/(5) *		38,97%	37,24%	35,77%	35,91%
(7) Deslocações e alojamento (valor)		23.750	47.500	71.250	95.000
(8) Ajudas de Custo (valor)		3.125	6.250	9.375	12.500
(9) Gastos com frota automóvel (valor)		448.975	897.949	1.346.924	1.795.899
(7)+(8)+(9)		475.850	951.699	1.427.549	1.903.399
(10) Gastos com Contratações estudos, pareceres, projetos e consultorias (valor)		70.625	141.250	211.875	282.500

\* Exclui efeitos da Pandemia

### 5.3. FROTA AUTOMÓVEL

O artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, estabelece as regras sobre veículos, sendo que o n.º 4 define que para as empresas do Setor Empresarial do Estado poderão ser

adquiridos ou locados veículos para a frota operacional, destinados à atividade da empresa, e desde que estejam previstos nos planos de atividades e orçamento.

A EPAL dispunha no final de 2019 de um total de 267 viaturas, tendo iniciado ainda em 2018 um processo de substituição de viaturas em fim de contrato.

Nos termos das orientações para o orçamento de 2021 constata-se a possibilidade de adquirir ou locar veículos para a frota operacional que sejam imprescindíveis à atividade da empresa, desde que seja demonstrada a respetiva imprescindibilidade e que a aquisição ou locação seja expressamente autorizada no âmbito da aprovação do PAO.

No ponto 3.1. do Despacho n.º 395, de 27 de julho, é referido que deverão ser iguais ou inferiores ao valor mais alto entre os valores estimados para 2020 ou os executados em 2019, o conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel, sendo que o acréscimo desses gastos elencados apenas pode ocorrer em situações excecionais e devidamente fundamentadas, mediante autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças, em sede de aprovação da proposta de PAO da empresa.

Para o exercício de 2021 a EPAL tem necessidade de aumentar a sua frota em 5 viaturas para as suas atividades operacionais, para garantir a prestação do serviço público a que se encontra obrigada. As 5 viaturas repartem-se da seguinte forma: 2 viaturas ligeiras, 2 viaturas comerciais e 1 viatura tipo pick-up.

Diminuindo o custo médio por viatura face a 2019, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos incorridos (e previstos vir a incorrer) com a frota automóvel da empresa, incluindo rendas dos contratos de aluguer operacional de viaturas, amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, taxas e impostos:

<b>Frota Automóvel</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>
Unidade: Euros	<b>Real</b>	<b>PAO</b>	<b>Estimativa</b>	<b>Orçamento</b>	<b>Projeção</b>	<b>Projeção</b>
Gastos com Frota	1.784.924	1.735.818	1.711.313	1.795.899	1.795.899	1.795.899
<b>N.º viaturas</b>	<b>267</b>	<b>267</b>	<b>267</b>	<b>272</b>	<b>272</b>	<b>272</b>
<b>Custo médio/viatura (EUR)</b>	<b>6.685</b>	<b>6.501</b>	<b>6.409</b>	<b>6.603</b>	<b>6.603</b>	<b>6.603</b>

Em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, o orçamento da frota automóvel da EPAL, para o ano de 2021, inclui a previsão de dispor de 5 novas viaturas de natureza operacional a acrescer às 267 da sua frota atual.

## 5.4. EVOLUÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Por força do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, a EPAL assumiu a posição contratual da sociedade LVT nos contratos de trabalho e acordos de cedência de pessoal, isto é, os trabalhadores da sociedade LVT foram integrados na estrutura orgânica da EPAL, passando a contratar, em nome próprio da EPAL, o pessoal necessário à gestão do sistema de Lisboa e Vale do Tejo.

Atendendo às referidas atribuições de gestão delegadas na EPAL e à transferência dos trabalhadores da LVT para a EPAL, foi implementada, em julho de 2015, uma nova estrutura organizacional na EPAL, que reflete a gestão conjunta das duas empresas. Os recursos humanos da EPAL contemplavam assim os colaboradores provenientes das 8 empresas agregadas na LVT.

Em 2017, com a publicação do Decreto-Lei n.º 34/2017, e em resultado da cisão da Águas do Tejo Atlântico e da Simarsul, da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, parte dos colaboradores afetos à gestão delegada da AdVT regressaram às empresas de origem. Este movimento não afetou contudo os gastos da EPAL, pois de acordo com o modelo de relacionamento existente entre as duas empresas, a EPAL debita periodicamente os gastos incorridos com a gestão delegada, os quais incluem os incorridos com recursos humanos, sendo que o movimento contabilístico efetuado na esfera da EPAL traduz-se num “menos gasto” na rubrica de gastos com pessoal.

Recorda-se ainda que até 2017 a empresa assistiu a uma redução significativa do seu quadro de pessoal, atendendo à saída de diversos colaboradores em idade de reforma, e que não foram alvo de substituição em resultado das restrições impostas à contratação de pessoal nas sucessivas Leis do Orçamento do Estado.

Já em 2018, deu-se início ao processo de renovação do quadro de pessoal da EPAL, de modo a diminuir a média etária elevada que tem, sobretudo em áreas operacionais relacionadas com a manutenção e operação. Tal medida foi sancionada pelo Despacho Conjunto dos Secretários de Estado do Tesouro e do Ambiente, comunicado em 2 de julho de 2018, pelo Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente, onde foi autorizado o recrutamento para substituição de trabalhadores, desde que daí não resulte nem ao aumento dos efetivos da empresa, nem o aumento da massa salarial face a 2017, conforme as regras constantes no DLEO 2018. Para além disso deveriam ser ainda salvaguardadas um conjunto de questões adicionais (os encargos

estarem considerados no PAO, os recrutamentos serem considerados imprescindíveis e essa necessidade não poderem ser supridas por meios já existentes). Adicionalmente, não poderão ser substituições de trabalhadores que tenham saído da empresa com compensações financeiras atribuídas. Este processo de substituição prolongou-se ainda durante parte do ano de 2019, atendendo que os recrutamentos não foram possíveis de efetivar em tempo útil.

Para 2020 prevê-se a manutenção, tanto para o pessoal afeto à atividade da EPAL como ao da AdVT, do número de trabalhadores face ao previsto para final de 2019, prevendo-se apenas admissões para compensar eventuais saídas de trabalhadores por motivos de reforma e/ou por iniciativa própria do trabalhador, sem qualquer compensação indemnizatória.

O quadro seguinte apresenta os movimentos de trabalhadores previstos para 2020:

Quadro de Pessoal	EPAL	AdVT	Total
31 de dezembro de 2019	656	374	1.030
Saídas	15	10	25
Admissões	15	10	25
<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>656</b>	<b>374</b>	<b>1.030</b>

Já para 2021 e indo de encontro ao referido no ponto 3.2 das Instruções para a elaboração dos Planos de Atividades e Orçamentos para 2021 (Despacho n.º 395/2020, de 27 de julho), a empresa pretende adequar o seu quadro de pessoal às necessidades de uma organização eficiente.

A empresa vem propor no âmbito do PAO para 2021 o aumento do número de trabalhadores, o qual deve ser expressamente autorizado no ato de aprovação do PAO.

Estabelece o Despacho n.º 395/2020, de 27 de julho, que o recrutamento deve estar devidamente fundamentado, sempre que possível em análise custo benefício, tendo em vista que no momento do recrutamento estejam reunidos os seguintes requisitos:

- Os encargos decorrentes do recrutamento estejam incluídos no PAO aprovado, para o que a proposta de PAO deve evidenciar o impacto no ano da contratação e em cada ano do triénio, com identificação do montante de remunerações dos trabalhadores a contratar, tendo por referência a base da carreira profissional prevista em instrumento de regulamentação coletiva de trabalho ou em regulamento interno, quando existam;
- O recrutamento seja considerado imprescindível;

- Seja impossível satisfazer as necessidades por recurso a pessoal que se encontre em situação de valorização profissional ou ao abrigo de outros instrumentos de mobilidade; e
- Cumprimento, atempado e integral, dos deveres de informação previstos na Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, na sua atual redação.

A EPAL tem um quadro de pessoal com uma idade média bastante elevada, sendo que no nos últimos 3 anos cerca de 112 dos seus trabalhadores reuniram condições para se aposentarem sem qualquer penalização, e que 72 desses trabalhadores da empresa atingiram mesmo a idade legal de reforma. Este facto agravou significativamente a atual situação da empresa em termos de escassez de recursos humanos e de *know-how* técnico.

Sendo a EPAL uma empresa da área do ambiente com uma obrigação de prestação de serviço público, com resultados líquidos anuais na ordem dos 50 milhões de euros e com um EBITDA largamente positivo (acima dos 95 milhões de euros/ano), deve pautar-se por uma prestação de um serviço de qualidade ao cliente na cidade de Lisboa e aos seus clientes em Alta, contribuindo para a preservação do ambiente e cumprindo assim as premissas que constam da sua própria missão. Consideramos pois que para a prossecução da sua missão é indispensável o rejuvenescimento do seu quadro de pessoal, para assegurar a substituição de parte das saídas ocorridas nos últimos anos e que nunca foram supridas e para assegurar uma transição e passagem de conhecimento atempada por parte dos trabalhadores mais experientes, sobretudo nas áreas mais técnicas e operacionais. Tendo mais de 150 anos de atividade ininterrupta, existem diversas instalações e locais com especificidades próprias, que se não for devidamente acautelada a passagem de conhecimento, poderá incorrer-se no risco de não assegurar com fiabilidade e segurança o serviço público prestado pela Empresa, podendo em última análise colocar em causa a qualidade da água e a segurança dos consumidores da água fornecida.

Para garantir as necessidades atuais e assegurar a transição e passagem de conhecimento atempadas, considera-se imprescindível continuar o processo de substituição dos trabalhadores com idade mais avançada. A par deste rejuvenescimento é necessário assegurar que necessidades permanentes de recursos humanos que têm vindo a ser colmatas precariamente através de contratos de *outsourcing*, *avenças* ou utilização de trabalho temporário, de modo a

assegurar funções imprescindíveis à atividade, passem a ser asseguradas por trabalhadores do quadro da empresa.

As funções desenvolvidas por estes trabalhadores permitirão garantir a atividade plena da EPAL através da distribuição de água em quantidade e qualidade, a par com a atividade de saneamento (no caso da gestão delegada da AdVT), em pleno respeito da qualidade do ambiente, e cumprindo todos os requisitos legais a que a Empresa está sujeita.

No caso do pessoal afeto à gestão delegada da AdVT, as admissões consideradas seguem os mesmos critérios, não se verificando contudo uma idade média tão alta como a referida na EPAL, mas em contraponto, e devido sobretudo à dispersão geográfica e à multiplicidade e especificidade das instalações existentes (cerca de 2.000 instalações operacionais), a necessidade de assegurar a transição e passagem de conhecimento atempadas é mais premente.

Para a atividade da EPAL foram identificadas 61 situações de postos de trabalho para recrutamento em 2021, sendo 34 adstritas às áreas de operação e manutenção e 27 às áreas de suporte (sobretudo das áreas relacionadas com os processos de investimento, atendendo ao ambicioso plano de investimentos que a empresa tem previsto para os próximos 5 anos).

Adicionalmente, e face ao acima mencionado, encontram-se previstas a substituição de 10 trabalhadores para fazer face a eventuais saídas de trabalhadores por motivos de reforma e/ou por iniciativa própria do trabalhador, sem qualquer compensação indemnizatória.

Para a gestão delegada da AdVT foram identificadas 76 situações de postos de trabalho para recrutamento em 2021, sendo 74 adstritas às áreas de operação e manutenção e 2 às áreas de suporte.

Em ambos os casos, para as áreas de operação e manutenção, as responsabilidades destes trabalhadores abrangem funções de captação, tratamento, transporte e distribuição de água, assegurando a sua qualidade e quantidade, bem como, a recolha, tratamento e rejeição de águas residuais, de acordo com os requisitos legais em vigor e tendo na sua atividade o objetivo estratégico de otimização de custos. Estas equipas de operação e manutenção garantem o adequado planeamento e execução de manutenção preventiva, condicionada e curativa dos ativos da empresa, com o objetivo de maximizar o nível de serviço e eficiência operativa dos sistemas de abastecimento e saneamento.

No que concerne às áreas de suporte as responsabilidades destes trabalhadores abrangem funções de estudo, conceção, adaptação e aplicação de métodos e processos, no âmbito das áreas de recursos humanos, compras e segurança no trabalho, traduzidas na disponibilização dos meios necessários ao desenvolvimento pleno das tarefas e funções dos trabalhadores que integram as áreas operacionais. Destaca-se o desenvolvimento de práticas de gestão dos seus ativos estratégicos, i.e. trabalhadores, na instrução de processos de compra e no garante das adequadas condições de segurança dos seus trabalhadores e instalações, concomitante e sucessiva, procedendo, designadamente, à realização de auditorias e demais ações de controlo, do exame e conferência.

Para as atividades consideradas na gestão delegada da AdVT, a acrescer a estas necessidades e decorrente de uma nova atividade que lhe foi atribuída por Decreto-Lei, e devidamente explicitada de forma detalhado no PAO 2021 dessa empresa, que consiste na gestão das infraestruturas hidráulicas dos aproveitamentos da Barragem da Apartadura e da Barragem do Monte Novo, ambos empreendimentos de fins múltiplos, e as Barragens da Capinha, de Corgas e de Santa Águeda, todas de fins únicos, a AdVT terá que recrutar um contingente de 23 pessoas para desempenhar funções nessa nova atividade.

Em resultado destas necessidades de recrutamento, para o ano de 2021 a movimentação de pessoal prevista é a que consta no quadro seguinte:

<b>Quadro de Pessoal</b>	<b>EPAL</b>	<b>AdVT</b>	<b>Total</b>
31 de dezembro de 2020	656	374	1.030
Saídas	10	0	10
Admissões	71	99	170
<b>31 de dezembro de 2021</b>	<b>717</b>	<b>473</b>	<b>1.190</b>

Com exceção da contratação relativa à nova atividade da AdVT (gestão das barragens) as restantes resultam de uma redução de gasto em fornecimentos e serviços externos ou, no caso das eventuais saídas de trabalhadores por motivos de reforma e/ou por iniciativa própria do trabalhador, sem qualquer compensação indemnizatória, por compensação direta em gastos com pessoal. Desta forma o incremento na rubrica de gastos com o pessoal tem essencialmente como contrapartida uma redução em fornecimentos e serviços externos.

	EPAL	AdVT
Gasto em FSE	1.271.220	1.473.339
Gasto com pessoal *	1.261.300	1.438.355
Diferencial	-9.920	-34.985

\*Inclui remunerações, encargos e benefícios sociais em vigor na empresa

Numa lógica estritamente financeira é assim demonstrada a análise custo benefício, sendo que será ainda mais favorável se considerarmos os efeitos não financeiros e que resultam de a função ser desempenhada por um trabalhador pertencente à empresa e não a um prestador de serviços externo à mesma, pois a rotatividade será substancialmente mais elevada e, conseqüentemente, acresce o risco de perda de *know-how* técnico interno.

Para as admissões de trabalhadores no âmbito da nova atividade das barragens as admissões resultam de uma nova atribuição imposto à empresa por via de um Decreto-Lei, pelo que a análise custo benefício não poderá ser mensurada ao nível financeiro.

Em termos de categorias profissionais os recrutamentos previstos (excluindo desta análise as 10 admissões por contrapartida direta de saídas) enquadram-se nas seguintes carreiras:

	EPAL	AdVT	AdVT Barragens
Carreira Superior	31	13	10
Carreira Técnica / Operacional	30	63	13
	61	76	23

As remunerações estimadas têm por base o enquadramento na carreira e o instrumento de regulamentação coletiva aplicável, sendo que no caso dos trabalhadores afetos à atividade da EPAL é o Acordo de Empresa e para os trabalhadores afetos à gestão delegada o Acordo Coletivo de Trabalho, assinado em 2018, e aplicável às restantes empresas do Grupo (com exceção da EPAL, que já tinha desde longa data um Acordo de Empresa próprio).

Os encargos decorrentes do recrutamento são estimados em:

Admissão de colaboradores - Impacto nos Gastos com o Pessoal							Autorização para o recrutamento	
Admissão colaboradores	Função/Área	Ano admissão	EF2020	ORÇ2021	2022	2023	Sim/Não	Gastos Previstos PAO
<i>Afetos à atividade da EPAL</i>								
34	Operacional (Operação/ manutenção)	2021	0	686.993	690.896	694.800	Não	PAO 2021
	<i>Gasto unitário (total)</i>			20.206	20.320	20.435		
27	Suporte	2021	0	574.307	577.407	580.506	Não	PAO 2021
	<i>Gasto unitário (total)</i>			21.271	21.385	21.500		
				1.261.300	1.268.303	1.275.306		
<i>Afetos à atividade da AdVT</i>								
74	Operacional (Operação/ manutenção)	2021	0	1.411.129	1.411.129	1.411.129	Não	PAO 2021
	<i>Gasto unitário (total)</i>			61.353	61.353	61.353		
2	Suporte	2021	0	27.226	27.226	27.226	Não	PAO 2021
	<i>Gasto unitário (total)</i>			13.613	13.613	13.613		
				1.438.355	1.438.355	1.438.355		
<i>Afetos à atividade da AdVT (Barragens)</i>								
23	Operacional (Operação/ manutenção)	2021	0	582.536	582.536	582.536	Não	PAO 2021
	<i>Gasto unitário (total)</i>			25.328	25.328	25.328		
				582.536	582.536	582.536		

Conforme estabelece o Despacho n.º 395/2020, de 27 de julho, os requisitos a cumprir para que estas admissões possam merecer aprovação são:

- *o recrutamento deve estar devidamente fundamentado, sempre que possível em análise custo benefício – a análise custo benefício encontra-se demonstrada acima, pois os gastos com o pessoal são inferiores aos incorridos com a mesma atividade em FSE (avença, trabalho temporário e outsourcing);*
- *Os encargos decorrentes do recrutamento estejam incluídos no PAO aprovado, para o que a proposta de PAO deve evidenciar o impacto no ano da contratação e em cada ano do triénio, com identificação do montante de remunerações dos trabalhadores a contratar, tendo por referência a base da carreira profissional prevista em instrumento de regulamentação coletiva de trabalho ou em regulamento interno, quando existam – encontra-se no quadro anterior a informação aplicável, cumprindo assim a orientação;*
- *O recrutamento seja considerado imprescindível – a justificação para a necessidade de contratar constante do presente ponto demonstra a imprescindibilidade das admissões;*

- *Seja impossível satisfazer as necessidades por recurso a pessoal que se encontre em situação de valorização profissional ou ao abrigo de outros instrumentos de mobilidade – situação não aplicável; e*
- *Cumprimento, atempado e integral, dos deveres de informação previstos na Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, na sua atual redação – a empresa dá cumprimento regular, integral e atempado a estes deveres de informação.*

O quadro de pessoal da empresa o período 2020-2021 é o seguinte:

Unid: n.º colab.

Efetivo	Real 2019	EF 2020			ORÇ 2021		
		Movimento		Posição fim ano	Movimento		Posição fim ano
		Saída	Entrada		Saída	Entrada	
<b>Total (OS+Colaboradores)</b>	<b>668</b>	<b>16</b>	<b>16</b>	<b>668</b>	<b>10</b>	<b>71</b>	<b>729</b>
Órgãos Sociais	12	1	1	12	0	0	12
Adm. executivos	5	1	1	5	0	0	5
Adm. não executivos	0	0	0	0	0	0	0
ROC/FU	1	0	0	1	0	0	1
CF	3	0	0	3	0	0	3
Mesa AG	3	0	0	3	0	0	3
<b>Colaboradores</b>	<b>656</b>	<b>15</b>	<b>15</b>	<b>656</b>	<b>10</b>	<b>71</b>	<b>717</b>
No ativo	635	15	15	635	10	71	696
No ativo, cedidos de outras empresas do Grupo	7	0	0	7	0	0	7
Em baixa prolongada (superior a 1 mês)	11	0	0	11	0	0	11
Em regime de requisição, a gerar gastos	3	0	0	3	0	0	3
Colaboradores com contrato suspenso (não geram gastos no período)	4	0	0	4	0	0	4
Cedências a outras empresas do Grupo	2	0	0	2	0	0	2
Licença sem vencimento	1	0	0	1	0	0	1
Outras situações - (especificar)	1	0	0	1	0	0	1
Funções públicas	1						

A elaboração da proposta de orçamento teve em consideração todas as orientações sobre a política remuneratória, constantes da legislação em vigor aplicável ao Setor Empresarial do Estado, nomeadamente:

- Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro;
- Lei n.º 12 -A/2010, de 30 de junho;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro;

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março;
- Despacho SET 764/2012, de 25 de maio;
- Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;
- Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro;
- Lei n.º 159-D/2015, de 30 de dezembro;
- Decreto-Lei n.º 254-A/2015, de 31 de dezembro;
- Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março;
- Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro;
- Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho;
- Lei n.º 2/2020, de 31 de março;
- Despacho n.º 395/2020 - SET, de 27 de julho.

Conforme disposto no ponto 3.2. do despacho n.º 39/2020, de 27 de julho, apresenta-se para efeitos do apuramento da evolução de recursos humanos na empresa, no período compreendido entre 2019 e 2021, bem como dos respetivos gastos com pessoal, o quadro seguinte (este quadro apresenta os valores sem corrigir os efeitos Covid nem ajustar o impacto das novas contratações):

Designação	Previsão	Estimativa	Execução	Variação 2021/2019		Variação 2021/2020	
				Valor	%	Valor	%
<b>Gastos totais com pessoal</b>	<b>28.338.582</b>	<b>26.698.189</b>	<b>25.361.415</b>	2.977.167	12%	1.640.393	6%
<b>(1) = (a)+(b)+(c)+(d)+(e)+(f)+(g)</b>							
(a) Gastos com órgãos sociais	606.843	606.893	603.605	3.238	1%	-50	0%
(b) Gastos com cargos de direção	2.028.881	2.025.009	2.005.649	23.232	1%	3.872	0%
(c) Remunerações do pessoal	18.993.525	18.087.441	17.108.351	1.885.173	11%	906.084	5%
(i) Venc. base + Subs. Férias + Subs. Natal	15.263.525	14.186.885	14.139.908	1.123.616	8%	1.076.640	8%
(ii) Outros Subsídios	3.607.427	3.809.638	2.968.443	638.984	22%	-202.211	-5%
(iii) Valorizações remuneratórias	122.573	90.918	0	122.573	-	31.655	35%
(d) Benefícios pós-emprego	424.931	416.599	398.711	26.220	7%	8.332	2%
(e) Ajudas de custo	12.500	10.550	12.430	70	1%	1.950	18%
(f) Restantes encargos	5.371.903	4.651.698	4.332.669	1.039.234	24%	720.205	15%
(g) Rescisões/indeemnizações	900.000	900.000	900.000	0	0%	0	0%
<b>Gastos Totais com Pessoal</b>							
<b>(2) = (1) sem impacto das medidas identificadas em (iii), (g)</b>	<b>27.316.009</b>	<b>25.707.271</b>	<b>24.461.415</b>	2.854.594	12%	1.608.738	6%
N.º Total RH (O.S.+Cargos Direção+ Trabalhadores)	<b>729</b>	<b>668</b>	<b>668</b>	61	9%	61	9%
N.º Orgaos Sociais (OS) número	12	12	12	0	0%	0	0%
N.º Cargos Direção sem OS( número)	20	20	20	0	0%	0	0%
N.º Trabalhadores sem OS e sem cargos Direção	697	636	636	61	10%	61	10%
<b>Gastos com Dirigentes/Gastos com Pessoal</b>							
<b>[(b)/((1)-(g))]</b>	<b>0,07</b>	<b>0,08</b>	<b>0,08</b>	0	-10%	0	0%

Em cumprimento do disposto no n.º 1 e n.º 2 do artigo 157.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, e cumprindo esta empresa o disposto nas alíneas a) a d) do n.º 5 do artigo 157.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, solicita-se que seja expressamente autorizada a contratação até 170 pessoas (71 afetas à EPAL (sendo que 10 apenas caso existam saídas por situações de reforma e/ou por iniciativa dos trabalhadores sem compensação financeira), e 99 afetas à gestão delegada da AdVT, das quais 23 afetas à nova atividade relacionada com a gestão das barragens).

## 5.5. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO E VOLUME DOS PAGAMENTOS EM ATRASO

Por forma a dar cumprimento às orientações e legislação vigente para as empresas do Setor Empresarial do Estado, apresenta-se o prazo médio de pagamento para 2021, de acordo com a aplicação do disposto no RCM n.º34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, registando uma redução face ao valor do ano de 2020:

Prazo Médio de Pagamentos	Unidade: Euros	2019	2020	2020	2021
		Real	PAO	Estimativa	Orçamento
Dívida Curto Prazo Fornecedores (DF) sem IVA		4.091.833	6.226.775	4.247.148	6.084.950
Aquisições de Bens e Serviços (A)		46.837.578	59.432.587	52.455.211	73.713.690
CMVMC		1.760.556	1.904.119	1.965.046	1.971.096
FSE		32.852.320	33.428.468	33.790.164	32.002.594
Investimento		12.224.703	24.100.000	16.700.000	39.740.000
<b>PMP = DF / A * 365</b>	<b>[Dias]</b>	<b>32</b>	<b>38</b>	<b>30</b>	<b>30</b>

A evolução trimestral prevista para o ano de 2021 é a seguinte:

Prazo Médio de Pagamentos	Unidade: Euros	2021				Total
		1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	
Dívida Curto Prazo Fornecedores (DF) sem IVA		4.962.517	5.464.990	5.982.804	7.929.489	24.339.800
	<b>DF/4</b>	<b>1.240.629</b>	<b>1.366.247</b>	<b>1.495.701</b>	<b>1.982.372</b>	<b>6.084.950</b>
Aquisições de Bens e Serviços (A)		14.599.761	16.896.800	19.577.066	22.640.063	73.713.690
CMVMC		492.774	492.774	492.774	492.774	1.971.096
FSE		7.655.154	7.667.673	8.709.111	7.970.656	32.002.594
Investimento		6.451.833	8.736.353	10.375.182	14.176.633	39.740.000
	<b>[DF/4]/A</b>	<b>0,08</b>	<b>0,08</b>	<b>0,08</b>	<b>0,09</b>	<b>0,08</b>
<b>PMP = [DF/4]/A * 365</b>	<b>[Dias]</b>					<b>30</b>

No que respeita ao volume dos pagamentos em atraso (*arrears*), informa-se que a Empresa considerou que em 2021 todos os valores ainda em receção e conferência em 2020 sejam regularizados, não se projetando qualquer atraso para o ano de 2021.

## 5.6. CONCLUSÕES E CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

Por forma a dar cumprimento às orientações e legislação vigente para as empresas do Setor Empresarial do Estado, apresenta-se o quadro seguinte que sintetiza e sistematiza todas as obrigações legais a que a EPAL se encontra sujeita, no âmbito do processo de aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2021.

Legislação				2019	2020	2020	2021	Δ	
Normativo	Artigo/Ponto		Indicador	Real	PAO	Estimativa	Orçamento	2021 O/2019	Cumprimento
Lei n.º 2/2020	Art.º 60.º, n.º 1	-	Endividamento financeiro bruto	101,7	89,1	89,1	78,9	-10,3	✓
DL n.º 84/2019	Art.º 158, n.º 1	-	Gastos Operacionais / Volume de Negócios	35,9%	35,9%	39,2%	35,9%	0,0 p.p.	✓
DL n.º 84/2019	Art.º 158, n.º 3	a)	Gastos com Pessoal *	25,2	25,0	26,5	27,7	1,28	✓
DL n.º 84/2019	Art.º 158, n.º 3	b)	Conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel	1,9	1,9	1,8	1,9	0,00	✓
DL n.º 84/2019	Art.º 158, n.º 3	c)	Conjunto dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	0,28	0,30	0,28	0,28	0,00	✓

\* A comparação é com a estimativa para 2020

\*\* Tem incluídos 61 recrutamentos

Mais se solicita:

- Em cumprimento do disposto no artigo 157.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, seja expressamente autorizada a contratação até 170 pessoas (71 afetas à EPAL (sendo que 10 apenas caso existam saídas por situações de reforma e/ou por iniciativa dos trabalhadores sem compensação financeira), e 99 afetas à AdVT), durante o ano de 2021, tendo em conta a fundamentação acima aduzida e atendendo que a Empresa observa todas as condições necessárias para o efeito. Os gastos com o recrutamento estão incluídos no PAO, verificando-se uma diminuição no valor de FSE superior ao incremento resultante dessas admissões (conforme explicitado no ponto 5.4. do presente documento).
- Em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, a autorização para incremento de 5 viaturas de natureza operacional à frota da empresa, tendo em conta a fundamentação acima aduzida e atendendo que a Empresa observa todas as condições necessárias para o efeito.

- Nos termos do ponto v) do n.º 2 do Despacho n.º 395/2020 – SET e dado que o EBIT reduz 5,8% face a 2019 essencialmente por via dos efeitos da pandemia no volume de negócios da empresa, o qual tinha em 2019 havia atingido o valor mais elevado da história da empresa, solicitamos autorização para o não cumprimento deste princípio no ano de 2020. Nos anos seguintes do triénio assiste-se já a um crescimento deste indicador, com a progressiva recuperação do volume de negócios.

## 6. Esforço público de financiamento

Desde 2010 e até 2021 (bem como para 2022 e 2023), a EPAL não recebeu nem prevê receber empréstimos do Estado, aumentos de capital ou indemnizações compensatórias, bem como subsídios e outras operações similares.

Esforço público de financiamento	2010 a 2019	2020	2020	2021	2022	2023
	Unidade: Euros Real	PAO	Estimativa	Orçamento	Projeção	Projeção
Empréstimos	0	0	0	0	0	0
Aumentos de capital	0	0	0	0	0	0
Indemnizações compensatórias	0	0	0	0	0	0
Subsídios Governamentais	0	0	0	0	0	0
Outras operações similares	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

## Anexo I - PAI – Plano de Investimentos

INVESTIMENTO	Real		Estimativa	Orçamento			Total
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2021 - 2023
<b>Garantia da Capacidade</b>	<b>339</b>	<b>361</b>	<b>290</b>	<b>920</b>	<b>3.020</b>	<b>3.520</b>	<b>7.460</b>
Ampliação da Rede de Distribuição	339	352	240	320	320	320	960
Ampliação - Cidade	0	10	50	100	200	200	500
Rede de Adução	0	0	0	500	2.500	3.000	6.000
Outros	0	0	0	0	0	0	0
<b>Garantia da Fiabilidade e Segurança</b>	<b>5.246</b>	<b>4.986</b>	<b>6.251</b>	<b>19.411</b>	<b>27.911</b>	<b>28.692</b>	<b>76.014</b>
Rede de Adução	2.968	1.401	1.114	5.670	10.450	10.300	26.420
Obras/ Equipamentos de Segurança	152	106	194	1.217	1.833	1.681	4.731
Castelo de Bode - Duplicação	0	0	415	4.710	4.500	5.100	14.310
Renovação da Rede de Distribuição	1.050	1.748	2.216	3.128	3.678	3.978	10.784
Reabilitação de Estações Elevatórias e Reservatórios	271	430	759	2.095	3.200	4.100	9.395
Contadores	526	357	600	1.650	1.700	982	4.332
Monitorização e controlo	57	283	39	164	1.672	1.819	3.654
ETA's	58	45	19	100	150	150	400
Adaptação de Instalações	0	0	5	25	105	105	235
Outros	165	616	890	653	623	478	1.754
<b>Garantia da Qualidade</b>	<b>1.809</b>	<b>693</b>	<b>2.034</b>	<b>1.368</b>	<b>3.415</b>	<b>4.780</b>	<b>9.563</b>
ETA's	1.769	271	461	592	2.305	3.955	6.852
Laboratórios	16	403	1.468	596	670	620	1.886
Construção/Remodelação dos Postos de Cloragem	0	0	0	0	0	0	0
Outros	24	19	105	180	440	205	825
<b>Sustentabilidade e Inovação</b>	<b>506</b>	<b>1.015</b>	<b>1.676</b>	<b>10.393</b>	<b>13.008</b>	<b>11.872</b>	<b>35.273</b>
Eficiência energética	173	204	1.505	9.227	9.341	8.050	26.618
Monitorização e controlo	19	1	25	650	3.150	3.650	7.450
Outros	313	810	146	517	517	172	1.206
<b>Tecnologias de Informação e Comunicação</b>	<b>1.302</b>	<b>1.857</b>	<b>2.489</b>	<b>2.571</b>	<b>2.095</b>	<b>2.070</b>	<b>6.736</b>
Infraestruturas e Telegestão	557	311	917	875	665	965	2.505
Aquamatrix	240	922	565	706	250	205	1.161
Sistemas de Gestão	29	44	60	70	330	60	460
Outros	476	579	947	920	850	840	2.610
<b>Outros Investimentos</b>	<b>3.207</b>	<b>3.313</b>	<b>3.961</b>	<b>5.076</b>	<b>4.461</b>	<b>4.866</b>	<b>14.403</b>
Adaptação de Instalações	1.211	1.281	1.175	1.615	1.635	2.250	5.500
Capitalização de Encargos	1.528	1.529	1.500	1.500	1.500	1.500	4.500
Outros	468	503	1.286	1.961	1.326	1.116	4.403
<b>TOTAL</b>	<b>12.409</b>	<b>12.225</b>	<b>16.700</b>	<b>39.740</b>	<b>53.910</b>	<b>55.800</b>	<b>149.450</b>

Anexo II – Sistema de controlo de investimentos

**Plano**

**FICHA SUMÁRIA - MONTANTES DE INVESTIMENTO DA EMPRESA**

LEGENDA:  - introdução de dados

**Nome da empresa**

EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA

Denominação completa da empresa

**Data de elaboração do planeamento**

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

**Mês de referência**

Mês a que a ficha se reporta

**Planeamento versus realização**

(milhares de euros)		jan/21	fev/21	mar/21	abr/21	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21	set/21	out/21	nov/21	dez/21
Total anual dos valores do planeamento dos investimentos	39 740	1 598	2 278	2 576	2 832	2 698	3 206	3 076	3 350	3 949	4 509	4 724	4 944
Total dos valores da realização dos investimentos até à data													
Valores mensais do planeamento acumulados		1 598	3 876	6 452	9 284	11 982	15 188	18 264	21 614	25 563	30 072	34 796	39 740
Valores mensais da realização acumulados													
Taxa de execução acumulada													

Estão em causa os valores do investimento globais, com todas as suas componentes, ao contrário do que sucede com as fichas de investimento para os investimentos selecionados, em que os valores se referem exclusivamente à componente "empreitada".

**Notas sobre a evolução dos investimentos por comparação com o planeamento**

Aspetos mais relevantes do desenvolvimento dos investimentos da empresa e motivos das diferenças face ao planeamento

**Seleção de Investimentos**

**SELEÇÃO DE INVESTIMENTOS PLURIANUAIS ESPECÍFICOS PARA ACOMPANHAMENTO**

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o carácter universal da seleção, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual. Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização). No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

LEGENDA:  - introdução de dados

**Nome da empresa**

EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA  
Denominação completa da empresa

**Data de elaboração do planeamento**

30-09-2020

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

**Informação com vista à seleção dos investimentos a considerar para efeitos de acompanhamento, de acordo com o planeamento**

N	Empreitada	Valor total previsto para a obra (milhares de euros)	Execução prevista para o ano 2021	Mês de início real ou previsto	Mês de conclusão previsto	Tipo de investimento		
						Obra nova	Reabilitação/Remodelação/Substituição	Total
						(%)		

**Lista das dez empreitadas com maior valor que tenham execução em 2021, por ordem decrescente desse valor, de acordo com o planeamento**

N	Empreitada	Valor total previsto para a obra (milhares de euros)	Execução prevista para o ano 2021	Mês de início real ou previsto	Mês de conclusão previsto	Obra nova (%)	Reabilitação/Remodelação/Substituição (%)	Total (%)
1	Adutor Castelo do Bode - Duplicação - Fase 2 - Troço Torre do Bispo/Alcanhões	8 000	2 000	mai/21	abr/24	100%		100%
2	Adutor Castelo do Bode - Duplicação - Fase 1 - Troço Brogueira/Sobral	7 500	2 100	dez/20	abr/24	100%		100%
3	EE Olivais I - Reabilitação	7 000	250	nov/21	fev/25		100%	100%
4	ETA Asseiceira Sistema de Cloragem (osg)	5 000	200	dez/21	dez/23	100%		100%
5	ETA Asseiceira - Asseiceira 0% - Minicentral hidrolétrica	4 900	2 300	dez/20	dez/22	100%		100%
6	Reabilitação e Ampliação do Sistema Alenquer IV	4 800	1 350	dez/20	mar/23	50%	50%	100%
7	Reabilitação e Ampliação do Sistema da Pimenta	4 800	1 430	jan/21	fev/23	50%	50%	100%
8	Rede de Distribuição - Adutora Calçada de Carriche - Reabilitação	4 050	150	nov/21	abr/25		100%	100%
9	Adutor Castelo do Bode - Reabilitação da OE de Vala Real	3 510	500	dez/21	mai/24		100%	100%
10	Reformulação de soluções de abastecimento a Vila Franca de Xira e Loures	2 990	600	set/21	mar/24		100%	100%

**Lista das dez empreitadas com maior execução prevista ao longo do ano 2021, por ordem decrescente dessa execução, de acordo com o planeamento**

N	Empreitada	Valor total previsto para a obra (milhares de euros)	Execução prevista para o ano 2021	Mês de início real ou previsto	Mês de conclusão previsto	Obra nova (%)	Reabilitação/Remodelação/Substituição (%)	Total (%)
1	ETA Asseiceira - Asseiceira 0% - Minicentral hidrolétrica	4 900	2 300	dez/20	dez/22	100%		100%
2	Adutor Castelo do Bode - Duplicação - Fase 1 - Troço Brogueira/Sobral	7 500	2 100	dez/20	abr/24	100%		100%
3	Adutor Castelo do Bode - Duplicação - Fase 2 - Troço Torre do Bispo/Alcanhões	8 000	2 000	mai/21	abr/24	50%	50%	100%
4	Reabilitação e Ampliação do Sistema da Pimenta	4 800	1 430	jan/21	fev/23	50%	50%	100%
5	Reabilitação e Ampliação do Sistema Alenquer IV	4 800	1 350	dez/20	mar/23	50%	50%	100%
6	Empreitada Geral da Rede (MAN)	2 261	988	ago/20	mar/22		100%	100%
7	Rede de Distribuição - Reabilitação Condutas (DN =< 400) - ENG Empreitada Geral - Lisboa Renovação de Rede 2020-2022	2 400	900	fev/21	fev/24		100%	100%
8	Reservatório de Alcanhões - estabilização do murete e intervenções no interior do reservatório	800	700	dez/20	dez/21		100%	100%
9	Central Fotovoltaica Amadora	1 495	610	abr/21	fev/23	100%		100%
10	Reformulação de soluções de abastecimento a Vila Franca de Xira e Loures	2 990	600	set/21	mar/24		100%	100%

**Lista das cinco empreitadas propostas pela empresa para efeitos do acompanhamento a realizar**

N	Empreitada	Valor total previsto para a obra (milhares de euros)	Execução prevista para o ano 2021	Mês de início real ou previsto	Mês de conclusão previsto	Obra nova (%)	Reabilitação/Remodelação/Substituição (%)	Total (%)
1	ETA Asseiceira - Asseiceira 0% - Minicentral hidrolétrica	4 900	2 300	dez/20	dez/22	100%		100%
2	Adutor Castelo do Bode - Duplicação - Fase 1 - Troço Brogueira/Sobral	7 500	2 100	dez/20	abr/24	100%		100%
3	Adutor Castelo do Bode - Duplicação - Fase 2 - Troço Torre do Bispo/Alcanhões	8 000	2 000	mai/21	abr/24	50%	50%	100%
4	Reabilitação e Ampliação do Sistema da Pimenta	4 800	1 430	jan/21	fev/23	50%	50%	100%
5	Reabilitação e Ampliação do Sistema Alenquer IV	4 800	1 350	dez/20	mar/23	50%	50%	100%

As cinco empreitadas propostas pela empresa podem ser todas integrantes de uma ou das duas listas de dez obras acima, ou podem não o ser, quando existam motivos que tornem muito relevante uma outra obra.

**Fundamentação para a seleção de investimentos proposta pela empresa**

Selecionaram-se as 5 empreitadas com maior valor previsto em 2021

Razões pelas quais a empresa considera serem os cinco investimentos acima aqueles que merecem maior atenção

Fichas das Empreitadas a monitorizar

FICHA DESCRITIVA DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 1

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o carácter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento.

Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "1un16").

LEGENDA:  - introdução de dados

Nome da empresa

EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Empreitada de conceção construção de mini central hidroeléctrica na ETA de Asseiceira

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Tipo de investimento

"obra nova"

Pode tratar-se de "obra nova", de "obra de reabilitação/remodelação/substituição" ou ter as duas componentes (caso em que deve ser indicada a estimativa do peso percentual que cabe a cada uma).

Uma obra exclusivamente de ampliação é considerada uma "obra nova".

Estimativa do valor total da empreitada

(milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Estimativa do valor total da componente "obra nova"

(milhares de euros)

Valor total estimado para a componente da empreitada afectada à nova população a servir (se for o caso), podendo corresponder à obra inteira, a uma parcela ou a nada.

Localização física do investimento

Asseiceira, no concelho de Tomar

Deve fazer-se menção ao município ou municípios em cujo território a obra se desenvolve, e à povoação/povoações ou ao local/locais se for caso disso.

Breve descrição da obra a realizar

A presente empreitada tem por objeto a realização dos trabalhos necessários para permitir a instalação de uma central mini hidroeléctrica na ETA de Asseiceira para produção de energia, com potencia eléctrica de 1,4MW.

A solução a implementar deverá contemplar a instalação da central hidroeléctrica num by pass lateral ao sistema adutor, mantendo a flexibilidade de controlar a perda de carga introduzida pela mesma, fazendo prevalecer a função primordial de transporte de água na quantidade e com a fiabilidade requeridas pelo sistema de abastecimento.

Descrição sumária que permita conhecer, nas suas grandes linhas, a obra em causa.

Justificação da necessidade do investimento

A construção da central mini hidroeléctrica visa aproveitar a energia potencial gravítica excedentária no sistema de transporte, imediatamente a jusante da ETA, para produção de energia eléctrica através de uma turbina a instalar, devendo a solução a adotar permitir manter a disponibilidade de permutar o transporte entre as duas linhas do adutor, ou aduzir com ambas, mantendo assim a flexibilidade e fiabilidade de exploração do sistema adutor.

Resumo dos aspetos essenciais que levaram a que este investimento tenha tido prioridade face a outros (aspetos esses que podem ter que ver com alargamentos, remodelações, fiabilidade, cumprimento de normativos, melhorias de serviço, etc.) e que se prendem sempre com o retorno a obter (que pode ser financeiro mas também, se for o caso, de sustentabilidade ou de qualidade).

Mês de início anterior à data do planeamento

A preencher apenas se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento. Entende-se "mês de início" como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada.

Mês previsto para o começo da contagem do tempo

A preencher sempre. Está em causa o mês previsto para o início da obra, entendido como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada (com exceção do caso da linha seguinte).

Se o mês de início da obra tiver ocorrido antes da data de elaboração do planeamento, a contagem do tempo começa no mês imediato a tal data, a menos que haja uma suspensão da obra, caso em que a contagem começa no mês previsto para a retoma.

Mês previsto para a conclusão da obra

O mês de conclusão previsto resulta da adição do prazo previsto (rubrica seguinte) ao mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica anterior).

Planeamento "expurgado" da obra: valores mensais estimados

(milhares de euros)		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
Total (estimativa do valor "expurgado" da empreitada)	4 900	300	100	120	120	120	120	120	200	200	250	300	300	350	100	200	200
		17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32
		200	200	200	200	200	200	200	200	200							

O valor "expurgado" da empreitada é o valor total expurgado da parcela realizada previamente à data de elaboração do planeamento, no caso de uma obra que tenha tido início antes dessa data, ou o valor total estimado, quando a obra se inicie em momento posterior.

Está em causa a faturação e não os pagamentos. Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o "mês 1" será o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês previsto para a retoma). O passado pré-planeamento fica esquecido.

O perfil de faturações mensais previsto neste planeamento é aplicável independentemente de o mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica acima) se vir ou não a confirmar mais tarde.

Valor anterior à data de elaboração do planeamento

(milhares de euros)

Montante de obra acumulado antes da data de elaboração de planeamento, quando a obra se tiver iniciado antes dessa data.

Fundos comunitários

Este investimento não foi objeto de candidatura a fundos comunitários nem se prevê que venha a ser incluído em candidatura a apresentar

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

## FICHA DESCRITIVA DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 2

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o carácter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento.

Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentra num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA:  - introdução de dados

### Nome da empresa

EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA

Denominação completa da empresa

### Data de elaboração do planeamento

30-09-2020

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

### Designação do investimento

Adutor de Castelo do Bode - Execução de duplicação de troços não duplicados - Troço I - Brogueira-Sobral

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

### Tipo de investimento

"obra nova"

Pode tratar-se de "obra nova", de "obra de reabilitação/remodelação/substituição" ou ter as duas componentes (caso em que deve ser indicada a estimativa do peso percentual que cabe a cada uma).

Uma obra exclusivamente de ampliação é considerada uma "obra nova".

### Estimativa do valor total da empreitada

7 500

(milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

### Estimativa do valor total da componente "obra nova"

7 500

(milhares de euros)

Valor total estimado para a componente da empreitada afecta à nova população a servir (se for o caso), podendo corresponder à obra inteira, a uma parcela ou a nada.

### Localização física do investimento

Concelho de Santarém

Deve fazer-se menção ao município ou municípios em cujo território a obra se desenvolve, e à povoação/povoações ou ao local/locais se for caso disso.

### Breve descrição da obra a realizar

A empreitada consta dos trabalhos de escavação e movimentação de terras necessários ao assentamento de tubagem em aço numa extensão de cerca de 4300 metros, em faixa expropriada de propriedade da EPAL, dotada dos devidos ramais de descarga e dos necessários órgãos de manobra e segurança tais como válvulas de seccionamento, válvulas reguladoras, ventosas, descargas de fundo, bocas de visita e juntas de desmontagem.

Descrição sumária que permita conhecer, nas suas grandes linhas, a obra em causa.

### Justificação da necessidade do investimento

O adutor de Castelo do Bode tem atualmente 30 anos em exploração, sendo uma infraestrutura de elevada criticidade e importância estratégica para o sistema de abastecimento da EPAL, e não existir redundância em toda a sua extensão. Com o presente investimento, pretende-se duplicar um troço deste adutor com cerca de 4300 metros, contribuindo assim para um incremento de fiabilidade e redundância do sistema de abastecimento.

Resumo dos aspetos essenciais que levaram a que este investimento tenha tido prioridade face a outros (aspetos esses que podem ter que ver com alargamentos, remodelações, fiabilidade, cumprimento de normativos, melhorias de serviço, etc., etc.) e que se prendem sempre com o retorno a obter (que pode ser financeiro mas também, se for o caso, de sustentabilidade ou de qualidade).

### Mês de início anterior à data do planeamento

A preencher apenas se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento. Entende-se "mês de início" como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada.

### Mês previsto para o começo da contagem do tempo

dez/20

A preencher sempre. Está em causa o mês previsto para o início da obra, entendido como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada (com exceção do caso da linha seguinte).

Se o mês de início da obra tiver ocorrido antes da data de elaboração do planeamento, a contagem do tempo começa no mês imediato a tal data, a menos que haja uma suspensão da obra, caso em que a contagem começa no mês previsto para a retoma.

### Mês previsto para a conclusão da obra

abr/24

O mês de conclusão previsto resulta da adição do prazo previsto (rubrica seguinte) ao mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica anterior).

### Planeamento "expurgado" da obra: valores mensais estimados

(milhares de euros)		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	
Total (estimativa do valor "expurgado" da empreitada)	7 500	Valores mensais	200	150	150	150	150	150	150	150	180	190	190	190	300	120	120	150
			17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32
			150	150	150	150	150	150	150	150	150	150	150	120	150	150	150	150
			33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48
			158	150	120	150	150	400	400	400	512							

O valor "expurgado" da empreitada é o valor total expurgado da parcela realizada previamente à data de elaboração do planeamento, no caso de uma obra que tenha tido início antes dessa data, ou o valor total estimado, quando a obra se inicie em momento posterior.

Está em causa a faturação e não os pagamentos. Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o "mês 1" será o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês previsto para a retoma). O passado pré-planeamento fica esquecido.

O perfil de faturas mensais previsto neste planeamento é aplicável independentemente de o mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica acima) se vir ou não a confirmar mais tarde.

### Valor anterior à data de elaboração do planeamento

(milhares de euros)

Montante de obra acumulado antes da data de elaboração de planeamento, quando a obra se tiver iniciado antes dessa data.

### Fundos comunitários

Este Investimento não foi objeto de candidatura a fundos comunitários nem se prevê que venha a ser incluído em candidatura a apresentar

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

### Comparticipação comunitária

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

### FICHA DESCRITIVA DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o carácter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento.

Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentra num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA:  - introdução de dados

#### Nome da empresa

EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA

Denominação completa da empresa

#### Data de elaboração do planeamento

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

#### Designação do investimento

Adutor Castelo do Bode - Duplicação - Fase 2 - Troço Torre do Bispo/Alcanhões

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

#### Tipo de investimento

Investimento com as duas componentes: "obra nova" e "obra de reabilitação/remodelação/substituição"

Pode tratar-se de "obra nova", de "obra de reabilitação/remodelação/substituição" ou ter as duas componentes (caso em que deve ser indicada a estimativa do peso percentual que cabe a cada uma).

Uma obra exclusivamente de ampliação é considerada uma "obra nova".

#### Estimativa do valor total da empreitada

(milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

#### Estimativa do valor total da componente "obra nova"

(milhares de euros)

Valor total estimado para a componente da empreitada afecta à nova população a servir (se for o caso), podendo corresponder à obra inteira, a uma parcela ou a nada.

#### Localização física do investimento

Concelho de Santarém

Deve fazer-se menção ao município ou municípios em cujo território a obra se desenvolve, e à povoação/povoações ou ao local/locais se for caso disso.

#### Breve descrição da obra a realizar

O adutor de Castelo do Bode tem atualmente 30 anos em exploração, sendo uma infraestrutura de elevada criticidade e importância estratégica para o sistema de abastecimento da EPAL, e não existir redundância em toda a sua extensão. Com o presente investimento, pretende-se duplicar um troço deste adutor com cerca de 4200 metros, contribuindo assim para um incremento de fiabilidade e redundância do sistema de abastecimento.

Descrição sumária que permita conhecer, nas suas grandes linhas, a obra em causa.

#### Justificação da necessidade do investimento

A empreitada consta dos trabalhos de escavação e movimentação de terras necessários ao assentamento de tubagem em aço numa extensão de cerca de 4200 metros, em faixa expropriada de propriedade da EPAL, dotada dos devidos ramais de descarga e dos necessários órgãos de manobra e segurança tais como válvulas de seccionamento, válvulas reguladoras, ventosas, descargas de fundo, bocas de visita e juntas de desmontagem. A empreitada considera ainda a remodelação das infraestruturas de chegada no recinto de Alcanhões, designadamente a Casa de Água e Descarregador.

Resumo dos aspetos essenciais que levaram a que este investimento tenha tido prioridade face a outros (aspetos esses que podem ter que ver com alargamentos, remodelações, fiabilidade, cumprimento de normativos, melhorias de serviço, etc., etc.) e que se prendem sempre com o retorno a obter (que pode ser financeiro mas também, se for o caso, de sustentabilidade ou de qualidade).

#### Mês de início anterior à data do planeamento

A preencher apenas se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento. Entende-se "mês de início" como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada.

#### Mês previsto para o começo da contagem do tempo

A preencher sempre. Está em causa o mês previsto para o início da obra, entendido como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada (com exceção do caso da linha seguinte).

Se o mês de início da obra tiver ocorrido antes da data de elaboração do planeamento, a contagem do tempo começa no mês imediato a tal data, a menos que haja uma suspensão da obra, caso em que a contagem começa no mês previsto para a retoma.

#### Mês previsto para a conclusão da obra

O mês de conclusão previsto resulta da adição do prazo previsto (rubrica seguinte) ao mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica anterior).

#### Planeamento "expurgado" da obra: valores mensais estimados

(milhares de euros)		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
Total (estimativa do valor "expurgado" da empreitada)	8 000	240	240	240	240	240	240	280	280	160	160	160	160	160	160	160	160
Valores mensais		17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32
		180	180	180	180	160	160	160	160	160	160	160	160	160	160	200	200
		33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48
		500	500	500	500												

O valor "expurgado" da empreitada é o valor total expurgado da parcela realizada previamente à data de elaboração do planeamento, no caso de uma obra que tenha tido início antes dessa data, ou o valor total estimado, quando a obra se inicie em momento posterior.

Está em causa a faturação e não os pagamentos. Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o "mês 1" será o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês previsto para a retoma). O passado pré-planeamento fica esquecido.

O perfil de faturações mensais previsto neste planeamento é aplicável independentemente de o mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica acima) se vir ou não a confirmar mais tarde.

#### Valor anterior à data de elaboração do planeamento

(milhares de euros)

Montante de obra acumulado antes da data de elaboração de planeamento, quando a obra se tiver iniciado antes dessa data.

#### Fundos comunitários

Este investimento não foi objeto de candidatura a fundos comunitários nem se prevê que venha a ser incluído em candidatura a apresentar

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

#### Comparticipação comunitária

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

### FICHA DESCRITIVA DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 4

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o carácter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA:  - introdução de dados

#### Nome da empresa

EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA

Denominação completa da empresa

#### Data de elaboração do planeamento

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

#### Designação do investimento

Reabilitação e Ampliação do Sistema da Pimenta

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

#### Tipo de investimento

Investimento com as duas componentes: "obra nova" e "obra de reabilitação/remodelação/substituição"

Pode tratar-se de "obra nova", de "obra de reabilitação/remodelação/substituição" ou ter as duas componentes (caso em que deve ser indicada a estimativa do peso percentual que cabe a cada uma).

Uma obra exclusivamente de ampliação é considerada uma "obra nova".

#### Estimativa do valor total da empreitada

(milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

#### Estimativa do valor total da componente "obra nova"

(milhares de euros)

Valor total estimado para a componente da empreitada afecta à nova população a servir (se for o caso), podendo corresponder à obra inteira, a uma parcela ou a nada.

#### Localização física do investimento

Concelhos de Vila Franca de Xira e Alenquer

Deve fazer-se menção ao município ou municípios em cujo território a obra se desenvolve, e à povoação/povoações ou ao local/locais se for caso disso.

#### Breve descrição da obra a realizar

De entre as intervenções mais relevantes consta a remodelação e reabilitação da Estação Elevatória da Pimenta, construção do reservatório da Pimenta e execução da conduta adutora entre este e a Estação Elevatória da Pimenta.

Descrição sumária que permita conhecer, nas suas grandes linhas, a obra em causa.

#### Justificação da necessidade do investimento

O Aqueduto Alviela é a infraestrutura mais antiga em exploração na EPAL, apresentando problemas inerentes à respetiva idade (superior a cem anos) em matérias de estabilidade estrutural, de consequentemente fiabilidade no abastecimento e de garantia da segurança no trabalho. Este Investimento tem como objetivo definir as soluções alternativas de abastecimento às atuais tomas do Aqueduto Alviela, no troço em causa, para que desta forma seja possível proceder à sua reformulação.

Resumo dos aspetos essenciais que levaram a que este investimento tenha tido prioridade face a outros (aspetos esses que podem ter que ver com alargamentos, remodelações, fiabilidade, cumprimento de normativos, melhorias de serviço, etc., etc.) e que se prendem sempre com o retorno a obter (que pode ser financeiro mas também, se for o caso, de sustentabilidade ou de qualidade).

#### Mês de início anterior à data do planeamento

A preencher apenas se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento. Entende-se "mês de início" como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada.

#### Mês previsto para o começo da contagem do tempo

A preencher sempre. Está em causa o mês previsto para o início da obra, entendido como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada (com exceção do caso da linha seguinte).

Se o mês de início da obra tiver ocorrido antes da data de elaboração do planeamento, a contagem do tempo começa no mês imediato a tal data, a menos que haja uma suspensão da obra, caso em que a contagem começa no mês previsto para a retoma.

#### Mês previsto para a conclusão da obra

O mês de conclusão previsto resulta da adição do prazo previsto (rubrica seguinte) ao mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica anterior).

#### Planeamento "expurgado" da obra: valores mensais estimados

(milhares de euros)		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
Total (estimativa do valor "expurgado" da empreitada)	4 800	100	100	100	100	100	100	100	130	150	150	150	150	150	150	150	180
		17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32
		200	200	220	240	240	250	250	250	490	400						

O valor "expurgado" da empreitada é o valor total expurgado da parcela realizada previamente à data de elaboração do planeamento, no caso de uma obra que tenha tido início antes dessa data, ou o valor total estimado, quando a obra se inicie em momento posterior.

Está em causa a faturação e não os pagamentos. Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o "mês 1" será o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês previsto para a retoma). O passado pré-planeamento fica esquecido.

O perfil de faturas mensais previsto neste planeamento é aplicável independentemente de o mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica acima) se vir ou não a confirmar mais tarde.

#### Valor anterior à data de elaboração do planeamento

(milhares de euros)

Montante de obra acumulado antes da data de elaboração de planeamento, quando a obra se tiver iniciado antes dessa data.

#### Fundos comunitários

Este Investimento não foi objeto de candidatura a fundos comunitários nem se prevê que venha a ser incluído em candidatura a apresentar

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

#### Comparticipação comunitária

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

### FICHA DESCRITIVA DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 5

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o carácter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou raios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentra num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA:  - introdução de dados

**Nome da empresa**

EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA

Denominação completa da empresa

**Data de elaboração do planeamento**

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

**Designação do investimento**

Reabilitação e Ampliação do Sistema de Alenquer IV

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

**Tipo de investimento**

Investimento com as duas componentes: "obra nova" e "obra de reabilitação/remodelação/substituição"

Podem tratar-se de "obra nova", de "obra de reabilitação/remodelação/substituição" ou ter as duas componentes (caso em que deve ser indicada a estimativa do peso percentual que cabe a cada uma).

Uma obra exclusivamente de ampliação é considerada uma "obra nova".

**Estimativa do valor total da empreitada**

(milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

**Estimativa do valor total da componente "obra nova"**

(milhares de euros)

Valor total estimado para a componente da empreitada afectada à nova população a servir (se for o caso), podendo corresponder à obra inteira, a uma parcela ou a nada.

**Localização física do investimento**

Concelho de Alenquer

Deve fazer-se menção ao município ou municípios em cujo território a obra se desenvolve, e à povoação/povoações ou ao local/locais se for caso disso.

**Breve descrição da obra a realizar**

As intervenções previstas têm como objetivo permitir a reformulação do troço 3 do Aqueduto do Alviela, entre a casa de água de jusante do sifão 29 e a Castanheira, assegurando-se que as necessidades do sistema de abastecimento ficam garantidas, quer no que respeita à qualidade, quer no que respeita à quantidade, nos pontos de entrega dependentes deste percurso.

As intervenções mais significativas são a reabilitação da conduta de Alenquer, execução de nova conduta para Casais da Marmeleira, assim como a nova conduta Casal Machado/Alenquer IV, e um novo reservatório para alimentação da Estação Elevatória de Alenquer IV.

Descrição sumária que permita conhecer, nas suas grandes linhas, a obra em causa.

**Justificação da necessidade do investimento**

O Aqueduto Alviela é a infraestrutura mais antiga em exploração na EPAL, apresentando problemas inerentes à respetiva idade (superior a cem anos) em matérias de estabilidade estrutural, de consequentemente fiabilidade no abastecimento e de garantia da segurança no trabalho. Este Investimento tem como objetivo definir as soluções alternativas de abastecimento às atuais tomas do Aqueduto Alviela, entre o Sifão 29 e a Pimenta para que desta forma seja possível proceder à sua reformulação.

Resumo dos aspetos essenciais que levaram a que este investimento tenha tido prioridade face a outros (aspetos esses que podem ter que ver com alargamentos, remodelações, fiabilidade, cumprimento de normativos, melhorias de serviço, etc., etc.) e que se prendem sempre com o retorno a obter (que pode ser financeiro mas também, se for o caso, de sustentabilidade ou de qualidade).

**Mês de início anterior à data do planeamento**

A preencher apenas se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento. Entende-se "mês de início" como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada.

**Mês previsto para o começo da contagem do tempo**

A preencher sempre. Está em causa o mês previsto para o início da obra, entendido como o mês a que se refere a primeira faturação da empreitada (com exceção do caso da linha seguinte).

Se o mês de início da obra tiver ocorrido antes da data de elaboração do planeamento, a contagem do tempo começa no mês imediato a tal data, a menos que haja uma suspensão da obra, caso em que a contagem começa no mês previsto para a retoma.

**Mês previsto para a conclusão da obra**

O mês de conclusão previsto resulta da adição do prazo previsto (rubrica seguinte) ao mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica anterior).

**Planeamento "expurgado" da obra: valores mensais estimados**

(milhares de euros)		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Total (estimativa do valor "expurgado" da empreitada)	4 800	300	100	100	100	100	100	100	100	100	100	150	150	150	150	150
		16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
		150	150	150	200	220	220	220	220	220	263	200	300	337		

O valor "expurgado" da empreitada é o valor total expurgado da parcela realizada previamente à data de elaboração do planeamento, no caso de uma obra que tenha tido início antes dessa data, ou o valor total estimado, quando a obra se inicie em momento posterior.

Está em causa a faturação e não os pagamentos. Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o "mês 1" será o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês previsto para a retoma). O passado pré-planeamento fica esquecido.

O perfil de faturações mensais previsto neste planeamento é aplicável independentemente de o mês previsto para o começo da contagem do tempo (rubrica acima) se vir ou não a confirmar mais tarde.

**Valor anterior à data de elaboração do planeamento**

(milhares de euros)

Montante de obra acumulado antes da data de elaboração de planeamento, quando a obra se tiver iniciado antes dessa data.

**Fundos comunitários**

Este Investimento não foi objeto de candidatura a fundos comunitários nem se prevê que venha a ser incluído em candidatura a apresentar

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

**Comparticipação comunitária**

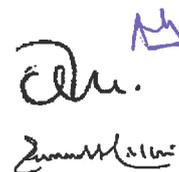
(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

Anexo III – Medidas COVID-19

Identificação da medida	Explicação sumária da medida	Descrição da aquisição	Montante estimado 2021
<b>RH - Alterações dos regimes de trabalho por forma a minimizar contactos entre colaboradores e a propagação da pandemia</b>			<b>1.555.000</b>
<b>Adoção do regime de trabalho remoto</b>	Equipas em trabalho remoto a partir de meados de março, com retoma gradual a partir de junho (em alternância)	Subsídio de refeição (Pagamento de subsídio aos colaboradores em regime de trabalho remoto, por não poderem usufruir do refeitório)	393.000
<b>Alteração dos regimes de trabalho com equipas em espelho</b>	Equipas operacionais em espelho	Adicional de gastos por efeito da reformulação da organização da força de trabalho, com equipas em espelho.	190.000
	Trabalho suplementar em resultado da reorganização de equipas	Trabalho suplementar	300.000
	Recurso a trabalho temporário para complementar a nova organização do regime	Aquisição de serviços de trabalho temporário	672.000
<b>Adequação de meios/equipamentos aos novos regimes de trabalho (remoto, suplência preventiva e equipas em espelho)</b>			<b>328.800</b>
Equipamentos informáticos	Distribuição de equipamentos aos trabalhadores em trabalho remoto	Equipamentos informáticos, licenciamento de software	150.000
Comunicação móvel (voz e dados)	Necessidade de distribuir telemóveis por todos os colaboradores permitindo a separação das equipas, trabalho remoto e suplência	Equipamentos de comunicação móvel	6.400
		Comunicações	15.000
Viaturas para as equipas operacionais	Aluguer de viaturas para dotar de meios de deslocação as equipas operacionais a funcionar em regime de espelho	Aluguer de viaturas	71.000
		Combustíveis, portagens e despesas pontuais com reparações e outras	86.400
<b>Higienização de instalações e distribuição de materiais e equipamentos de proteção individual</b>			<b>407.500</b>
Higienização de instalações	Reforço da limpeza e desinfeção das instalações	Prestação de serviços adicionais de limpeza diária e operações pontuais de desinfeção de instalações (inclui materiais)	75.000
Equipamentos e materiais de proteção	Equipamentos de proteção individual	Aquisição de equipamentos de proteção individual	130.000
	Material de proteção e adequação das instalações	Aquisição de material de proteção (gel desinfetante, respetivos dispositivos, entre outros) e adequação das instalações (separadores de acrílico, sinalética)	182.500
	Serviços de transporte para distribuição de materiais e equipamentos	Assegurar a distribuição dos materiais e produtos adquiridos pelos diferentes polos de forma periódica	20.000
			<b>2.291.300</b>

**PARECER DO CONSELHO FISCAL DA ÁGUAS DO VALE DO TEJO, S.A.  
SOBRE O PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2021**



## **1. Introdução**

Nos termos dos Estatutos da Águas do Vale do Tejo, S.A. (AdVT) e da legislação aplicável vem o Conselho Fiscal emitir o presente Parecer referente ao Plano de Atividades e Orçamento para o exercício de 2021 e para o triénio 2021-2023, aprovado pelo Conselho de Administração no passado dia 7 de outubro, e remetido ao Conselho Fiscal, em última versão, em 9 de outubro de 2020.

O Plano de Atividades e Orçamento para 2021 (PAO de 2021), ora sob parecer, inclui os seguintes elementos: plano de atividades anual, plano de investimento/financiamento anual e plurianual (2021-2023) e respetivo orçamento, as correspondentes demonstrações financeiras, bem como a análise do cumprimento das orientações legais aplicáveis ao Setor Empresarial do Estado.

Na elaboração do presente Parecer tomámos em consideração o Plano de Atividades e Orçamento para 2021 da AdVT, as instruções do acionista maioritário – AdP SGPS, S.A., bem como os elementos e esclarecimentos prestados pelo Conselho de Administração e pelo Serviços.

O Conselho Fiscal apreciou ainda o Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre a Informação Financeira Prospetiva incluída no PAO de 2021, emitido nos termos da legislação em vigor, e obteve deste as informações de que careceu para o exercício das tarefas de fiscalização.

## **2. Enquadramento**

O PAO de 2021 foi desenvolvido com base e em conformidade com as orientações emanadas pelo Regulador (ERSAR), pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA. e pelas Instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2021, materializadas no Despacho n.º 395/2020 do SET, de 27 de julho e as orientações constantes na Lei n.º 2/2020, de 31 de março (Orçamento de Estado para 2020) bem como as disposições inscritas no Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho (Execução do Orçamento de Estado para 2019).

O Plano de Atividades e Orçamento para 2020 da AdVT foi revisto, em virtude de se encontrar desatualizado por alteração significativa dos pressupostos e consequentemente da atividade da entidade, decorrente da situação conjuntural causada pela pandemia de COVID-19. Assim, nos termos do n.º 1 do Despacho n.º

398/2020 do SET, de 28 de julho, a AdVT procedeu à elaboração de um PAO revisto para 2020, aprovado pelo Conselho de Administração no dia 16 de setembro de 2020, o qual não foi objeto de parecer por parte do Conselho Fiscal, contemplando os efeitos da pandemia ao nível dos gastos, bem como do respetivo plano de investimentos. O PAO 2020 revisto aguarda ainda despacho da Tutela. Pelo exposto, os valores constantes no PAO de 2021 referentes ao orçamento para 2020 remetem já para a versão revista daquele documento.

AJ  
Am  
Zunil

A Águas do Vale do Tejo, S.A. resulta da cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, promovida pelo Decreto-Lei nº 34/2017, de 24 de março, processo que conduziu à criação de duas novas empresas – a Águas do Tejo Atlântico, S.A. e a Simarsul – Saneamento da Península de Setúbal, S.A. – e à red denominação da Sociedade, de Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. para Águas do Vale do Tejo, S.A..

### **3. Eventuais limitações**

As previsões que serviram de base para a preparação do PAO de 2021 decorrem do Estudo de Viabilidade Económico e Financeiro (EVEF), o qual ainda não foi aprovado, quer pela Concedente quer pela ERSAR.

A comparticipação estimada no âmbito dos subsídios e fundos comunitários para os investimentos do Programa de Recuperação e Resiliência é de 85%, encontrando-se essa comparticipação e os investimentos refletidos nas demonstrações financeiras da empresa, no pressuposto da aprovação das respetivas candidaturas. Pelo que, a não aprovação das candidaturas em causa conduzirá a alterações nas demonstrações financeiras da empresa.

### **4. Plano de investimentos e de financiamento 2021-2023**

O Plano de investimentos para o triénio 2021-2023 prevê a realização de 123 milhões de euros, dos quais 15,7 milhões de euros correspondem a investimentos que transitam de anos anteriores. A empresa prevê, para o ano de 2021, um total de investimento de 27,7 milhões de euros, dos quais, 6,3 milhões de euros correspondem a investimentos que transitam de anos anteriores:

AM  
 Cde.  
 Zumbado

Unid.: milhares de Euros

Investimento PAO 2021	2021	2022	2023	TOTAL
A - Transitam de anos anteriores	6 286	5 123	4 299	15 707
B - Iniciados no período 2021-2023	21 364	35 317	50 613	107 295
<b>TOTAL</b>	27 650	40 440	54 912	123 002

Fonte: PAO de 2021

Dos investimentos iniciados em 2021, 52,9% referem-se a novos investimentos e 28,4% à aquisição de bens.

Unid.: milhares de Euros

B - Investimentos Iniciados no período 2021-2023	2021	2022	2023	Total
Investimento recorrente	1 047	1 298	1 390	3 735
Integração de infraestruturas	1 640	1 297	1 785	4 722
Capitalização de encargos	1 300	1 300	1 300	3 900
Aquisição de bens	6 073	4 488	3 724	14 284
<b>C - Novos Investimentos</b>	11 304	26 935	43 415	80 654
IRR	1 326	10 809	27 371	39 506
Barragens	132	2 892	871	3 895
Otras empreitadas não contempladas no PAO 2020	2 116	2 768	2 343	7 227
Investimentos constantes do PAO de 2020, mas cuja empreitada apenas arranca no triénio 2021-2023	7 731	10 466	11 833	30 030
<b>TOTAL</b>	21 364	35 317	50 613	107 295

Fonte: PAO de 2021

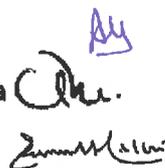
No que concerne ao investimento a realizar em 2021, 53,1% estão alocados à atividade de Abastecimento, 37,6% à atividade de Saneamento e 9,4% à Estrutura.

Verifica-se a inexistência de novos investimentos com expressão material, referidos no artigo 159.º do Decreto-Lei de execução orçamental para 2019, definidos como "investimentos que não figuram no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior a 10 milhões de euros ou a 10% do orçamento anual da empresa".

O financiamento do Plano de Investimentos será assegurado pelo *cash-flow* gerado pela atividade (autofinanciamento) e por subsídios do PO SEUR, não existindo recurso a empréstimos bancários. Excetuam-se os investimentos do Programa de Recuperação e Resiliência, candidatáveis a fundos comunitários, projetos que serão realizados apenas caso o respetivo financiamento esteja assegurado. Estes investimentos não foram ainda submetidos à aprovação pelo Concedente.

De referir, neste contexto, que a comparticipação estimada no âmbito dos subsídios e fundos comunitários indicados é de 85%, encontrando-se essa comparticipação refletida nas demonstrações financeiras da empresa, no pressuposto da aprovação das

respetivas candidaturas. Pelo que a não aprovação das candidaturas em causa conduzirá a alterações nas demonstrações financeiras da empresa.



## Endividamento

Nos termos do disposto no artigo 60.º da Lei n.º 2/2020 de 31 de março, que aprova o Orçamento do Estado para 2020, o crescimento global do endividamento das empresas públicas, considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado e excluindo novos investimentos nos termos do n.º 2 do artigo 159.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2019, fica limitado a 2%.

Conforme se pode observar no quadro infra, a política de redução do endividamento definida no PAO para 2021 prevê um decréscimo de cerca de 4% em relação ao ano de 2020, verificando-se o cumprimento das disposições legais em matéria de endividamento da Lei do Orçamento de Estado para 2020.

Endividamento Financeiro	2019	2020	2020	2021	2022	2023
Unidade: Milhões Euros	Real	PAO	Estimativa	Orçamento	Projeção	Projeção
<b>Financiamentos</b>						
BEI	292 015 730		283 413 079	268 270 408	251 513 854	234 855 512
Banca Comercial	0		0	0	0	0
Suprimentos Acionista	122 717 273		128 810 182	127 909 091	127 000 000	126 090 909
Outros	888 177		828 346	768 276	707 973	647 430
<b>Endividamento financeiro bruto</b>	<b>415 621 180</b>		<b>412 051 607</b>	<b>394 955 777</b>	<b>379 221 827</b>	<b>358 591 850</b>

Fonte: PAO de 2021

Quanto ao prazo médio de pagamentos, está prevista para 2021 uma redução do número de dias de PMP (de 40 dias estimados para 2020 para 38 dias previstos para 2021).

Prazo Médio de Pagamentos	2019	2020	2020	2021
Unidade: Euros	Real	PAO	Estimativa	Orçamento
<b>Dívida de Curto Prazo a Fornecedores (DF)</b>	<b>7.549.026</b>		<b>6.306.293</b>	<b>7.548.440</b>
<b>Aquisições de Bens e Serviços (A)</b>	<b>53.501.574</b>		<b>57.730.080</b>	<b>72.930.440</b>
<b>CMVMC</b>	<b>19.537.933</b>		<b>20.997.345</b>	<b>20.732.375</b>
<b>FSE</b>	<b>20.410.219</b>		<b>23.097.978</b>	<b>24.548.387</b>
<b>Investimento</b>	<b>13.553.422</b>		<b>13.634.757</b>	<b>27.649.679</b>
<b>PMP = DF / A * 365</b>	<b>[Dias]</b>	<b>52</b>	<b>40</b>	<b>38</b>

Fonte: PAO de 2021

A AdVT não prevê para 2020 pagamentos em atraso.

## 5. Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras previsionais para 2021 foram elaboradas de acordo com as IFRS e assentam na melhor estimativa à data de elaboração do orçamento anual e os valores para 2022 e 2023 baseiam-se também na melhor estimativa.

Nos quadros seguintes apresentam-se as demonstrações financeiras previsionais da Sociedade, para os períodos findos em 31 de dezembro de 2021, de 2022 e de 2023, bem como os valores de 2019, tal como aprovados na Assembleia Geral da Sociedade de 25 de março de 2020, e os valores previstos para 2020, de acordo com o PAO de 2020 e os valores estimados para 2020.

Unidade Euros	2019 Real	2020 PAO	2020 Estimativa	2021 Orçamento	2022 Projeção	2023 Projeção
Vendas	61.710.279	61.617.036	63.588.814	62.385.465	61.726.633	61.393.666
Prestação de serviços	30.142.867	15.484.550	35.280.462	35.591.050	36.762.773	37.422.248
Desvio de recuperação de gastos	(1.190.157)	19.718.494	914.039	4.451.293	1.795.814	663.387
Rendimentos de serviços de construção	13.306.180	20.334.673	13.634.757	27.449.680	40.439.593	54.912.487
Custo das Vendas/Varição dos inventários	(19.537.933)	(10.528.433)	(20.997.345)	(20.732.375)	(20.820.907)	(21.500.447)
Gastos de serviços de construção	(12.545.860)	20.731.872	(12.334.757)	(26.349.680)	(39.139.593)	(53.612.487)
Margem Bruta	71.885.183	64.354.539	66.885.178	62.885.433	60.764.313	79.280.871
Fornecimentos e serviços externos	(20.410.219)	22.912.210	(23.097.978)	(24.548.387)	(23.842.620)	(24.114.766)
Gastos com pessoal afeto à Concessão	(9.539.121)	(9.478.246)	(9.963.075)	(12.223.238)	(12.279.238)	(12.314.238)
Gastos com órgãos sociais	(63.674)	(56.400)	(56.400)	(56.400)	(56.400)	(56.400)
Amonizações, dep. a receber exercício	(36.642.062)	(6.600.712)	(42.389.349)	(40.404.776)	(37.097.451)	(35.239.516)
Provisões e reversões do exercício	0	0	(300.000)	0	0	0
Outros gastos operacionais	(1.354.146)	(665.369)	(1.087.514)	(1.087.900)	(1.087.900)	(1.087.900)
Subsídios ao investimento	(9.733.722)	(12.024.936)	13.991.273	12.841.698	11.951.060	11.020.783
Outros proveitos e ganhos operacionais	899.632	812.000	720.000	20.000	28.000	20.000
Resultados operacionais	15.309.317	9.941.296	16.982.127	17.436.431	17.571.784	17.508.895
Gastos financeiros	(12.257.385)	(8.534.930)	(10.827.185)	(18.788.673)	(18.297.867)	(9.836.039)
Rendimentos financeiros	3.238.826	2.267.840	5.927.555	5.928.311	5.948.622	6.013.432
Resultados Financeiros	(9.018.678)	(6.267.090)	(4.899.630)	(4.780.362)	(4.349.245)	(3.822.607)
Resultados antes de impostos	6.290.639	6.173.396	12.082.497	12.656.069	13.222.520	13.686.289
Imposto sobre o rendimento do exercício	(2.068.264)	(470.509)	(3.732.799)	(3.752.989)	(4.070.813)	(4.276.264)
Resultado líquido do exercício	4.222.375	4.302.887	8.349.697	8.903.100	9.151.706	9.410.025

Fonte: PAO de 2021

A empresa prevê um aumento do resultado líquido para 2021 face ao estimado para 2020, em cerca de 7,66% (de 8.269.697 euros, estimados para 2020, para 8.903.100 euros, previstos para 2021). Verifica-se ainda um decréscimo previsto no valor de vendas (de cerca de 2,05%) e um ligeiro acréscimo no valor das prestações de serviços (em cerca de 0,88%). Salienta-se ainda o aumento dos fornecimentos e serviços externos (em cerca de 5,55%), a manutenção dos rendimentos financeiros (com uma variação positiva de apenas 0,01%) e dos gastos financeiros (com uma redução de cerca de 1,09%). Por último, realça-se a evolução do desvio de recuperação de gastos (que assume um valor positivo de 4.451.293 euros) e a duplicação dos rendimentos de serviços de construção (nos quais se prevê um crescimento de 102,79%).

Parecer do Conselho Fiscal da Águas do Vale do Tejo, S.A. sobre o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2021

As

*Chm.*

*Zumrullu*

Unidade Econ.	2019 Real	2020 P.A.O.	2020 Estimativa	2021 Orçamento	2021 Projeção	2021 Projeção
<b>Ativos não correntes</b>						
Ativos Intangíveis	412.433.458	404.588.100	594.387.431	599.057.499	599.057.499	626.700.945
Ativos Físicos Tangíveis	95.076	100.930	73.830	52.938	52.938	14.813
Ativos de Localização - Direito de Uso	1.905.543	1.364.936	700.698	1.411.606	1.368.704	966.861
Investimentos Financeiros	2.177.301	2.347.331	2.177.301			
Impostos diferidos ativos	319.239.009	319.400.000	25.225.000	39.511.790	41.790.181	45.004.572
Demais Ativos não correntes	223.045.673	223.920.000	224.719.713	229.211.004	229.056.818	231.672.205
Clients e outros ativos não correntes	5.437.346	41.700.324	4.331.809	4.462.517	4.373.206	4.285.836
<b>Total dos ativos não correntes</b>	<b>877.821.630</b>	<b>867.310.845</b>	<b>859.873.379</b>	<b>861.903.576</b>	<b>879.315.304</b>	<b>910.722.158</b>
<b>Ativos correntes</b>						
Caixa e equivalentes	7.114.993	7.114.993	1.103.745	1.093.707	1.081.381	9.540.961
Ativos financeiros ao curto prazo não integrados	22.610.322	22.610.322	8.171.506			
Clientes	90.498.367	1.630.671	99.448.501	103.879.683	99.233.436	68.314.567
Estado e outras entidades públicas	1.320.253	1.320.253	1.306.987	1.431.638	1,366,016	1,292,054
Outros ativos correntes	41.714.644	22,714,721	41,240,049	99,896,012	89,268,362	65,940,012
Capital e outros investimentos	8.189.126	70,903,333	35,414,138	7,778,904	7,778,225	6,263,076
<b>Total dos ativos correntes</b>	<b>168,961,932</b>	<b>132,467,199</b>	<b>179,054,923</b>	<b>213,270,946</b>	<b>202,648,906</b>	<b>142,865,070</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>1,046,783,561</b>	<b>1,000,778,044</b>	<b>1,038,928,304</b>	<b>1,075,173,520</b>	<b>1,081,964,210</b>	<b>1,053,587,228</b>
<b>Capital Próprio</b>						
Capital social	83,739,578	83,739,578	83,739,578	83,739,578	83,739,578	83,739,578
Reserva e outros ajustamentos	1,508,778	1,600,715	1,711,894	2,131,379	2,131,379	3,034,119
Resultados transitados	1,152,493	1,152,493	1,193,309	1,271,112	1,335,519	1,442,367
Resultado líquido do exercício	4,322,276	6,300,711	8,259,637	8,903,100	9,151,738	9,410,273
<b>Total do Capital próprio</b>	<b>204,722,825</b>	<b>212,794,797</b>	<b>213,802,398</b>	<b>221,905,478</b>	<b>221,905,478</b>	<b>240,467,259</b>
<b>Passivos não correntes</b>						
Provisão	2,147,367	1,621,799	2,447,367	2,447,367	2,447,367	2,447,367
Empréstimos	129,112,788	135,194,248	126,897,104	179,103,354	178,473,377	136,978,915
Passivos de localização	1,423,811	1,360,938	52,193	1,293,246	902,309	122,607
Formas e outros passivos não correntes	19,428,707	19,428,707	15,731,071	15,165,015	14,811,361	16,874,033
Impostos diferidos passivos	67,271,428	67,271,428	67,271,428	68,613,064	69,124,467	69,299,121
Amortizações de investimentos financeiros	49,497,315	49,497,315	38,917,640	67,688,045	76,858,412	86,078,175
Subsídios ao investimento	250,175,988	250,175,988	236,184,787	269,510,719	257,239,699	266,528,716
<b>Total dos passivos não correntes</b>	<b>774,956,378</b>	<b>732,825,375</b>	<b>702,623,944</b>	<b>808,720,931</b>	<b>785,203,191</b>	<b>768,939,144</b>
<b>Passivos correntes</b>						
Empréstimos	25,630,215	25,630,215	16,322,302	17,892,419	20,746,448	21,414,935
Passivos de localização	472,143	472,143	173,665	199,314	209,485	219,590
Formas e outros	10,667,666	10,667,666	4,301,293	7,981,878	6,829,977	8,412,943
Outros passivos correntes	17,891,989	17,891,989	16,325,987	14,878,496	15,256,147	14,204,690
Estado e outras entidades públicas	3,133,060	3,133,060	3,598,672	4,234,983	4,648,332	4,671,274
<b>Total do passivo corrente</b>	<b>47,795,073</b>	<b>47,795,073</b>	<b>40,621,817</b>	<b>46,187,097</b>	<b>49,680,391</b>	<b>49,191,421</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>822,751,451</b>	<b>780,620,448</b>	<b>743,245,761</b>	<b>854,908,028</b>	<b>834,883,582</b>	<b>818,130,565</b>
<b>Total do passivo e do capital próprio</b>	<b>1,046,783,561</b>	<b>1,000,778,044</b>	<b>1,038,928,304</b>	<b>1,075,173,520</b>	<b>1,081,964,210</b>	<b>1,053,587,228</b>

Fonte: PAO de 2021

O Balanço previsional para 2021 apresenta um total de ativo de 1.075.173.520 euros e um total de capital próprio de 221.905.478 euros, que inclui um resultado líquido de 8.903.100 euros. A AdVT prevê, para 2021, um aumento no valor do total do ativo face ao estimado para 2020, em cerca de 3,76 %, que resulta, essencialmente, da variação positiva do desvio tarifário ativo (cerca de 1,98%) e dos clientes de curto prazo (cerca de 3,63%). Verifica-se também um acréscimo do passivo em cerca de 3,65%, resultante do aumento dos subsídios ao investimento (cerca de 14,11%) e dos empréstimos de curto prazo (cerca de 10,05%).

Parecer do Conselho Fiscal da Águas do Vale do Tejo, S.A. sobre o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2021

## 6. Cumprimento de orientações da DGTF

A proposta do Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2021 foi elaborada atendendo ao cumprimento das Instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2021, materializadas no Despacho n.º 395/2020 do SET, de 27 de julho, das orientações constantes na Lei n.º 2/2020, de 31 de março (Orçamento de Estado para 2020) e das disposições inscritas no Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho (Execução do Orçamento de Estado para 2019).

AM  
Ch.  
Zamora

### 6.1. Eficiência operacional

A eficiência operacional procura a otimização da estrutura de gastos operacionais, de modo a promover o equilíbrio operacional, através da redução do peso dos gastos. O rácio dos gastos operacionais (GO) sobre o volume de negócios (VN) foi calculado e ajustado tendo em conta os seguintes pressupostos:

- Foram feitos ajustamentos quer ao volume de negócios, quer à rubrica CMVMC, de modo a permitir que o rácio em apreço represente a realidade da empresa:
  - por não se tratarem de rubricas decorrentes da atividade operacional da empresa, não devem concorrer para o volume de negócios o proveito referente aos rendimentos de construção (IFRIC12) e o desvio de recuperação de gastos;
  - os gastos referentes aos serviços de construção (IFRIC12) não deverão concorrer para o CMVMC;
- De acordo com as orientações da DGTF, o rácio gastos operacionais (GO) sobre o volume de negócios (VN) deve ser igual ou inferior ao verificado em 2019. No cálculo deste rácio podem ser excluídas as receitas e despesas justificadamente relacionadas com a pandemia pelo vírus SARS-Cov-2, se as houver;
- Foi promovido um ajustamento dos gastos globais da empresa retirando os custos incorridos com a nova atividade de gestão das barragens, tendo sido proposta a necessidade de novo indicador para medir a otimização da estrutura de gastos no período 2021-2023;
- Nos termos do Despacho n.º 395/2020 do SET, de 27 de julho, aos gastos operacionais são subtraídos os que resultam das medidas tomadas para fazer face à pandemia e que integram a lista autónoma anexa ao PAO (anexo III), e ao volume de negócios é somada a perda de receita atribuível à pandemia.

G.O.V.N. (ajustado)	2019		2020		2021		Efeitos Covid	2021 sem efeitos Covid	Normal Barragem	2021 sem efeitos Covid
	Unidade Euros	Real	PAO	Estimada	Orçamento	Orçamento				
CITIC (1)		19 317 920	20 175 423	20 999 846	22 772 375			20 772 375		20 772 375
FSE (2)		29 410 219	22 953 315	23 099 978	24 548 317	(1 264 600)		23 183 787	(881 636)	20 937 531
Gastos com Pessoal (3)		9 802 795	9 34 749	10 019 475	12 279 638	(365 800)		11 716 638	(585 526)	11 967 102
(1) GO Total (público)		49 228 247	51 168 738	54 114 798	57 566 399	(1 729 600)		53 830 799	(1 464 892)	52 437 007
(2) Volume de Negócios		14 852 946	17 170 386	18 848 476	17 076 515	0		17 076 515		17 076 515
G.O.V.N. (1) / (2)		32,93%	29,84%	28,73%	33,71%			31,48%		30,70%

Fonte: PAO de 2021

Assim, a AdVT prevê para 2021 uma redução do rácio G.O.V.N. ajustado de 54,73% (estimado para 2020) para 53,78%, tendo em consideração os pressupostos que conduziram aos ajustamentos promovidos.

Salienta-se, no entanto, que caso não seja autorizado o novo indicador proposto, a AdVT apresentará para 2021 um rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios superior ao verificado em 2019.

## 6.2. Plano de redução de custos (PRC)

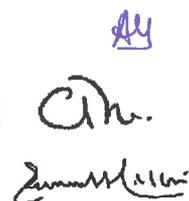
No que respeita ao PRC, e para efeitos de cálculo, foram excluídos os efeitos das receitas e as despesas relacionadas com a pandemia provocada pelo vírus SARS-Cov-2. Em conformidade com as instruções foram contempladas medidas de forma a assegurar que o orçamento em 2021, deve ser igual ou inferior ao valor mais alto entre os montantes estimados para 2020 ou os executados em 2019 (ponto 3.1. dos princípios financeiros constantes do Despacho n.º 395/2020, de 27 de julho), no caso dos seguintes gastos:

### a) Com pessoal

Em virtude do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, os trabalhadores da AdVT foram integrados na estrutura orgânica da EPAL. No final de 2016, a EPAL tinha um total de 1.467 trabalhadores, 820 dos quais afetos à gestão delegada da Águas de Lisboa e Vale do Tejo. Em 2017, e em resultado de um processo de cisão, parte dos colaboradores afetos à gestão delegada da AdVT – Águas de Lisboa e Vale do Tejo regressaram à AdVT num total de 363 colaboradores. Conforme referido no PAO (capítulo 5.4), a informação e procedimentos relativos ao pessoal afeto à gestão delegada estão incluídos no PAO da EPAL.

A evolução dos gastos com o pessoal e número de colaboradores afetos à gestão delegada da AdVT, apresenta-se no quadro infra:

Gastos com pessoal afeto à Concessão	2019	2020	2020	2021	2022	2023
Unidade Euros	Real	PAO	Estimativa	Orçamento	Projeção	Projeção
<b>Efeitos afetos no final do ano</b>						
Órgãos Sociais	14	14	14	14	14	14
Pessoal	374	374	374	473	473	473
<b>Total</b>	<b>388</b>	<b>388</b>	<b>388</b>	<b>487</b>	<b>487</b>	<b>487</b>
<b>Gastos com Gestão Delegada (DN)</b>						
Órgãos Sociais	61.674	56.400	56.400	56.400	56.400	56.400
Gastos com pessoal afeto à Concessão	9.539.121	9.963.075	9.963.075	12.223.238	12.279.238	12.314.238
<b>Total</b>	<b>9.600.795</b>	<b>10.019.475</b>	<b>10.019.475</b>	<b>12.279.638</b>	<b>12.335.638</b>	<b>12.370.638</b>
<b>Gastos com Gestão Delegada Ajustado</b>						
Órgãos Sociais	0	0	0	0	0	0
Gastos com pessoal afeto à Concessão	9.740.517	10.176.490	10.176.490	12.223.238	12.279.238	12.314.238
<b>Total</b>	<b>9.740.517</b>	<b>10.176.490</b>	<b>10.176.490</b>	<b>12.223.238</b>	<b>12.279.238</b>	<b>12.314.238</b>



Fonte: PAO de 2021

De acordo com o quadro acima, prevê-se o aumento do número de colaboradores afetos à gestão delegada da AdVT em 99 para 2021 face ao estimado para 2020 (473 face a 374 trabalhadores). Tal aumento decorre da assunção de responsabilidade por barragens, a qual implica dispor de trabalhadores especializados e necessários para o acompanhamento e gestão das infraestruturas hidráulicas, bem como da integração de trabalhadores em regime de prestação de serviços que se encontram atualmente ao serviço da empresa.

Relativamente aos gastos com o pessoal afeto à concessão, e relativamente à estimativa para 2020, verifica-se um aumento de cerca 22,78%.

Conforme descrito no PAO para 2021, e excluindo cumulativamente o efeito COVID, da nova atividade com as barragens e das novas admissões, os gastos com o pessoal resumem-se no quadro seguinte.

Gastos com pessoal afeto à Concessão	2019	2020	2020	2021
Unidade Euros	Real	PAO	Estimativa	Orçamento
<b>Total</b>	<b>9.740.517</b>	<b>9.478.348</b>	<b>9.841.690</b>	<b>12.223.238</b>
<b>Factos não comparáveis</b>				
Efeito Covid			(335.000)	(365.000)
Nova atividade - Barragens			0	(582.536)
Novas admissões			0	(1.438.355)
	<b>9.740.517</b>	<b>9.478.348</b>	<b>9.841.690</b>	<b>9.837.347</b>

Os gastos com o pessoal afeto à concessão previstos para 2021 superam o valor executado em 2019 mas são inferiores aos estimados para 2020, quando excluídos os efeitos da pandemia, das novas responsabilidade com as barragens e das novas admissões.

A AdVT prevê a admissão de 23 trabalhadores que ficarão afetos as atividades a desenvolver no âmbito das novas responsabilidades com as barragens, e de 76 trabalhadores para as suas áreas operacionais, em substituição de atuais prestação de serviços. Esta medida, em conformidade com o disposto no artigo 157.º do Decreto-lei n.º 84/2019, de 28 de junho, foi objeto de pedido de autorização no PAO para 2021.

*AM*  
*De*  
*Zumrath*

**b) Deslocações, ajudas de custo e alojamento e frota automóvel**

Deslocações, Ajudas de custo e alojamento e frota automóvel	2019		2020		2021		2022		2023	
	Unidade: Euros	Real	PAO	Estimativa	Orçamento	Projeção	Projeção	Projeção	Projeção	
<b>FSE</b>										
Deslocações, ajudas de custos e alojamento		25 142		73 400		24 800		24 800		24 800
Frota Automóvel		1 590 414		1 505 000		2 074 793		2 095 541		2 095 541
		<b>1.615.556</b>		<b>1.578.400</b>		<b>2.099.593</b>		<b>2.120.341</b>		<b>2.120.341</b>

Fonte: PAO de 2021

Com o pedido de autorização constante no PAO a solicitar o aumento de número de viaturas, a AdVT cumpre a instrução de assegurar que o conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, são iguais ou inferiores ao valor mais alto entre os montantes estimados para 2020 ou os executados em 2019 e em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho.

Quanto ao orçamento da frota automóvel da AdVT, para o ano de 2021, inclui a previsão de aumento da frota automóvel em 57 viaturas e, em consequência, um aumento dos gastos com a frota automóvel em cerca de 30,46% face ao valor executado em 2019. Esta medida foi contemplada no Plano de Atividades e Orçamento para 2021, conforme o quadro infra, e, em cumprimento com o disposto n.º 4 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, foi solicitado o pedido de autorização.

Frota Automóvel	2019		2020		2021		2022		2023	
Unidade: Euros	Real	PAO	Estimativa	Orçamento	Projeção	Projeção	Projeção	Projeção	Projeção	
Gastos com Frota	1 590 414	1 454 000	1 505 000	2 074 793	2 095 541	2 095 541				
N.º viaturas (finalano)	167	167	167	224	224	224				
N.º médio viaturas	167	167	167	224	224	224				

Fonte: PAO de 2021

**c) Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria**

Consultoria, estudos e pareceres	2019		2020		2021		2022		2023	
Unidade: Euros	Real	PAO	Estimativa	Orçamento	Projeção	Projeção	Projeção	Projeção	Projeção	
Consult. estudos e pareceres	58 768	127 500	58 000	58 000	58 000	58 000	58 000	58 000	58 000	
	<b>58.768</b>	<b>127.500</b>	<b>58.000</b>							

Fonte: PAO de 2021

Parecer do Conselho Fiscal da Águas do Vale do Tejo, S.A. sobre o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2021

No que respeita aos gastos com a contratação de estudos, pareceres e consultoria, prevê-se uma ligeira redução (cerca de 1,29%) do seu valor relativamente ao valor executado em 2019, pelo que se verifica o cumprimento das instruções previstas no Despacho n.º 395/2020 do SET, de 27 de julho.

Ally  
C.M.  
Zunilda

### **6.3. Orientações Financeiras**

O ponto 2 do Despacho n.º 395/2020-SET, de 27 de julho, contempla um conjunto de orientações financeiras para o triénio 2021-2023 para a elaboração do Plano de Atividades e Orçamento para 2021. E, em virtude da pandemia provocada pelo vírus SARS-COV—2 em 2020, o ano de referência a ser considerado para elaboração do plano é o ano de 2019.

De acordo com o disposto na alínea v), no ponto 2, o resultado operacional, medido pelo EBIT, líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor deve melhorar em 2021 face a 2019 e sobre o ano anterior nos restantes anos do triénio.

Apesar do impacto das novas responsabilidades com as barragens, o EBIT de 2021 aumenta face a 2019.

### **7. Parecer**

Considerando as disposições legais, contabilísticas e contratuais aplicáveis, bem como a informação que nos foi disponibilizada e com base no nosso exame sobre a mesma, entendemos que a Proposta de Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2021 reflete numa base razoável as previsões das atividades e investimentos a realizar pela AdVT, cumprindo com as obrigações legais a que está sujeita decorrentes das orientações vigentes para o Setor Empresarial do Estado.

Por último, e sem afetar a nossa opinião, chamamos à atenção para as seguintes situações:

a) As previsões que serviram de base para a preparação do PAO de 2021 decorrem do Estudo de Viabilidade Económico e Financeiro (EVEF), o qual ainda não foi aprovado, quer pela Concedente quer pela ERSAR;

b) Conforme explicado no ponto 6.1., a AdVT propões um novo indicador para aferir a eficiência operacional em 2021. A não autorização para a utilização desse novo indicador para medir a eficiência operacional implicará o não cumprimento das orientações quanto à eficiência operacional (rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios e evolução dos gastos operacionais);

c) Conforme explicitado na alínea b) do ponto 6.2, a AdVT prevê o aumento de 57 viaturas, objeto de pedido de autorização no PAO de 2021. Caso o aumento do número de viaturas não obtenha despacho favorável da Tutela, o mesmo terá impacto sobre as demonstrações financeiras previsionais;

d) De acordo com o exposto no ponto 4, a comparticipação estimada no âmbito dos subsídios e dos fundos comunitários para os investimentos enquadrados no Programa de Recuperação e Resiliência é de 85%. Conforme descrito, a realização destes investimentos está condicionada à aprovação da respetiva candidatura. Consequentemente, a não aprovação das candidaturas terá impacto no investimento a realizar e nas demonstrações financeiras previsionais.

O PAO para 2021 será ainda objeto de apreciação pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM) e objeto de despacho da Tutela.

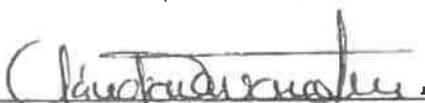
Advertimos que uma vez que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem de forma esperada, as quantias reais poderão vir a ser diferentes das estimadas e apresentadas nas demonstrações financeiras previsionais e as respetivas variações poderão ser materialmente relevantes.

Lisboa, 15 de outubro de 2020

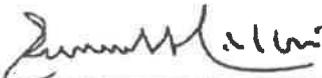
**O Conselho Fiscal**



\_\_\_\_\_  
Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais  
(Presidente)



\_\_\_\_\_  
Cláudia Maria Veiga Tavares da Silva  
(Vogal)



\_\_\_\_\_  
Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho  
(Vogal)



Ao Conselho de Administração da  
Águas do Vale do Tejo, S.A.

## ***Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre Informação Financeira Prospetiva incluída no Plano de Atividades e Orçamento para o exercício de 2021***

### ***Introdução***

Procedemos ao exame da Informação Financeira Prospetiva incluída no Plano de Atividades e Orçamento (PAO) da Águas do Vale do Tejo, S.A. (adiante designada por Entidade ou AdVT) respeitante ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2021, que compreende a Demonstração da Posição Financeira previsional para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2021 com um total de 1.075.174 milhares de euros, a Demonstração dos resultados por naturezas previsional com um resultado líquido de 8.903 milhares de euros no final daquele exercício, a Demonstração dos fluxos de caixa previsional bem como o Plano de investimentos para o exercício de 2021 com um total de 27.650 milhares de euros, incluindo os pressupostos em que se baseou, os quais se encontram descritos no Plano de Atividades e Orçamento. Esta informação financeira foi preparada para efeitos do disposto no Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, o qual estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial.

### ***Responsabilidades***

É da responsabilidade do Conselho de Administração (i) a preparação do Plano de Atividades e Orçamento para o exercício de 2021 (Informação Financeira Prospetiva) com base em pressupostos completos e coerentes e de acordo com as instruções emitidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) associadas do Despacho nº 395/2020 - SET, (ii) a sua apresentação de forma consistente com as políticas contabilísticas e critérios adotados no Relatório e contas anual, (iii) a elaboração do Plano de Atividades e Orçamento com base nos termos e requisitos da legislação aplicável e (iv) a implementação e manutenção de um sistema de informação apropriado. A nossa responsabilidade é a de emitir um parecer sobre tal informação com base no exame efetuado.

### ***Âmbito***

O nosso exame foi efetuado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3400 "O Exame da Informação Financeira Prospetiva", emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board* da *International Federation of Accountants* e, consequentemente, inclui os procedimentos que tivemos por necessários para avaliar os pressupostos usados e a preparação e a apresentação da informação financeira prospetiva.

### ***Parecer***

Baseados no nosso exame dos suportes dos pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para a preparação da Informação Financeira Prospetiva incluída no Plano de Atividades e Orçamento da AdVT. Em nossa opinião, a Informação Financeira Prospetiva foi devidamente preparada com base nos pressupostos e apresentada numa base consistente com as políticas contabilísticas adotadas pela Entidade.

---

**PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.**

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, [www.pwc.pt](http://www.pwc.pt)

Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

Sem afetar o nosso parecer incluído no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as seguintes situações relativas ao presente Plano de Atividades e Orçamento respeitante ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2021:

- a) foi aprovado pelo Conselho de Administração no dia 7 de outubro de 2020, mas ainda será objeto de apreciação pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM) e objeto de despacho da Tutela, pelo que na eventualidade do referido Plano de atividades e orçamento não vir a ser aprovado, a revisão das estimativas utilizadas na preparação da Informação Financeira Prospetiva poderá ter um impacto significativo no mesmo;
- b) o Plano de Atividades e Orçamento respeitante ao exercício de 2020, apresentado para efeitos comparativo, corresponde à revisão efetuada no âmbito do Despacho nº 398/2020 – SET, cujo documento “Plano de Atividades e Orçamento 2020 – Revisão” foi aprovado pelo Conselho de Administração no dia 16 de setembro de 2020, o qual foi submetido à aprovação e aguarda o respetivo despacho da Tutela;
- c) a Entidade não se encontra a cumprir com orientações referidas nas Instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão 2021 (Despacho nº 395/2020 – SET), nomeadamente no PRC, uma vez que estima para o exercício de 2021 um aumento dos gastos (i) com pessoal e (ii) encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel. Nos pontos 5.2.1.1 e 5.2.2.2 do Plano de Atividades e Orçamento a Administração efetua o pedido de autorização para o aumento de gastos que justifica o referido incumprimento;
- d) relativamente à referência de Eficiência operacional, a Entidade apresenta nos pontos 4.3 e 4.4 o pedido de autorização para um novo indicador de medição da otimização da estrutura de gastos, decorrente da assunção da responsabilidade pela gestão das infraestruturas de barragens que se traduzem em encargos adicionais sem qualquer contrapartida ao nível do volume de negócios. Na eventualidade do novo indicador não ser autorizado, a Entidade apresentaria para o exercício de 2021 (i) um agravamento do rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios face ao comparativo de referência do exercício de 2019 e (ii) uma taxa percentual de evolução dos gastos operacionais prevista para o exercício de 2021 face ao exercício de 2019, superior à da evolução do volume de negócios;
- e) a Entidade estima novos investimentos a realizar pela AdVT, decorrente de plano com expressão material no Grupo Águas de Portugal, enquadrados no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência no contexto dos Instrumentos Comunitários de apoio à recuperação da economia na Comunidade Europeia. Conforme referido no ponto 2.3 do Plano de Atividades e Orçamento respeitante ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2021, os novos investimentos ainda não foram submetidos à aprovação do Concedente, quer em termos físicos quer em termos de comparticipação do financiamento, nos termos do contrato de concessão.

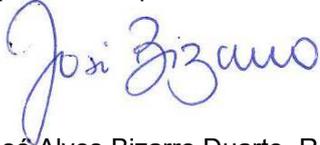
A Informação Financeira Prospetiva está dependente de acontecimentos futuros que poderão não ocorrer da forma esperada. Como consequência, os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

**Restrição na distribuição e uso**

Este parecer é emitido unicamente para informação e uso do Conselho de Administração da Entidade e apresentação à Direção-Geral do Tesouro e Finanças, para a finalidade mencionada no parágrafo 1, pelo que não deve ser utilizado para quaisquer outras finalidades, nem ser distribuído a outras entidades sem nossa autorização expressa.

14 de outubro de 2020

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:



José Alves Bizarro Duarte, R.O.C.



**DESPACHO N.º 153 / 2021 - SET**

Aprovo o Relatório de Análise nº 33/2021 da UTAM - Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Empresarial do Estado referente à proposta de Plano de Atividades e Orçamento para 2021 - 2023 da EPAL - Empresa Portuguesa de Águas Livres, SA.

Tendo presente a análise efetuada e as justificações apresentadas, considero que a proposta de PAO 2021 - 2023 apresentada pela EPAL poderá merecer a aprovação acionista, com exceção do que se refere às contratações de trabalhadores solicitadas e à aquisição de 5 viaturas, em ambos os casos por insuficiente fundamentação. Ainda assim, autorizo o aumento dos gastos com pessoal, limitando o seu valor para 2021 a 27,732 milhões de euros, ficando a utilização da parcela correspondente a novas contratações condicionada à eventual concessão de autorizações específicas ou à utilização dos mecanismos de recrutamento legalmente previstos, e não podendo o saldo da correspondente rubrica ser transferido para outras finalidades.

À consideração da Senhora Secretária de Estado do Ambiente.

Conhecimento à UTAM e à PARPÚBLICA.

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DO TESOURO**

<b>Miguel Jorge</b>	<b>Dados:</b>
<b>de Campos</b>	<b>2021.03.07</b>
<b>Cruz</b>	<b>10:45:25 Z</b>

**MIGUEL CRUZ**

**Despacho n.º 32/SEAMB/2021**

**Aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2021 da EPAL - Empresa Portuguesa de Águas Livres, S.A.**

Considerando o Plano de Atividades e Orçamento para 2021 da EPAL - Empresa Portuguesa de Águas Livres, S.A., apresentado a 16 de outubro de 2020 e a aprovação do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, vertida no Despacho n.º 153/2021-SET, de 7 de março de 2021, do parecer emitido pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial constante no Relatório de Análise n.º 33/2021, de 1 de março de 2021, aprovo o Plano de Atividades e Orçamento 2021 da EPAL - Empresa Portuguesa de Águas Livres, S.A..

Face à análise realizada pela UTAM e ao despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, onde é apontada a insuficiente fundamentação relativamente a algumas propostas constantes do PAO 2021-2023, é meu entendimento que, caso considerem que são fundamentais para a prossecução da atividade da empresa, poderão as mesmas ser submetidas através de pedido de autorização autónomo, acompanhadas de adequada fundamentação.

*A Secretária de Estado do Ambiente,*

**Inês dos**

**Santos Costa**

Assinado de forma digital  
por Inês dos Santos Costa  
Dados: 2021.03.10 10:48:01

*Inês Costa*